



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1236/08	DATA: 02/09/2008
INÍCIO: 15h03min	TÉRMINO: 21h32min	DURAÇÃO: 06h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 06h22min	PÁGINAS: 150	QUARTOS: 77

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JORGE ARMANDO FÉLIX – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Há falhas na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 61ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontra-se sobre a bancada cópia da Ata da 60ª reunião.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba)- O Deputado Arnaldo Faria de Sá solicita dispensa da leitura da Ata, tendo em vista que a mesma já foi distribuída.

Dispensada a leitura da Ata.

Em discussão a Ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a Ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a Ata.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo Faria de Sá com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Queria fazer uma solicitação de informação à Mesa. Apresentei o requerimento ontem, regimentalmente, no sentido de reconvocação do Delegado Paulo Lacerda, dirigente da ABIN, e esse requerimento não se encontra na pauta. Gostaria que a Mesa informasse por que esse requerimento não consta da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, estamos aguardando a chegada do Relator para análise da pauta e dessa forma colocarmos amanhã em votação os requerimentos que o Relator julgar mais importantes para a linha de investigação que esta CPI vem adotando. Com certeza esse requerimento estará na mesa amanhã.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esta reunião foi convocada para tomar depoimento do General Jorge Armando Félix, Ministro-Chefe do



Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e para a deliberação de requerimentos.

Vamos aguardar a chegada do General para convidá-lo a sentar-se à Mesa.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar: O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Mesa. O Relator disporá do tempo que for necessário para suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computados neste tempo o prazo para as respostas do depoente.

Para atender as formalidades legais será firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação de cujo teor faço a leitura, de que sob a palavra de honra e a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

Vamos aguardar a entrada do General Félix para iniciarmos os procedimentos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, para ir encaminhando, não é melhor já votarmos os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Podemos votar os requerimentos que estão na pauta para hoje, se houver concordância daqueles que aqui se encontram. Distribuir a pauta, por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, mas o General Félix já está na Casa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está chegando. Está a caminho daqui, do Gabinete.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Votaremos os requerimentos só depois de analisar, no final da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se esta é a sugestão de V.Exa., não havendo unanimidade, votaremos após as oitavas. (*Pausa.*)

Convido o General Jorge Armando Félix a tomar assento à Mesa.

Só para informar ao General Jorge Armando Félix que ele dispõe de 20 minutos para a sua fala inicial, não podendo ser aparteado, e depois será inquirido



pelo Relator e demais Deputados que se encontram inscritos. O General se faz acompanhar do Dr. Campana, Vice-Diretor da Agência Brasileira de Inteligência, e solicitou que o mesmo também pudesse aproveitar da oportunidade para fazer as suas declarações. Já havia inclusive um requerimento da minha autoria solicitando que o Dr. Campana viesse ser ouvido aqui. Então, acho que, por economia processual, poderíamos aproveitar o momento e fazer a oitiva dos 2.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Minha obrigação, Sr. Presidente, é que nós possamos aproveitar o seu requerimento, para que o mesmo já possa, já aprovado, também fazer constar o seu depoimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Dr. Campana só poderia prestar depoimento se anteriormente aprovasse um requerimento. Só que, se ele não for aprovado, ele não poderá participar da audiência. Então, primeiro, temos que inverter. Aprovar o requerimento; se aprovado o requerimento, ele permanecer. Se o requerimento não for aprovado, ele nem pode ficar ao lado do General Armando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só quero lembrar a V.Exa. que o Deputado, na última oitiva do Dr. Paulo Lacerda, ele veio sem convocação, veio por vontade própria e houve a concordância por parte dos Deputados, a não ser que haja manifestação em contrário, como V.Exa. acabou de expor. Então, sugere o Deputado Luiz Couto que nós votemos o requerimento. Se não houver nada em contrário, poderemos votar, aprovar o requerimento e já aproveitar a presença do Dr. Campana e fazer a sua oitiva.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aí, nós temos que votar os 2 requerimentos, então; ambos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A relação dos requerimentos, por favor. (*Pausa.*)

Vamos passar, então, à deliberação do requerimento.

Item 1 da pauta. Requerimento nº 142, de 2008, do Deputado Raul Jungmann, que requer a convocação do Sr. Ailton Caralho de Queiroz, chefe da



Seção de Operações Especiais da Secretaria de Segurança do Supremo Tribunal Federal, para prestar depoimento nesta CPI.

O Sr. Ailton foi quem informou ter encontrado freqüências indevidas na sala do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Parece-me que guarda consonância e pertinência com a matéria em questão, razão pela qual entendo ser oportuna a sua oitiva.

Em discussão a matéria.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não. Deputado Fruet com a palavra.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, 2 observações. A primeira, nós havíamos apresentado um requerimento solicitando o relatório que foi entregue ao Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre a operação. Eu perguntaria se seria possível fazer um adendo para incluir o relatório. Segundo, não é o momento para provocar essa discussão, mas o fato é que essa matéria de sábado provocou uma redefinição de agenda da CPI. Já há um tempo que nós estamos questionando a votação de alguns requerimentos, que em alguns momentos são tratados como polêmicos ou como não técnicos ou como políticos, enfim, em alguns momentos até de desqualificação. Nós não queremos prejudicar esse depoimento hoje, a presença inclusive do Dr. Campana.

Então, nesse sentido, nós votamos favoravelmente aos 2 requerimentos, com essa solicitação, mas insistindo que isso não signifique de forma alguma abrir mão de uma discussão nesta Comissão de uma agenda e dos requerimentos que foram apresentados como roteiro para as próximas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, nós vamos passar à votação do item 1.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Raul Jungsmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado, Sr. Presidente. Acho que o senhor foi preciso e é de conhecimento geral que esse relato conduzido pelo setor de segurança do Supremo Tribunal Federal detectou a possibilidade de existência



de um grampo externo ao Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual embasei esse pedido de requerimento.

Quero também aproveitar a oportunidade, Presidente, e informar que mantive contato, na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública, com o Ministro Gilmar Mendes e o Senador Demóstenes Torres, e que a eles fiz convite, que deverá ser votado amanhã, na Comissão de Segurança, para que aqui venham, se julgarem conveniente, prestar depoimento sobre essa ilicitude, esse crime do qual foram vítimas.

E também informar ao nobre Presidente que amanhã estaremos votando — e espero com a sua presença, Presidente — a criação de uma Subcomissão da Comissão de Segurança para o controle e acompanhamento das atividades de inteligência, informação e contra-informação, que existe no Senado, mas não existe aqui, na Câmara dos Deputados.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Jungmann.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, não resta dúvida, Primeiro, eu queria manifestar a minha concordância com a aprovação desse requerimento, mas fazer um adendo também, dizendo que não resta dúvida de que esta CPI, com o prazo de 90 dias que tem para suas investigações, depara-se com um fato extremamente grave, um fato que hoje mostra mais do que nunca a necessidade de a Câmara Federal e este Parlamento atuarem de maneira aprofundada nas investigações. Porque não se trata apenas, Sr. Presidente, de darmos segmento a um processo de investigação de escutas telefônicas clandestinas e ilegais. O que se trata neste momento é de um atentado à democracia praticado contra o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Esta CPI, Sr. Presidente, tem a grave responsabilidade de redefinir o seu trabalho, não só dando segmento ao trabalho que realizamos até agora, mas



estabelecendo um foco específico também em relação às investigações desse fato que provocou, inclusive, a queda do Sr. Superintendente da ABIN.

Portanto, Sr. Presidente, não vejo como nós nos furtarmos de um debate como este nesta Comissão, a partir do momento em que tivermos, se não hoje, pelo menos amanhã, com a votação dos requerimentos, com os novos requerimentos, com os fatos que estão surgindo e estabelecermos um foco diferenciado nas atividades desta CPI.

Então, gostaria de fazer esta manifestação, apresentar essas alegações minhas na discussão deste requerimento, porque vejo como muito grave a responsabilidade desta Casa, especialmente desta CPI, conduzida tão bem por V.Exa., pelo nosso Relator, que estabeleçamos um foco diferenciado de investigação em relação a este fato.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris, fico muito feliz em poder contar com a colaboração de V.Exa. e do Deputado Fruet, que vem trazendo muitas luzes a esta CPI.

É importante não deixar de lembrar que ela foi criada justamente em função de fatos que davam conta de escutas e vazamentos praticados em detrimento da própria Suprema Corte. Ou seja, estamos em consonância com o objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Tenho certeza de que todos iremos fazer o melhor trabalho possível para apresentar ao País os fatos como eles ocorreram e, além disso, um projeto de lei que permita um melhor desenvolvimento das questões relativas à interceptação.

Mais alguém quer se pronunciar sobre o requerimento?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, primeiro queria cumprimentar V.Exa. e o Deputado Nelson Pellegrino, porque na última semana de atividades do Congresso Nacional foi uma pressão muito grande para conseguir obter a prorrogação dos nossos trabalhos.



Agora fica claro que tinha gente que queria acabar com a CPI logo, talvez não quisessem que chegássemos aonde poderíamos chegar. E o objetivo, como já foi lembrado por V.Exa. nesta CPI, começou em razão de uma denúncia de que havia grampo no Supremo Tribunal Federal, e agora acaba comprovado.

O requerimento do Deputado Raul Jungmann não é infundado, porque, lamentavelmente, quando o Dr. Paulo Lacerda esteve aqui, ele quis dizer que estávamos com elucubrações, eram coisas absurdas, eram coisas infundadas. Inclusive, acho que V.Exa. tem que propinar junto com o Relator para reconvocar o Dr. Paulo Lacerda. Não precisa nem de outro requerimento. Ele já tem requerimento, ele tem que vir aqui logo depois do depoimento do general, para que possamos fazer o confronto das alegações daquele primeiro requerimento depois da matéria da *Veja* do último fim de semana e o que está acontecendo agora.

Queria cumprimentar o Deputado Raul Jungmann e dizer que o seu requerimento não é infundado, nobre Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMMANN - Obrigado, Deputado, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, vou colocar em votação o Requerimento nº 1.

Aqueles que concordam com a aprovação do Requerimento nº 142, de 2008, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

O Item 2 da Pauta é um requerimento de minha autoria.

Peço ao Deputado Raul Jungmann que assuma a Presidência dos trabalhos para a votação desse requerimento, haja vista que não estão presentes os demais Vice-Presidentes. Em seguida, volto a reassumir a Presidência dos trabalhos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Em discussão o item 2 da pauta, do ilustre Deputado Marcelo Itagiba, que requer a intimação do Sr. José Milton Campana, Diretor Adjunto da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, para depor na condição de testemunha.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do segundo homem na hierarquia da Agência Brasileira de



Inteligência, a quem, inclusive, o Dr. Paulo Lacerda, na condição de diretor, referiu-se dando conta de que o mesmo seria a pessoa que tomou todas as medidas e todas as ações formais da Agência, no que diz respeito ao apoio ao Delegado Protógenes, na Operação Satiagraha.

Tendo em vista a sua condição de Vice-Diretor, a experiência que tem de longos anos trabalhando na Agência Brasileira de Inteligência, bem como por ter se encarregado dessa questão específica, parece-me oportuno e pertinente poder ouvi-lo, até para que, se for o caso, confrontar com os depoimentos que foram feitos pelo Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputado Marcelo Itagiba.

Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, nós temos usado aqui a terminologia de convocar. Estamos colocando "intimação". Intimação é um termo muito... Ou seja, vamos seguir aquilo que tem sido a praxe, que é a praxe de convocação, como depoente ou como testemunha.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Só para um esclarecimento, Deputado Luiz Couto. Sou daqueles que defende que esta Casa não convida; esta Casa convoca por prerrogativa. E a forma de se fazer uma convocação de quem aqui não se encontra é através de um processo de intimação. Então talvez tenha apenas um problema semântico. Na verdade, é uma convocação. Só que a forma de se configurar a convocação é através de um ato de intimação. Acho que não há demérito nenhum na forma, porque o objetivo a ser atingido é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Serei também breve, Sr. Presidente. Em razão dos 2 depoimentos, é evidente que temos o problema de tempo. Então, se forem mantidos os 10 minutos para o interrogatório dos 2, vou pedir depois esse esclarecimento, bem como lembrar que, como são fatos que seguramente darão seqüência a outros episódios, a votação hoje não significa que não haja um novo pedido de convocação na seqüência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Não havendo mais ninguém escrito...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quero fazer uma colocação prévia. Não tenho nada contra a aprovação do requerimento. Mas se o requerimento for aprovado, e fatalmente será, eu acho que não podemos manter os 2 simultaneamente nos depoimentos. Até porque os depoimentos podem ser confrontantes. E se mantivermos os 2 aqui, teremos uma situação que poderá prejudicar a apuração. Se for aprovado o requerimento, solicito a V.Exa. que peça ao Sr. Campana para se ausentar. Depois de ouvir o General, ele voltará a ser ouvido. Não podemos permitir que um fique sabendo o que o outro falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Logo após a votação, vamos deliberar a respeito dessa sua colocação, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, a alegação do Deputado Arnaldo Faria de Sá não procede porque esta sessão é pública. O depoente, se não estiver aqui, poderá assistir pela *TV Câmara*. Então não faz sentido. Poderíamos dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Eu pediria apenas o seguinte: esse não é o assunto, a matéria, agora.

Vamos votar o requerimento. Depois discutimos, evidentemente, a questão levantada pelo ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Tem a palavra o Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Então, Sr. Presidente, vou aguardar. Quero ser o primeiro a me manifestar sobre o posicionamento do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito bem.

Não havendo mais inscritos, em votação o requerimento do Deputado Marcelo Itagiba.

Os que são favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

Devolvo a presidência ao Deputado Marcelo Itagiba.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Reassumindo a presidência, volto à questão de ordem suscitada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Para contraditar a questão de ordem, passo a palavra ao Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, eu acho, não só acho como tenho certeza, que o Deputado Arnaldo Faria de Sá está correto.

Temos o rito da CPI. Ordinariamente temos que seguir o rito da CPI. Mas, secularmente, podemos recorrer ao Código de Processo Penal. E no Código de Processo Penal não existe depoimento de 2 pessoas ao mesmo tempo.

É isso o que eu queria colocar. Apóio o que o Deputado Arnaldo Faria de Sá falou. Realmente temos que seguir essa praxe. É ordenamento jurídico e processual do Código de Processo Penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu consideraria que a intervenção do Deputado Arnaldo Faria de Sá teria, digamos, uma razão parcial. De fato, não pode haver um depoimento simultâneo, até porque são objetos de requerimentos distintos. Um é o requerimento do General Félix. Ele tem que fazer o depoimento dele. Ao final do depoimento do General Félix, depois da aprovação do requerimento do Deputado Marcelo Itagiba, já que o Dr. Campana, de livre e espontânea vontade se dirigiu a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, está se dispondo a ser ouvido hoje, após o depoimento do General Félix, nós vamos ouvir o Dr. Campana. Agora, esta é uma sessão pública. Só se faz esse tipo de reserva quando a sessão é reservada. Aí você tem um conteúdo de um depoimento que não é do conhecimento. Então, não acho que haja nenhum problema que o Dr. Campana permaneça no plenário, na Mesa. Agora, nós temos que fazer depoimentos distintos. Vamos ouvir o General Félix. Esgotadas as inquirições ao General Félix, aí passamos, ato contínuo, a ouvir o Dr. Campana. Essa é a minha sugestão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E nós já estivemos na... Presidente, nós já tivemos aqui sessão em que na Mesa havia a pessoa convocada e alguém que veio e complementou. Então, não há razão nenhuma para que nós não tenhamos a complementação de informações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Falará novamente Deputado Arnaldo Faria de Sá, depois os Deputados Macris e Jungmann.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, no processo penal, as audiências são públicas e, mesmo assim, as testemunhas são ouvidas separadamente. Ele até pode tomar conhecimento do que o General Armando vier a falar. Mas ele não pode ficar na Mesa ao lado do General Armando. É isso o que eu não quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu acho que argumentou bem o Deputado Laerte Bessa quando invocou a questão pelo lado do Código de Processo Penal. Eu também entendo que não há possibilidade de fazermos os 2 depoimentos de maneira conjunta. E eu gostaria de ver essa assertiva encaminhada por V.Exa., tal qual a manifestação dos demais colegas, porque vejo que aqui são 2 requerimentos distintos, com possibilidades de divergência nos depoimentos. E mais do que isso, Sr. Presidente: acho que aqui estão ambos convocados como testemunha e, portanto, não é conveniente que um e outro possam saber, no momento do depoimento, qual a posição de cada um deles, especialmente na conversa entre ambos em relação ao depoimento que cada um vai fazer.

Portanto, minha posição é contrária à manutenção dos 2 depoimentos de maneira conjunta.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Jungmann havia pedido a palavra. Com ele a palavra, em seguida V.Exa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Apenas um esclarecimento, Presidente. O Dr. Milton Campana se encontra na Mesa na condição de auxiliar? Ou seja, ele vai auxiliar no depoimento o General Jorge Félix?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Vai?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, deixa eu colocar a coisa respondendo à pergunta de V.Exa. Ele tinha vindo, na condição de auxiliar, disposto a prestar os esclarecimentos que fossem necessários, inclusive para subsidiar o General Félix no seu depoimento. Mas, tendo em vista a aprovação do requerimento, ele sai dessa condição e entra na condição de testemunha.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, com a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES - Sr. Presidente, nós estamos vendo que há duas correntes em relação à presença ou não do Sr. Milton Campana. Então, eu gostaria de sugerir a V.Exa., até para acelerar os trabalhos, que o Sr. Milton Campana fosse lá para a sala da Presidência, ligasse a *TV Câmara* e assistisse ao depoimento do nobre General Félix e depois, na hora precisa, voltasse. Porque eu acho que essa questão realmente... Vai ficar aqui uma hora de discussão por uma coisa que é clara. Nós temos a presença e o acompanhamento do outro convocado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Maurício Quintella.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Presidente, eu vou levantar uma questão de ordem. Parece-me que o Deputado Arnaldo Faria de Sá não atacou nenhum artigo regimental, ele manifestou uma opinião. Então, aqui, realmente, há duas correntes. Mas não há nenhuma proposição na Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ele levantou uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Que questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Essa de que 2 depoentes não podem estar na mesma hora prestando o mesmo depoimento. E essa é uma decisão que nós vamos ter que tomar. Eu estou ouvindo o Plenário para depois tomar a minha decisão.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Se é uma questão de ordem, cabe a V.Exa. decidir.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Mas não há nenhum impedimento regimental. E nós já ouvimos aqui, por inúmeras vezes, mais de um depoente ao mesmo tempo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu havia levantado a questão subjetivamente: se o requerimento fosse aprovado, a minha questão fosse mantida. Como o requerimento foi aprovado, ele não pode continuar na condição... Se ele vier auxiliar o General Armando, ele poderia auxiliar. Mas desde que tenha o requerimento convocado, ele vai depor. E, na verdade, nós temos que preservar. Ele pode até ficar de campana em outro lugar, mas não aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu queria fazer uma proposição para que possamos chegar a um entendimento. Eu acho que já há um consenso aqui na Comissão de que os depoimentos serão em separado. Já há um consenso em relação a isso. Porque são 2 requerimentos distintos. Uma coisa é... Na última sessão, 2 delegados da Polícia Federal vieram para falar sobre uma mesma operação, vieram na mesma condição.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Vão prestar juramento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hein?

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Vão prestar juramento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Todos os 2. Mas nós tivemos aqui um depoimento de 2 Delegados da Polícia Federal que prestaram depoimento na mesma sessão, um complementando o outro. Não considero nem que o General Félix, neste momento, nem o Dr. Milton Campana estejam aqui na condição de investigados. Eles foram convocados para falar na CPI. O Código de Processo Penal é claro quando fala que cada testemunha é ouvida de *per si* e que uma não ouça o depoimento da outra. Certo? É preciso discutir qual é a natureza do depoimento do General Félix e o do Dr. Milton Campana, se eles estão aqui como testemunhas ou estão como convocados para prestar informações à Comissão Parlamentar de Inquérito.



Então, minha sugestão é que pudéssemos construir um acordo. E aí é uma coisa que eu precisaria, inclusive, consultar o Presidente, os colegas e principalmente o General Félix, se S.Exa. considera... Porque me parece que, num primeiro momento, o Dr. Milton Campana estaria aqui na condição de auxiliar de S.Exa. para prestar muitas informações que ele, como Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, detém, mas há informações que são específicas da ABIN, e ele teria que se socorrer do Dr. Campana.

Então, há essa questão. Então, se S.Exa. considera dispensável o auxílio do Dr. Campana. Se não considerar dispensável, S.Exa. faria o depoimento dele, e o Dr. Campana seria ouvido em outra oportunidade. Essa é uma questão também que precisa ser resolvida, porque ele aqui esteve, no primeiro momento, na condição de auxiliar do General Félix. Então, se ele vai ser ouvido nesta sessão como testemunha, ele não poderá auxiliar o General Félix no seu depoimento. Precisa saber se o General Félix está dispensando o auxílio desse auxiliar, se tem outra pessoa da ABIN que possa auxiliá-lo com informações específicas da ABIN, que possa sentar ao lado dele. Se não for possível, tomaríamos o depoimento do General Félix e em outra oportunidade tomaríamos o do Dr. Milton Campana.

Agora, quero aqui sustentar o meu ponto de vista. Não acho que haja nenhum prejuízo. Ele não precisa sentar à mesa, pode ficar em outro recinto, mas a sessão é pública, então o Dr. Milton pode assistir a sessão. Certo? Agora, os depoimentos serão tomados de *per si*. Neste caso, acho que o Código de Processo Penal não se aplica porque não é uma sessão reservada, é uma sessão pública. Mas essa é a primeira preliminar que eu suscitaria, Presidente, a V.Exa. para que consulte o Ministro em relação a essa questão, se S.Exa. acha dispensável a presença de um auxiliar da ABIN no seu depoimento ou se ele a considera fundamental.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho que não é ele que tem que decidir. Quem tem que decidir somos nós. O que é isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É claro. Sr. Presidente, quero pedir uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu não acho, Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho pelo Relator, Deputado Nelson Pellegrino, não acho que seja essa a iniciativa que tenha ser tomada por V.Exa. em consultar o nosso depoente, que veio aqui para prestar informações, esclarecimentos sobre um fato tão grave. Em qualquer audiência de sala, de juiz, Sr. Presidente, o juiz toma o cuidado de colocar de maneira isolada uma testemunha em relação a outra, porque está exatamente aí o fulcro maior da investigação.

Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está fazendo uma investigação. É exatamente às vezes pelas contradições que se chega ao fato. E não é possível permitirmos que haja uma consulta a um depoente em relação se precisa ou se deve ou não, meu caro Nelson Pellegrino. Tenho todo o respeito por V.Exa., mas quero discordar dessa posição. Entendo que o nosso depoente, Sr. José Milton Campana, deve ficar numa sala separada e, se possível, em seguida, ser ouvido novamente depois do depoimento do General Jorge Armando Félix.

Esta é a minha posição. Gostaria de deixar claro aqui. Entendo que para a salutar investigação desta CPI é muito importante que seja feito dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom, todos já se manifestaram. Cabe à Presidência decidir. E eu vou decidir da seguinte forma: se nós aprovamos a convocação do Dr. Campana na condição de testemunha, e ele aqui veio para ajudar a prestar esclarecimentos não só no que diz respeito à sua atuação, mas como auxiliar do Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, mudou a figura em função da aprovação do requerimento.

Eu peço ao Dr. Campana, portanto, e assim vou decidir, que não permaneça à mesa. Vou ouvir o General Félix, mas não tenho nenhum poder, e ninguém nesta Comissão tem, para cercear a liberdade do Dr. Campana, haja vista que esta audiência é uma audiência pública. Portanto, para que não haja extrapolação do direito, já que tantas aulas de Direito aqui foram dadas, eu acho que seria importante.



Então, eu peço ao Dr. Campana que aguarde fora do ambiente, sem nenhuma restrição da sua liberdade e do seu direito de ir e vir, para ser ouvido em seguida.

Vou ouvir o General Félix. Pergunto ao General Félix se ele tem algum outro auxiliar aqui presente, que poderia subsidiá-lo com algum dado que fosse necessário.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não.

Então, vamos passar a palavra ao General Félix, pelo prazo de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Em seguida, vamos passar a palavra ao Relator e aos demais inscritos para os seus questionamentos.

Com a palavra o Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Félix.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Deputado Marcelo Itagiba, Deputado Nelson Pellegrino, Sras. Deputadas e Srs. Deputados aqui presentes, demais senhoras e senhores que aqui estão acompanhando este nosso depoimento, as minhas primeiras palavras são que eu, na verdade, por ter feito um oferecimento no sentido de tentar agilizar os trabalhos da Comissão, acabei ficando privado do meu auxiliar. Na verdade, hoje pela manhã eu liguei para o Deputado Itagiba e falei para ele que eu estava trazendo o Dr. Campana como meu auxiliar, mas que, se ele julgasse conveniente, poderia aproveitar a oportunidade para ganhar tempo, já que eu havia tomado conhecimento de que ele pretendia convocar o Dr. Campana para depor. Lamentavelmente, por tentar ajudar, acabei sendo um pouco atrapalhado. Mas não há problema. Isso aí é... Estamos aqui para... Realmente, o Dr. Campana... eu o havia trazido exatamente porque ele foi o coordenador dos trabalhos da Agência Brasileira de Inteligência junto à Polícia Federal. Por isso eu o trouxe e o coloquei aqui ao meu lado. Mas não há problema. Qualquer dúvida que eu não saiba responder ficará para o depoimento dele no futuro. Bom, minhas primeiras palavras são, evidentemente, de agradecimento pela oportunidade de prestar os esclarecimentos possíveis a respeito do tema da convocação e da preocupação que todos temos, razão de ser desta Comissão, da proliferação indiscriminada da



chamada escuta telefônica. No que respeita à primeira parte, eu serei breve. O Presidente da República — essa foi a razão da convocação, do requerimento — não foi alvo de escuta telefônica no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, no ano de 2006. Naquela época, quando foi levantada a hipótese, em nenhum momento o Presidente da República se hospedou no Hotel Glória. Quem se hospedou, em 2 oportunidades, naquele hotel foram as equipes de segurança e de apoio. Não foi localizado nenhum dispositivo de escuta pela equipe de varredura. A segurança das comunicações e do ambiente dos locais onde o Presidente se hospeda é feita por uma equipe muito bem preparada tecnicamente e muito bem equipada. Além disso, o Presidente só utiliza equipamento de comunicações dotado de muita segurança. De modo que posso afirmar que não ocorreu nenhuma tentativa de escuta clandestina, como mencionado no requerimento. A partir de agora, vamos tratar do tema “ABIN”. Há poucos dias estive nesta Comissão o Dr. Paulo Lacerda, que traçou um quadro detalhado da nossa tarefa de transformar a ABIN em uma agência de inteligência moderna, capaz de acompanhar os desafios, ameaças e oportunidades que os nossos dias apresentam ao Estado brasileiro. Pela primeira vez, em seus 80 anos de existência — repito, 80 anos de existência —, os nossos servidores dispõem de um plano de carreira aprovado nesta Casa e também no Senado, com o apoio da grande maioria dos Parlamentares. Existe a previsão de aumento do orçamento. Estamos com um concurso prestes a se realizar, que vai selecionar 190 servidores e que já tinha inscritos, até o dia de ontem, mais de 97 mil candidatos. O Dr. Paulo se referiu aos esforços desenvolvidos desde 1999, quando, após mais de 2 anos de discussão, o Congresso Nacional criou, em primeiro lugar, o Sistema Brasileiro de Inteligência, para depois criar a Agência Brasileira de Inteligência, sinalizando, então, que o Sistema era mais importante do que a Agência. E assim temos trabalhado na busca de fortalecer o Sistema. Vamos ver um pouco da legislação desenvolvida com essa finalidade. Pode ir passando aí, por favor.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, temos a lei de dezembro de 99 — vai fazer 9 anos agora, no dia 7 de dezembro —, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e criou a Agência Brasileira de Inteligência. Pode passar. Destacamos aí dessa lei: atividades de inteligência desenvolvidas com irrestrita observância dos direitos e garantias



individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado. Observem que é uma lei que se preocupou em incluir no seu bojo pressupostos éticos e de respeito à lei. Uma lei que manda respeitar a lei. É curioso, mas entende-se, em função das características do Sistema de Inteligência e da Agência de Inteligência que existia à época. O controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo. Existe uma Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, que tem por incumbência controlar e fiscalizar as atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência. Não apenas da Agência Brasileira de Inteligência. É de toda atividade de inteligência. Essa é a atribuição da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, do Congresso Nacional. Pode passar. Aí é apenas para terem uma idéia da quantidade de organizações que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência. Pode passar. O Sistema dispõe de um Conselho Consultivo, com alguns dos integrantes do Sistema. Cabe a esse Conselho propor normas e procedimentos gerais para o intercâmbio de conhecimentos e de comunicações entre os órgãos que constituem o SISBIN — Sistema Brasileiro de Inteligência, inclusive no que respeita à segurança da informação. Adiante. O decreto que regulamenta essa lei de setembro de 2002, nós destacamos também aí. Cabe aos órgãos que compõem o Sistema, no âmbito de suas competências: produzir conhecimentos, em atendimento às prescrições dos planos e programas de inteligência, decorrentes da Política Nacional de Inteligência (existe uma Política Nacional de Inteligência que foi remetida ao Congresso no ano de 2001); planejar e executar ações relativas à obtenção e integração de dados e informações (então, observem a preocupação do Sistema em integrar dados e informações, senão não seria um sistema); adiante, além disso, intercambiar informações necessárias à produção de conhecimentos relacionados com as atividades de inteligência e contra-inteligência; fornecer ao órgão central do Sistema, para fins de integração, informações e conhecimentos específicos relacionados com a defesa das instituições e dos interesses nacionais; e estabelecer os mecanismos e procedimentos particulares necessários às comunicações e ao intercâmbio de informações e conhecimentos no âmbito do Sistema. Pode passar. Na condição de órgão central do Sistema... A Agência Brasileira foi colocada como órgão central do



Sistema Brasileiro de Inteligência para coordenar a obtenção de dados e informações; integrar as informações; solicitar dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal os dados, conhecimentos, informações ou documentos necessários ao atendimento da finalidade legal do Sistema. Essa é a atribuição, praticamente, em todo o Sistema, do seu órgão central. Pode passar. Normas e procedimentos. Então, estamos descendo. E finalmente chegamos aqui. Normas e procedimentos para intercâmbio de dados e de conhecimentos entre órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (isso é uma resolução que foi transformada em portaria, mas é uma resolução daquele conselho consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência): intercambiar dados e conhecimentos, sigilosos ou ostensivos, necessários à produção de conhecimentos relacionados com a atividade de inteligência ou com a área de interesse de cada órgão (cada órgão coloca as suas necessidades, e os demais órgãos, dentro das suas especificidades, fornecem ou não esses dados que estão sendo solicitados); os órgãos componentes do Sistema autorizarão as suas unidades a intercambiar dados e conhecimentos específicos necessários ao exercício da atividade de inteligência, em âmbito regional. Significa que, regionalmente, as Superintendências Regionais — normalmente são localizadas nos Estados — podem se relacionar e podem intercambiar dados e conhecimentos. Finalmente... Nós estamos apresentando aqui... Todo ano nós temos a chamada Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo. Essa Câmara se reúne anualmente, entre outras coisas, para definir e propor ao Presidente da República um repertório de necessidades para a área de inteligência. Quais são as prioridades que o Governo estabelece para o Sistema Brasileiro de Inteligência? Eu destaquei apenas uma delas, porque certamente diz respeito àquilo que nós vamos discutir ao longo da tarde de hoje: segurança pública, com vista à repressão ao crime organizado e aos ilícitos transnacionais. Então, essa é apenas uma das diversas prioridades atribuídas pelo Governo, por intermédio dessa Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Sistema Brasileiro de Inteligência. Isso é distribuído para todos os integrantes do Sistema, e cada um apóia, dentro das suas características e especificidade, dentro do possível, e sem nenhum sinal, sem nenhuma obrigatoriedade, apóia ou não. Não há nenhuma imposição para que o órgão A



forneça algum tipo de informação ou conhecimento ao órgão B. A lei que criou o Sistema deixa bem claro que não existe hierarquia entre os integrantes do Sistema. Muito bem. Obrigado. Bom, depois, então, dessa caminhada pela legislação, estamos falando sobre a integração do Sistema Brasileiro de Inteligência. Dizemos que trabalhamos, então, todos nós, todos os integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência, trabalhamos, quando necessário, apoiando uns aos outros, preocupados sempre em não entrar na especificidade legal de cada um, mas apoiando com aquilo que cada organização domina de uma maneira mais eficiente — ABIN, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, COAF, Banco Central, IBAMA, Receita Federal, INSS, EMBRAPA, empresas estratégicas, muitas outras organizações. Todas, enfim, trabalham na busca da excelência. Acredito que esta própria Comissão se vale de especialistas dessas e de outras organizações para apoiar o seu trabalho. Entrando no tema levantado por uma revista, em sua edição do último fim de semana, que provocou, com toda razão, a indignação de autoridades dos 3 Poderes e de grande parcela da população, o que temos, efetivamente? Com a confirmação do Presidente do Supremo, Ministro Gilmar Mendes, e do Senador Demóstenes Torres de que o diálogo entre eles foi efetivamente aquilo que foi o diálogo travado, temos, concretamente, que o telefonema foi gravado. Onde? Pode ter sido de um lado, pode ter sido do outro lado, pode ter sido no Supremo, pode ter sido no Senado, ou pode, ainda, ter sido, como se faz normalmente, desviado numa programação do computador da ou das operadoras que fazem parte do sistema usado por esses 2 telefones. Restam ainda outras perguntas. Quem fez? Como fez? Por que ou para que fez? E por ordem de quem fez? A revista afirma que foi alguém da ABIN, alegando que o informante é servidor dali. Seria muito bom para todos que esse informante tivesse procurado um chefe seu da Agência Brasileira de Inteligência, o próprio Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério Público ou a polícia. Infelizmente, esse informante preferiu denunciar o crime — e é um crime — a um jornalista. Não é a primeira vez que a ABIN é acusada de fazer escutas telefônicas ou outros tipos de monitoramento de pessoas. Assim foi em 2004, no caso dos bingos; em 2005, no caso das FARC e dos Correios, quando alguns dos envolvidos tinham realmente prestado serviço à ABIN, mas há anos estavam afastados da Agência. Nada foi comprovado, mas a



imagem negativa ficou. Para buscar respostas a essas perguntas, solicitamos ao Ministro da Justiça a abertura de um inquérito pela Polícia Federal, e o Sr. Presidente da República optou por afastar temporariamente o Diretor-Geral, o Diretor Substituto, o Diretor de Contra-Inteligência e o Assessor Especial do Diretor-Geral. A partir dessas medidas e da abertura de uma sindicância interna também, só nos resta agora aguardar a solução das investigações. Reafirmo aqui a minha inteira confiança nos servidores afastados, em particular no Dr. Paulo Lacerda, que tem uma das mais belas folhas de serviços prestados a este País. Espero que possamos, em breve, ter a verdade estabelecida e os culpados submetidos à Justiça. Era o que eu tinha a declarar. E a partir de agora estarei à disposição dos senhores para quaisquer dúvidas, sem o meu auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, General Félix, pelas suas palavras iniciais, que são importantes para que nós possamos começar os questionamentos.

Para que nós possamos entender bem, qual é a função que V.Exa. exerce? Parece-me que V.Exa. teria dupla atribuição: uma de cuidar da área de segurança da Presidência da República e de comandamento da ABIN. V.Exa. poderia explicar o trabalho da Pasta de V.Exa?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Bem, o trabalho do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional e, claro, do Gabinete de Segurança Institucional tem um espectro bastante abrangente. Nós temos a Presidência do Conselho Nacional Antidrogas, que propõe políticas na área de prevenção e na área de repressão. Nós temos, através da Secretaria Nacional Antidrogas, a incumbência de fazer a redução da demanda de drogas, isto é, a prevenção ao uso de drogas. Aliás, um trabalho que nos orgulha bastante. Nós temos a parte de segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos seus familiares e dos chamados titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, além de outras autoridades que forem determinadas pelo Presidente, bem como a Segurança do Palácio e residências do Presidente e do Vice-Presidente. Nós temos uma função de assessoria pessoal do Presidente em assuntos militares e de segurança. Repito: assessoria pessoal. E nós temos a área de inteligência, onde a Agência Brasileira de Inteligência fica subordinada ao



Gabinete de Segurança Institucional. Temos ainda a Secretaria do Conselho de Defesa Nacional e a Presidência daquela Câmara a que eu me referi, Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Então, em linhas bastante gerais, esse é o espectro de atividades do Gabinete de Segurança Institucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. sabe me informar se é o senhor que despacha com o Presidente da República os relatórios da ABIN? Ou os despachos são feitos pelo Diretor da ABIN diretamente com o Presidente da República?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, o despacho é feito pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Vem sendo assim desde a criação da Agência Brasileira de Inteligência, se não me engano. Diariamente eu espero o Presidente. Trocamos... Passo algumas informações, aquelas que considero mais importantes, para que ele inicie o dia sabendo daquelas coisas. E os relatórios que vêm da ABIN, eles, por autorização do Presidente, são encaminhados ou para o Presidente da República, quando é um tema de interesse do Presidente, ou para outros Ministérios, quando o tema é do interesse desses outros Ministérios, ou, simultaneamente, para os dois. Depende, cada relatório é avaliado, é lido, e, então, eu tomo a decisão e faço a distribuição. E o Presidente recebe semanalmente uma relação de todos aqueles relatórios que foram enviados pela Agência Brasileira de Inteligência e distribuídos a S.Exa. ou a outros órgãos. Evidentemente que a quantidade de relatórios é muito grande, e não daria para o Presidente ler tudo, tomaria uma parte muito grande do dia ler todos os relatórios que chegam da Agência Brasileira de Inteligência, daí a necessidade de fazer uma seleção, filtrar e mandar para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, V.Exa. é o grande filtro de todos os documentos provenientes da ABIN direcionados à informação do Presidente da República?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. sabe ou tem conhecimento de alguma fricção, de algum desentendimento, de alguma questão relativa ao Diretor da ABIN e o Diretor do Departamento de Polícia Federal?



O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. Pelo contrário, recentemente estivemos juntos — posso falar aqui, porque não é nada de sigiloso — , estivemos juntos o Ministro da Justiça, eu, o Dr. Paulo Lacerda e o Dr. Luiz Fernando, conversamos exatamente para procurar uma maneira de não apenas aproximar mais os 2 órgãos — eles têm uma aproximação já bastante grande os 2 órgãos —, mas até para mudar essa imagem de que estaria havendo algum entrelaço entre as duas administrações. Isso foi feito há coisa de uns 10 dias, por aí, e temos já agendada uma conversa para nós avançarmos nesse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. entende que, com a sua avaliação, na condição de Ministro dessa Pasta, o Dr. Paulo Lacerda desenvolveu um bom trabalho à frente do Departamento de Polícia Federal?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Acabei de fazer uma referência, no final das minhas palavras, à folha de serviços do Dr. Paulo Lacerda na Polícia Federal, quer como integrante da Polícia Federal, como Delegado da Polícia Federal, quer como Diretor-Geral da Polícia Federal. E, atualmente, na ABIN também, fazendo um trabalho louvável de modernização, de busca de modificações na Agência, para torná-la mais eficaz, mais eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. tem conhecimento do porquê de o Dr. Paulo Lacerda ter saído do Departamento de Polícia Federal?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. Acho que por ter cumprido já a sua missão. Isso é uma coisa absolutamente normal, as pessoas passam um tempo nas organizações e, eventualmente, são substituídas. Isso é uma coisa perfeitamente natural no serviço público, eu mesmo já passei por uma dezena de funções, e certamente o senhor também, como delegado, como Secretário, já teve uma quantidade bastante grande de funções. Isso é absolutamente normal na vida do servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A ida do Dr. Paulo Lacerda foi uma escolha de V.Exa.?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - As escolhas são sempre do Presidente da República, porque o Presidente da República é quem nomeia, e os nomes são avaliados ainda pelo Senado Federal, de modo que todas as escolhas para essas funções, em princípio, são sempre escolhas do Presidente da República.



É uma atribuição dele escolher, é uma atribuição dele nomear e é uma atribuição do Senado confirmar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, quer dizer que V.Exa. como chefe do chefe da ABIN pelo menos concordou com a ida do Dr. Paulo Lacerda para a Agência Brasileira de inteligência, achou que seria uma boa escolha?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - As decisões do Presidente são daquelas como se diz aí costumeiramente naqueles filmes de fuzileiros navais americano: “*Sim, senhor*”, “*Não, senhor*”, “*Quero ir embora*”. Não há outra alternativa. E o Presidente decidiu, ou nós concordamos ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a sua avaliação é a de que foi uma avaliação boa para a Agência Brasileira de Inteligência?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Foi uma boa escolha, uma pessoa experiente, como já disse, com uma folha de serviços impressionante no que diz respeito a um servidor público e tem sido um bom Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A que V.Exa. atribui a matéria da revista *Veja*, ou seja, de que a Agência, ou alguém da Agência Brasileira de Inteligência teria realizado a interceptação telefônica na comunicação do Senador com o Ministro Presidente do Supremo, Gilmar Mendes?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Fica difícil avaliar a intenção alheia. Acho que não cabe tentarmos avaliar ou a intenção da revista ou a intenção de quem escreveu a reportagem. Nós, simplesmente, procuramos sempre — e faz parte da lógica humana, não é? — descobrir o porquê e, eventualmente, quando não conseguimos descobrir o porquê, procuramos saber quem se beneficia com isso, ou quem não se beneficia. De modo que é muito difícil fazer um juízo de valor. Podemos especular. E, na verdade, cada um de nós faz as suas especulações, procura definir as razões, mas, efetivamente, não há nenhum grau de certeza em nenhuma dessas avaliações ou em nenhuma dessas especulações. São apenas, eu diria, possibilidades. Não chamaria de probabilidades, porque não há como dar um grau de probabilismo a qualquer uma dessas hipóteses que possam ser levantadas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, V.Exa. poderia declinar alguma dessas possibilidades nessa questão, levada em consideração como uma linha de investigação, como uma linha de verificação?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu preferia não fazê-lo, até porque, a partir de hoje, nós temos um delegado, um delegado encarregado do inquérito, e caberá, sim, a esse delegado formular as hipóteses, formular as linhas de investigação, de modo que, na minha posição de Ministro, eu estar especulando aqui poderia ser até mal interpretado como uma tentativa de induzir o delegado, ou induzir o encarregado da sindicância — e existe uma sindicância também já instaurada na Agência Brasileira de Inteligência — a seguir uma linha ou outra. De modo que eu preferia não fazer especulações. Quando nós não temos certeza, no cargo que eu ocupo, não é bom estarmos especulando sobre coisas que nós não podemos mensurar, dimensionar ou ter nenhuma pista para chegar a uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, V.Exa. sabe nos dizer se os equipamentos utilizados pelo Senador Demóstenes na comunicação com o Ministro Gilmar e vice-versa eram aparelhos de telefonia fixa ou de telefonia móvel? Já tem esse dado?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Parece-me que o Senador Demóstenes estava usando um aparelho fixo — parece-me, eu li em algum lugar isso — e que o Ministro Gilmar Mendes estava usando um telefone móvel, mas fazendo a ligação por meio de uma central, parece-me, do próprio Supremo Tribunal Federal. De modo que isso é um problema, vamos dizer, mais técnico. Mas eu realmente não tenho certeza. Certamente esta é uma das coisas que deve ser investigada pelo encarregado do inquérito: saber a origem dos telefonemas, por onde passaram, para poder rastrear isso e, eventualmente, verificar. Todas as centrais telefônicas têm assinatura. Então, tudo que passa por ali fica registrado, tudo que acontece nos computadores das operadoras fica registrado, as pessoas que têm acesso a esses computadores têm senha, e essa senha fica registrada, de modo que essa, certamente, será uma linha de investigação que esperamos ajude a resolver.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, V.Exa. também parte, pelo que eu entendi, da hipótese ou da possibilidade, ou de uma premissa de que essa interceptação pode ter sido feita dentro de uma empresa de telefonia?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Sim, sempre pode. Na verdade, todas as interceptações telefônicas, essas legalmente determinadas pela Justiça, são feitas dentro das operadoras, mediante alguém que tenha uma senha, tenha acesso aos computadores e programe esses computadores para fazer o desvio dessa ligação para um outro telefone, algum equipamento do tipo do hoje chamado Guardiã, o mais famoso, ou qualquer coisa desse tipo. Normalmente é assim que funciona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. já ouviu falar ou tem conhecimento das chamadas maletas de interceptação celular que necessariamente não passam por centrais telefônicas, para realizar interceptação de telefone móvel?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Existem. Estão aí disponíveis para quem gosta de tecnologia, estão disponíveis aí na Internet as informações, e são equipamentos que vão monitorar as células por onde passam as ligações dos celulares. Podem monitorar normalmente. Eles ficam próximos de uma célula e ficam monitorando-os.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E também poderia ser uma das linhas de investigação?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Pode ser uma das linhas de investigação, desde que se saiba quem possui essas maletas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa., na condição de Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, tem conhecimento de que órgãos da Administração Pública Federal possuem esses equipamentos?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Possivelmente, sim. Não posso garantir, mas me parece que, inclusive durante os preparativos para o PAN, algumas maletas dessas foram adquiridas com o intuito de proporcionar segurança. Havia muita preocupação. Tivemos reuniões com vários países, e havia muita preocupação pela presença de atletas e de autoridades estrangeiras e com



problemas de terrorismo. De modo que isso aí, parece-me, o grande objetivo era ser usado para monitorar alvos ou pessoas suspeitas de atividades terroristas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. sabe dizer se a ABIN possui esse equipamento?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sabe se operou durante os Jogos Pan-Americanos esse equipamento?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se a ABIN operou em conjunto com outros órgãos durante...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... os Jogos Pan-Americanos esse tipo de equipamento?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Esta é uma preocupação nossa desde o início do Governo: fazer com que a ABIN se restrinja rigorosamente àquilo que a lei permite que ela faça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A ABIN tem controle desses equipamentos em órgãos públicos? Preocupou-se em produzir um documento, em produzir um relatório relativo a essa questão, desse tipo de equipamento na mão, não só de órgãos públicos, mas também de setores privados?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Nós tentamos eventualmente fazer alguns trabalhos de levantamento nessa área privada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. sabe....

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - E essa área privada... Basta ver na Internet, nos jornais, acessar algumas dessas pessoas que oferecem esses serviços, e muitas delas se dizem, pelo menos — algumas até ao telefone, não precisa da presença física da pessoa lá —, capazes de monitorar qualquer telefone. Essa é a nossa realidade. Isso é um trabalho que, posso até adiantar, já foi feito e está terminando para ser entregue à Polícia Federal, para que a Polícia Federal, então, adote as medidas, porque são atividades criminosas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E esses equipamentos nos órgãos públicos? A ABIN e/ou o Gabinete de Segurança Institucional têm um



controle ou informações de quais são os órgãos públicos que possuem esse tipo de equipamento?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. Não nos cabe fazer isso. Isso aí, cada órgão público.... Evidentemente, quem tem as atribuições e a possibilidade de possuir legalmente esse tipo de equipamento são as polícias estaduais, as polícias judiciárias estaduais, e a Polícia Federal, que são aquelas que têm a atribuição de, eventualmente, mediante autorização judicial, fazer a escuta telefônica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas V.Exa. sabe que esses equipamentos necessariamente não precisam ter autorização judicial para ser utilizados. Eles podem ser utilizados sem as devidas autorizações se forem, vamos chamar, mal utilizados pelos agentes públicos.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Quem fizer isso é um criminoso. Sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. sabe se o Departamento de Polícia Federal possui essas maletas ou não?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não sei. Não posso garantir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas à época dos Jogos Pan-Americanos, segundo V.Exa. nos informou...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... esses equipamentos foram adquiridos.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Estaria sendo licitado para aquisição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. tem conhecimento de que, por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal tem equipamentos de interceptação e faz interceptações telefônicas com autorizações judiciais?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, não tenho. Não posso afirmar, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - São alguns dados que surgiram e estou informando a V.Exa. aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque é importante ressaltar essas questões que demonstram que, de



alguma forma, não há um órgão controlador desse sistema de equipamentos que poderiam até, porventura, interceptar pessoas da Presidência da República ou vinculadas à Presidência da República, através das ERBs, com essas maletas.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Sim, é a tecnologia normal, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou parar por aqui — depois, se for o caso, farei outros questionamentos — para dar oportunidade aos demais membros desta Comissão de fazerem os seus questionamentos.

Eu vou passar a palavra agora ao Relator e, em seguida, aos demais inscritos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Félix, a primeira questão que eu gostaria que V.Exa. respondesse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito: a Agência Brasileira de Inteligência fez alguma escuta no Gabinete do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal? A ABIN escutou, ela interceptou alguma comunicação telefônica do Gabinete do Ministro Gilmar Mendes?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. Certamente, não. A ABIN, como instituição, não fez e não faz essas coisas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ministro, V.Exa. falou sobre o SISBIN, que é o Sistema Brasileiro de Inteligência e em que há um compartilhamento de informações. Nesse compartilhamento, há também compartilhamento de monitoramento de escutas telefônicas?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. Do ponto de vista da Agência Brasileira de Inteligência, não. Todos os serviços que a Agência Brasileira de Inteligência compartilha com os outros órgãos são aquelas atividades inerentes à atividade de inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas entre essas...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - E essa atividade não é permitida à Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas entre as atividades de inteligência está o monitoramento das comunicações telefônicas, que é hoje um instrumento poderoso de que o Estado dispõe, o Estado Democrático, inclusive, no



combate ao crime organizado. Tanto que tem sido utilizado em diversas operações da Polícia Federal.

É evidente que a Agência Brasileira não tem a competência institucional de realizar esta atividade.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ela, eventualmente, para os seus objetivos, pode depender desse tipo de atividade. E, dependendo, como já alguns depoimentos prestados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, ela teria de fazer uma solicitação ao órgão competente, que tem competência legal, institucional, para fazer isso, que, no caso, seria a Polícia Federal.

Então, a Agência Brasileira de Inteligência já fez alguma solicitação à Polícia Federal para que realizasse algum monitoramento, dentro da sua missão institucional?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É bom nós esclarecermos uma coisa: a interceptação telefônica só é permitida quando há suspeita de uma atividade criminosa. E quando há suspeita de uma atividade criminosa, esse trabalho sai da ABIN e passa para a Polícia Federal. É assim que funciona. Quando nós estamos acompanhando algum tema ou alguma coisa, se nós detectamos a probabilidade de ocorrência de uma atividade criminosa, imediatamente nós repassamos para a Polícia Federal, porque é atribuição da Polícia Federal, como Polícia Judiciária, fazer esse trabalho, e não mais da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a Polícia Federal, nesse caso, ela retorna à ABIN ou ao GCI o resultado daquela investigação, até para que a ABIN tenha controle?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não necessariamente. Não necessariamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas acontecem situações em que pode ser feita uma prestação de contas de uma demanda que foi encaminhada?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A partir do momento em que nós repassamos o trabalho, todo o trabalho que foi feito para a Polícia Federal, isso passa a ser atribuição de um delegado da Polícia Federal. Se ele precisar de mais



algum apoio que esteja dentro do escopo de atividade da ABIN, a ABIN vai apoiar. Se não precisar, a própria Polícia Federal vai resolver o seu problema.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Qual o nível de autonomia que a ABIN tem em relação ao Gabinete de Segurança Institucional, Ministro?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Grande.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Grande?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Bastante grande, como não poderia deixar de ser.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela tem toda a autonomia operacional? Ela tem autonomia operacional em relação ao Gabinete?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Absoluta autonomia. Como a Polícia Federal tem em relação ao Ministério da Justiça. Nós acompanhamos, por intermédio daquilo que nós chamamos de a cadeia de comando. Então, eu tenho 2, 3 reuniões semanais com o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência. Normalmente nos falamos, pelo menos, 3 vezes por semana. As manhãs...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pelo telefone?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - As manhãs de terças-feiras e quintas-feiras são reservadas. Fazemos uma reunião com todos os chefes, integrantes de cargos de chefia do Gabinete de Segurança Institucional e, após, nós ficamos, o resto da manhã, enquanto for necessário, conversando com o diretor da Agência Brasileira de Inteligência. Dessa forma é que se estabelece, vamos dizer, aquilo que poderíamos chamar de controle: saber o que é que está acontecendo de importante. Evidentemente, não me cabe entrar em detalhes de operações, nem eu teria condições físicas para isso. O meu tempo seria impossível.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o Gabinete não tem nenhum órgão de monitoramento ou de um órgão correcional em relação à ABIN?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A própria Agência Brasileira de Inteligência tem uma Corregedoria e tem uma Ouvidoria. A Ouvidoria foi implantada há cerca de 1 ano e meio e a Corregedoria foi implantada neste ano. Então, esses órgãos, além... Nós temos aí vários tipos de controle. Temos o controle interno da Presidência da República, que faz o controle da parte orçamentária e financeira. Nós temos o próprio Tribunal de Contas da União, que é o órgão seguinte



dessa parte financeira. Nós temos a Comissão de Controle de Atividades de Inteligência, que eu me referi, a quem cabe o controle externo da atividade. Nós temos a Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional que faz um controle através das prioridades que são dadas para o Sistema Brasileiro de Inteligência. E nós temos um controle pessoal do próprio Ministro-Chefe do Gabinete que é feito por intermédio desse contato com o diretor. Às vezes, eu vou lá, faço reuniões também com todos os diretores da ABIN. Isso é absolutamente normal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Gabinete tem controle sobre o compartilhamento de ações entre a ABIN e demais órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. Ali nós podemos ver que essa coisa se efetua desde o nível regional — regional, normalmente estadual. Então, a Superintendência de São Paulo conversa com as superintendências de São Paulo. Isso não é específico da relação ABIN/Polícia Federal. Essa relação vale para a COAFI, Banco Central, Receita Federal, INSS. Então, às vezes, um órgão desses tem algum tipo de problema, pede o apoio, nós mandamos analistas, mandamos pessoas para trabalhar junto a esses órgãos. A Polícia Federal faz a mesma coisa. Pedimos também quando temos alguma coisa que exija um conhecimento técnico mais profundo da área de análise de balanço, da área contábil. Então, os técnicos vêm e nos ajudam também. É assim, mais ou menos, que funciona.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Chegou ao conhecimento do Gabinete a que nível teria sido a cooperação entre os agentes da ABIN e o Delegado Protógenes, que comandou a Operação Satiagraha? Qual foi o nível de cooperação que aconteceu entre a Agência e o Delegado Protógenes naquele caso?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Começou no nível regional, e depois os superintendentes regionais que estavam envolvidos levaram para a área de Contra-Inteligência e a área de Contra-Inteligência levou ao diretor-substituto, que estava aqui a meu lado. Inclusive é um tema que era interessante que ele... De modo que chegou até esse nível de subdireção. Começou no nível regional. A cooperação começou no nível regional e, à medida que a cooperação foi exigindo mais apoio e mais gente, então essa operação foi subindo de nível e chegou ao diretor-adjunto que, de uma certa forma, fez a coordenação dessa colaboração.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, inicialmente, foi uma solicitação da Superintendência Regional para a Superintendência da ABIN, para essa colaboração?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É interessante caracterizar que os inquéritos são conduzidos por delegados da Polícia Federal. E até, depois, eu pediria ao Presidente nos ajudar aqui. Mas o delegado que conduz o inquérito tem plena autonomia para a condução do inquérito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, eu suponho que, neste caso, o Dr. Protógenes se reportou diretamente à ABIN.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Foi uma solicitação direta, me parece, do delegado para a superintendência estadual. E a partir daí isso foi encaminhando para cima.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E chegou até a Contra-Inteligência.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - E chegou até a Contra-Inteligência. Chegou até ao diretor-adjunto.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E qual foi o tipo de cooperação que esses agentes prestaram, no caso da Operação Satiagraha?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A cooperação foi na área de análise, foi na área de levantamento de endereços e de acompanhamento de pessoas para levantar endereço, locais de trabalho, coisas desse tipo. Eu tenho aqui até.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não.

(Pausa.)

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Só falta o ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado José Aníbal deseja falar como Líder?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANÍBAL - Como Líder, eu queria pedir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não. Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANÍBAL - Sr. Presidente, Sr. Relator, general, enquanto está o...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado José Aníbal, V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANÍBAL - É claro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para que o Gen. Félix possa responder a minha pergunta e depois, em seguida, V.Exa.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Pesquisas de bancos de dados de pessoas físicas e jurídicas, ações de levantamento, com a finalidade de confirmar endereços comerciais e residências de interesse do trabalho do delegado. Vou ver se tem mais alguma coisa aqui. (*Pausa.*) Parece-me que ficou limitado a essas atividades: pesquisas em fontes abertas, ligação de alguém fazendo a ligação entre o delegado e o coordenador. Basicamente foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado José Aníbal com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Como Líder, o Deputado José Aníbal pediu a palavra. Depois, eu passo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse documento tem que ficar com o senhor, esse documento tem que ficar aí.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANÍBAL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. General, eu sou daqueles que se opõem a qualquer revisão da Lei de Anistia. Eu fui beneficiado pela Lei de Anistia. Eu acho que a Lei de Anistia é uma instituição da democracia brasileira.

Eu fui o Relator da ABIN. Vários textos produzimos até chegarmos à forma final.

O art. 1º da lei que cria a ABIN diz o seguinte:

“Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional”.

E no parágrafo único do art. 3º está dito:



“Parágrafo único. As atividades de inteligência serão desenvolvidas, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado”.

A ABIN, na concepção original, é uma agência de inteligência, que lida com inteligência e contra-inteligência e municia o Presidente da República. E tem no chefe do Gabinete da Segurança Institucional o único nível de intermediação entre a agência e a Presidência da República.

Eu estou surpreso, general, que 72 horas depois da divulgação desse diálogo e da suposição de que ele tenha sido feito pela ABIN, por algum agente da ABIN, o senhor não saiba ainda nos esclarecer exatamente o episódio. Eu não digo que caiba ao senhor, mas a quem está abaixo do senhor. Evidentemente que o cidadão que estava sendo o responsável pela agência foi afastado, mas há outro, e há outros, e há a agência inteira. Então, essa é uma primeira questão que me preocupa muito: 72 horas depois.

Uma outra questão que me preocupa muito são esses gastos da ABIN, porque aí não é uma questão de partido A ou B, oposição/governo, é uma questão da democracia brasileira. É gravíssimo o que aconteceu.

Vê-se aqui que a ABIN tem direito ao cartão corporativo, usa recursos em dinheiro, recursos expressivos. Nunca ninguém se indagou para o que a ABIN usa esses recursos?

Eu não quero saber, mas quem comanda precisa saber. É para saber se o Afeganistão e a Índia vão jogar um ao outro uma bomba atômica e municiar o Presidente da República sobre isso? Contratamos uma consultoria de uma empresa que é especialista em análise sobre países que têm a bomba atômica, possibilidade de algum incidente, alguma ação e tal? É para saber se há alguma possibilidade de instabilidade institucional na América do Sul ou de conflito de qualquer natureza, ou internamente, ou é para comprar aparelho de escuta telefônica? Se for, quem concedeu isso cometeu um crime. A ABIN está interdita desse tipo de atividade. Está na lei.



Se não bastasse, o Ministro Ayres Britto deu um voto definitivo sobre isso. A ABIN, nem por ordem judicial, pode interceptar conversa telefônica. Ela não é polícia judiciária.

E aí me vem essa indagação: o responsável da ABIN tinha noção de como eram feitos esses gastos? Onde eram feitos esses gastos, para deles poder sentir se eram realmente compatíveis com o objetivo da agência ou se estava se criando alguma distorção?

Depois, general, há uma questão de natureza conceitual. Fazia tempo que eu não me preocupava com a ABIN. No meu entendimento, a ABIN estava cumprindo a sua função exatamente dentro daquilo que a legislação determina. Mas pude ver agora que a ABIN se define equivocadamente, conceitualmente está errado, como órgão de Estado. Ela não é um poder. Como ela é órgão de Estado se não é um poder? Ela é uma agência que serve ao Presidente da República, ao Chefe de Governo e Chefe de Estado.

Mas pretextando, isso é texto da ABIN, documento da ABIN: *“A ABIN é um órgão de Estado, não é um órgão de governo. O Estado brasileiro é permanente. Os governos transitórios. A ABIN não tem qualquer vínculo político partidário.”* Deus queira! *“É um instrumento de Estado, voltado para a defesa da sociedade brasileira, absolutamente apartidário. Seu compromisso ideológico é, de forma única e exclusiva, com a democracia”.*

Eu até concordo com o texto, só não concordo com que a ABIN é um órgão de Estado. Ela é m órgão de governo e é por isso que talvez ela esteja se concedendo uma autonomia que ela não tem, nem pode ter, porque ela é órgão de governo. Ela presta obediência e serviços exclusivamente ao Presidente da República, para apurar a qualidade das decisões do Presidente da República, as suas falas, as suas intervenções.

E aí, em seguida a essa questão, general, coloco uma outra, e essa é dirigida mais diretamente ao senhor, embora o senhor tenha dito aqui que o comandante da ABIN, o responsável pela ABIN tem toda a autonomia com respeito ao Gabinete de Segurança Institucional. Autonomia, sim, general, mas o senhor se sente confortável nessa situação — do ponto de vista da agência, o senhor é o único nível de intermediação entre a agência, do Gabinete de Segurança Institucional e o



Presidente da República —, respondendo, como o senhor respondeu aí, fazendo considerações como o senhor fez aí? A impressão que me dá é de que o senhor quer guardar uma distância dessa situação, que é gravíssima — quero insistir. Foram grampeados o Presidente do Poder Legislativo, o Presidente do Congresso Nacional, vários Parlamentares, a exemplo do que fazia o SNI, que levou o Gen. Golbery, anos depois da criação, dizer: “*Criei um monstro que constrange as pessoas, que intimida as pessoas*”. O senhor se sente à vontade com essa postura de que isso é algo que não tem muito a ver com a sua responsabilidade institucional de chefe do Gabinete da Segurança Institucional?

São 3 questões, general. Às informações todas o senhor tem acesso e, passadas 72 horas, o senhor não tem condições de nos esclarecer. Por quê? A aquisição e os gastos da ABIN nunca foram objeto de uma reflexão, de uma tentativa de identificação? Qual a origem? Para onde? Para o quê?

Finalmente, além da questão conceitual — esta nós vamos ter que rediscutir no Parlamento —, estou vendo que isso agora é parte do documento da ABIN. Por último, essa questão da sua situação pessoal: o senhor se sente confortável, na condição de chefe do gabinete, tendo esse episódio a explicar e não tendo ainda nenhuma explicação a dar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado José Aníbal, obrigado pela sua comunicação de liderança.

Passo ao questionamento...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Um momentinho, Deputado.

Passo a palavra, em seguida, ao Relator para continuar com os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Para uma questão de ordem, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É o seguinte: os Líderes podem falar a qualquer momento, desde que não haja orador, no caso, fazendo perguntas, porque atrapalha. Então, que seja dado um momento. Ou seja, eles não podem atrapalhar



quem estiver fazendo pergunta. Se alguém está na tribuna, ele tem o direito de falar e terminar o seu discurso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANÍBAL - A qualquer tempo e hora, Deputado. Veja no Regimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas não pode tirar ninguém da tribuna.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANÍBAL - Veja no Regimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ninguém pode ser retirado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANÍBAL - Veja no Regimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...porque a palavra é assegurada a ele. Não pode tirar de jeito nenhum. Eu espero que seja respeitado o Regimento desta Casa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Luiz Couto, Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos continuar. Não há questão de ordem, porque essa questão já foi decidida. O Líder fez a sua...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para contraditar regimentalmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não. Muito obrigado.

É muito oportuna a palavra do nobre colega que me antecedeu. Na verdade, o Líder tem a palavra a qualquer momento, durante a sessão, e no caso do PSDB, por 6 minutos. Eu gostaria só que V.Exa. tomasse e tivesse ao tempo, porque ele falou 8 minutos. E se cada orador prorrogar o que tem para falar, nós só vamos terminar a sessão às 10 horas da noite, e mesmo em respeito às pessoas que vieram aqui e se inscreveram antecipadamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Carlos Willian.



Informo a V.Exa. que no meu registro começou às 16h24min, terminou às 16h30min. S.Exa. fez a comunicação de liderança que lhe era possível fazer regimentalmente.

Agora, passo a palavra ao Relator para continuar seus questionemos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, antes eu tinha feito uma colocação e V.Exa. iria aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O documento será entregue pelo general.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu quero que o documento seja entregue e afixado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. poderá fazer a entrega desses documentos à Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o que V.Exa. consultou agora a respeito das atividades?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não há documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não há documento?

V.Exa. poderia encaminhar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O documento está aí. Ele leu o documento agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Um momento Deputado.

V.Exa. poderia encaminhar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito? Gen. Félix, V.Exa. poderia encaminhar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito as informações relativas, por escrito, de quais foram as medidas e ações adotadas pela...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, general.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ministro, o jornal *Folha de S.Paulo on-line* traz na sua edição do dia 1º, portanto ontem, uma informação que é atribuída ao jornalista Luís Nassif, na qual ele remete a uma reunião que teria havido entre alguns Senadores, o Presidente, com a presença de V.Exa. E nessa reportagem está consignado que V.Exa. teria, segundo o Senador Demóstenes, na



reunião, aventado que esse vazamento teria 3 hipóteses, 3 possibilidades. Uma possibilidade seria uma escuta ilegal realizada por algum agente da ABIN. A outra possibilidade é um aparelho no próprio Senado Federal, ou seja, que o Senado tivesse algum tipo de equipamento, ou de gravação de ligações que ocorrem externa para dentro, como tem algumas empresas até que avisam que essa ligação está sendo monitorada, ou que o Supremo tivesse algum tipo de equipamento de monitoramento para registro, para segurança interna. A terceira hipótese é de que seria alguém a mando do banqueiro Daniel Dantas que teria conseguido aliciar algum agente da ABIN ou teria vazado essa informação através da revista *Veja* para enfraquecer a atual direção da ABIN. São verídicas as informações trazidas pelo jornalista Luís Nassif? Essa reunião aconteceu com a presença de Senadores, V.Exa. e do Presidente Lula e V. Exa. teria feito essas afirmações?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Houve uma reunião ontem à tarde com a presença das pessoas que foram mencionadas, mas foi uma reunião reservada. De modo que eu não tenho, eticamente, o direito de comentar aquilo que foi conversado na reunião. Foram tratados temas políticos de política partidária, foi tratado esse tema também, mas foi uma reunião reservada. De modo que, eticamente, eu não tenho o direito de mencionar qualquer coisa que tenha se passado nessa reunião. Houve uma reunião pela manhã, com 3 integrantes do Supremo Tribunal Federal, e houve uma reunião política mais tarde. Todas as 3 reuniões foram reuniões sigilosas. De modo que eu, eticamente, não posso abrir a boca para falar nada do que aconteceu nessas reuniões. Muito obrigado, mas...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ministro, dentre as hipóteses, tenho aqui em mãos também 2 documentos: um da Presidência da República, uma nota à imprensa que fala dos procedimentos que foram adotados:

“1) referendar o pedido do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Felix, ao ministro da Justiça, Tarso Genro, de abertura de inquérito policial pela Polícia Federal para investigar os fatos;



2) *para assegurar a transparência do inquérito, afastar temporariamente a direção da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) até o final das investigações;*

3) *manifestar a expectativa de que o Congresso Nacional aprove o mais rápido possível o PL 3272/08, de iniciativa do Poder Executivo, que regula e limita as escutas telefônicas para fim de investigação policial;*

4) *determinar ao Ministério da Justiça a elaboração, em conversações com o Supremo Tribunal Federal, de projeto de lei que agrave a responsabilidade administrativa e penal dos agentes públicos que cometerem ilegalidades no tocante a interceptações telefônicas e de qualquer pessoa que viole por meio de interceptação o direito de todo cidadão à privacidade e à intimidade.”*

E logo a seguir, tem uma nota também da ABIN que, no seu item 1, informa:

“1. Determinar à Corregedoria-Geral do órgão a abertura de sindicância destinada a apurar o possível envolvimento de servidores da Agência nos fatos noticiados.”

Pede também:

“2 - Enviar ofício ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República solicitando o acionamento da Procuradoria-Geral da República e do Ministério da Justiça, com vistas à adoção das medidas investigatórias cabíveis para o esclarecimento dos fatos em toda sua extensão. A Direção-Geral da ABIN reitera a confiança no corpo funcional da instituição e espera que os fatos apresentados na reportagem sejam definitivamente esclarecidos.”



Dentre as hipóteses que o Gabinete de Segurança Institucional trabalha para o fundamento ou não dessa reportagem da revista *Veja* estaria a possibilidade de envolvimento de algum agente da ABIN nesse episódio?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Nós não descartamos nenhuma hipótese. Nem mesmo essa. Eu repito: a ABIN como instituição é uma coisa. Servidores da ABIN são seres humanos sujeitos a erros, a acertos como em qualquer outra instituição. E nós temos alguns instrumentos de controle, por ser uma atividade de inteligência. E, pelo fato dos nossos servidores terem acesso a determinado tipo de informação, nós temos a obrigação de ter, e para isso existe, a chamada Conta Inteligência, Segurança Orgânica. São coisas que se preocupam com isso. Mas nós temos também a obrigação de trabalhar estritamente dentro do que a lei nos permite. As pessoas, sejam elas da ABIN ou de fora da ABIN, têm direito à sua vida privada, têm direito à sua individualidade e têm direito de conversar com quem quiserem — seja lá que tipo de profissional for —, só não têm o direito de vazar informações. Quando se consegue caracterizar isso pelos meios legais, nós, então, abrimos processo administrativo para responsabilizar os servidores. Mas, repito, temos que usar apenas os instrumentos que a lei nos permite. E é isso que nós fazemos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ministro, há precedente na ABIN de alguns de seus agentes envolvidos em vazamento, ou venda de informações, ou fazendo essa atividade clandestina ilicitamente?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Há, há precedente de vazamento de informações e uma dificuldade muito grande de se comprovar que isso aconteceu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesse caso...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Os meios de que nós dispomos não nos permitem fazer determinadas coisas. E por não podermos fazer, não podemos comprovar. De modo que é uma situação difícil, gera inclusive um clima, às vezes, de desconfiança com relação a alguns servidores da ABIN. Isso coloca essas pessoas que não têm a sua culpa comprovada em má situação. É um dilema que nós vivemos, tentamos, então, pelo trabalho de convencimento, tentar



minorar os efeitos desses problemas. Mas que eles ocorrem, ocorrem; já ocorreram. De modo que, como eu disse, isso é inerente ao ser humano.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas eu pergunto a V.Exa: há algum caso investigado em que houve a comprovação de algum agente da ABIN envolvido em investigação ilegal?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Comprovação não. Nós, de 2003 até agora, seguramente devemos ter umas 4 ou 5 sindicâncias buscando caracterizar isso. Sindicâncias realizadas pela própria Agência Brasileira de Inteligência. Duas sindicâncias realizadas pelo Gabinete de Segurança Institucional, buscando caracterizar esses vazamentos, mas nunca conseguimos uma comprovação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para deixar claro, Ministro: uma coisa é vazamento de informação, e aí esse vazamento pressupõe inclusive acesso a determinada informação. E, no caso de interceptação telefônica, também como essa informação chegou, ou era de propriedade, digamos assim, da guarda da ABIN? Essa é uma coisa. A outra coisa é se a Agência já apurou algum caso em que agentes seus estariam envolvidos em atividades de interceptações de comunicações telefônicas ilegais?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Tem um caso, tem um caso antigo, na época do Governo passado, em que foi comprovada a atividade dos servidores; os servidores já foram condenados em primeira instância, mas estão em liberdade porque houve o recurso, mas ainda estão *sub judice*. Continuam trabalhando. Evidentemente a essas pessoas a gente limita o acesso a determinado tipo de informação, mas cumprimos a lei. Continuam trabalhando na Agência Brasileira de Inteligência *sub judice*.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Neste Governo, atualmente tem algum caso concreto?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Há alguma norma da ABIN que obriga seus servidores a um compromisso de confiabilidade e confidencialidade das informações, mesmo depois que saem da Agência, aposentados ou os que se desligam voluntariamente? Eles têm uma cláusula de confidencialidade?



O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Isso é inerente a qualquer servidor público. Qualquer servidor público que tenha acesso a documentação sigilosa, a legislação responsabiliza esse servidor por um eventual vazamento ou tratamento indevido dessa informação. Isso aí faz parte, são... têm vários decretos aí, o nº 4.557, 3.505. Têm vários decretos aí que cuidam disso aí. E existe legislação também. Existe lei, se não me engano, uma lei de 2001... Não me recordo agora, não tenho de cabeça, mas que também faz a responsabilização do servidor público.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É do conhecimento do GSI que exista algum equipamento no Supremo Tribunal Federal que possa ser utilizado para fazer gravação de ligações telefônicas ou interceptações?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. O Supremo tem lá... Nós não temos nenhuma ligação direta assim com o Supremo para saber que tipo de equipamentos eles possuam ou não possuam.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Qual foi o órgão, Ministro, que licitou a compra das maletas na época do PAN?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu não me lembro, mas deve ter sido, na época da aquisição desse equipamento, deve ter sido a SENASP, porque quem estava fazendo a aquisição em bloco... Inclusive, às vezes, para conseguir um preço melhor, então fazia requisição para todos os órgãos de uma maneira conjunta, para conseguir um preço melhor, uma escala de preço melhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esses equipamentos foram comprados especificamente para o Pan, ou para o Pan e depois para, posteriormente, serem utilizados para operação?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Possivelmente... Como nós não usamos esse equipamento, nós não tínhamos nenhum interesse direto na aquisição desse equipamento. Nós sabemos porque vimos lá as licitações. Algumas nos interessavam, outras não. Mas nós tínhamos um conhecimento geral das licitações. Eu acho que...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, V.Exa. não tem informação da destinação posterior desses equipamentos?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não sei.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - As investigações realizadas pelos servidores da ABIN são sempre autorizadas pelas chefias imediatas e comunicadas ao Diretor respectivo?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É da norma. É a norma. Todas as vezes que alguém vai fazer parte de um trabalho para outra organização, isso aí o seu chefe imediato, obrigatoriamente, tem que saber, e isso, no mínimo, chega até ao nível de Superintendência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Algum agente tem autonomia operacional para desenvolver, tomando conhecimento de pronto de algum tipo de evento que possa correr risco a segurança nacional, ele pode, ele tem autonomia para fazer investigação?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Depende do tipo de problema. Quando o problema é um problema de maior monta, essa coisa então é levada inclusive ao Gabinete de Segurança Institucional e, eventualmente, até ao Presidente, quando há uma ameaça maior ou alguma coisa que seja um nível de preocupação maior. Antes da operação isso é discutido, então é levado até... se for o caso, levado até ao Presidente da República, para que ele dê autorização, dê o sinal verde para que nós façamos alguns tipos de trabalho.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Como é que o órgão monitora, Ministro, a cooperação entre os agentes da ABIN e os demais órgãos?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, isso é uma função da própria Agência Brasileira de Inteligência. Não há como o Gabinete de Segurança Institucional estar acompanhando muitas operações, diariamente, muitos trabalhos sendo desenvolvidos. O que fazemos é dar as prioridades. Isso é feito. E nas nossas conversas com o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, ele nos traz as preocupações, nos traz algumas informações, daquelas que ele reputa mais importantes. Agora, é interessante caracterizar... Nosso líder falou em orçamento. A ABIN tem um orçamento bastante detalhado. Esse orçamento ele começa na Presidência da República, vai ao Ministério do Planejamento, é analisado e é acompanhado sistematicamente pelo Gabinete de Segurança Institucional também. Temos uma comissão que acompanha o desenvolvimento do orçamento de todas as unidades do Gabinete de Segurança Institucional. A Secretaria Nacional Antidrogas,



a ABIN e nós mesmos. E eu quase sempre participo dessas reuniões para acompanhar a execução do orçamento, e muitas vezes eu também tenho a possibilidade de interferir em determinados processos. Quando os processos me preocupam ou podem dar algum tipo de problema, por exemplo, algumas tentativas de fazer coisas sem licitação, nós interferimos e bloqueamos esse tipo de operação. Recentemente, diria há 1 mês e meio, 2 meses, nós baixamos uma portaria modificando bastante a sistemática de gasto de recursos da Agência Brasileira de Inteligência. Aliás, é um trabalho que nós estamos desenvolvendo junto com a direção-geral da ABIN de tornar as coisas cada vez menos sigilosas. Apenas aquilo que efetivamente deve ser considerado sigiloso terá classificação sigilosa. Essa cultura do sigilo está sofrendo uma modificação. Agora, nós temos problema inclusive legais. A lei manda que os nomes dos servidores da ABIN não sejam publicados, que seja publicada apenas a matrícula. Isso, para nós, nos dias de hoje, não deveria ser assim. Estamos propondo modificações na lei. Por quê? Porque não importa o nome do agente. O que temos de preservar o sigilo é que tipo de operação esse agente está fazendo, e não o nome dele. Isso aí... Então, coisas desse tipo, uma restrição bastante grande a gastos sigilosos, a classificar os gastos como sigilosos, isso nós temos, nós fizemos, estamos fazendo grandes restrições a isso. Quando um gasto, à exceção daqueles gastos da chamada verba sigilosa — verba para pagar informante, essa coisa — é evidente que tem que ter um tratamento sigiloso. Nenhum informante vai passar recibo. Mas as outras verbas da Agência Brasileira de Inteligência, a nossa exigência é que elas tenham cada vez mais o gasto público. Então, elas devem ter... todas as prestações contas que têm de ser ostensivas. E é nisso que nós temos trabalhado também.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Há compartilhamento nesse sistema de informações entre a ABIN e demais órgãos, eventualmente, de informações que tenham tido como móvel o objeto de interceptação de comunicações telefônicas?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Certamente, não. Por quê? Porque os Servidores da Agência Brasileira de Inteligência não podem trabalhar em interceptação telefônica.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas no compartilhamento não é possível fazer esse tipo de...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu mencionei aqui quais eram as áreas em que nós poderíamos compartilhar o trabalho, poderíamos ceder à nossa força de trabalho. Mas, certamente, nessa área, que eu tenha conhecimento, isso não foi autorizado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Ministro, não olhei atentamente todo o documento, mas pelo *slide* que foi passado ali eu não vi em nenhum momento quando é que, dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência, há definição de atribuição de cada órgão. O que é autorizado e o que é vedado a cada órgão nessa cooperação fazer. Isso está regrado especificamente...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ...quando foi criado?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. Cada órgão tem as suas atribuições legais. Nos diplomas que criaram esses órgãos cada órgão tem as suas atribuições legais. E, como eu disse, a lei deixa bem claro que não existe hierarquia entre os órgãos. Os órgãos só cooperam uns com os outros se quiserem cooperar. Não existe nenhuma obrigatoriedade de um órgão fornecer ou deixar de fornecer informações para um outro órgão, seja qual for o órgão.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É admitido algum tipo de cooperação informal?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Como?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É admitido algum tipo de cooperação informal?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - De uma maneira geral elas são informais. É ligação de superintendente com superintendente, delegado com superintendente. De uma maneira geral são informais. Informais a que eu me refiro é sem nenhum documento escrito, até porque, de uma maneira geral, são operações sigilosas. Então, uma troca de documentos não... Nós estamos... Nós estamos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E como é feito o controle desse tipo de relação?



O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Nós estamos, em função inclusive desses últimos acontecimentos, marcando uma reunião do Conselho do SISBIN. Nessa reunião nós vamos discutir uma formalização dessas solicitações, evidentemente preservando o sigilo das operações. Mas nós vamos criar documentos que permitam que essas colaborações sejam devidamente registradas, arquivadas e acompanhadas do ponto de vista, vamos dizer, burocrático-administrativo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. admite que hoje, como o sistema funciona, tem fragilidades que podem dar brechas a solicitações que...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... não sejam objeto de um monitoramento, de um controle?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A repercussão dessa operação recente nos mostrou que é preciso, então, criar, burocratizar um pouco mais essa relação. E nós vamos fazer isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A atual ABIN é uma sucessora do antigo SNI. Embora a gente não guarde missão institucional com o órgão que a antecedeu, mas ela herdou uma estrutura do antigo SNI. No processo dessa transferência de acervos, de dados, de pessoal, de equipamentos, nesse inventário, foi detectado algum tipo de equipamento que era utilizado pelo SNI para essas operações de escuta e de monitoramento?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - O equipamento que... o equipamento... Essa transferência... O SNI foi extinto em 1990, e a ABIN foi criada em 1999. Ao longo desses 9 a 10 anos, a ABIN passou por vários tipos de organização: pertenceu à Secretaria-Geral da Presidência da República, pertenceu à Secretaria de Assuntos Estratégicos, pertenceu à Casa Militar, e terminou quando foi criada, então, colada sob o GSI. Então, ao longo de todo esse tempo, o equipamento da ABIN não foi atualizado. Então, na verdade, equipamentos que eram modernos na década de 80, hoje são absolutamente obsoletos, não têm mais nenhuma... E nós estamos agora, assim, num processo de recomposição do equipamento de inteligência. Para isso, temos inclusive a promessa — eu mencionei ali — para o próximo ano, de um aumento no orçamento para que possamos, então,



adquirir esses equipamentos. E é bom caracterizar o seguinte: esses equipamentos, como todos os outros que vêm sendo adquiridos, vêm sendo adquiridos mediante licitação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que equipamentos seriam?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É possível que algum tipo de equipamento que seja necessário para fazer alguma coisa que nós não possamos revelar, particularmente no que diz respeito a países estrangeiros, então, esses aí poderão ser adquiridos com as verbas sigilosas. Mas isso tem uma prestação de contas tanto para o controle interno, como para o Tribunal de Contas da União. Existe uma metodologia para essa prestação de contas. Isso é incorporado ao acervo do órgão, ao patrimônio do órgão, de modo a que essa coisa é absolutamente e perfeitamente controlável durante todo o tempo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O GSI, ele faz, ele adota contramedidas no sentido de evitar que os telefones do Presidente da República e de autoridades ligadas à Presidência sejam interceptados?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Existe uma Diretoria de Telecomunicações, que não é do GSI, é da Casa Civil, que se preocupa em proporcionar os sistemas de comunicações necessários a toda a Presidência da República, que tem os equipamentos de varredura necessários para preservar a segurança do Presidente da República, tanto nos palácios e nas residências, como, também, quando ele se desloca para algum lugar. Previamente, essa equipe vai lá, faz a varredura, levanta todos os tipos de segurança necessários. O equipamento que é usado pelo Presidente da República também é um equipamento que nós consideramos bastante seguro. Então, é um trabalho conjunto da segurança com essa Diretoria de Telecomunicações da Casa Civil.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E em relação aos Ministros de Estado, quem é que faz esse tipo de proteção? É o GSI?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Polícia Federal e, eventualmente, Agência Brasileira de Inteligência. A Agência Brasileira de Inteligência tem equipamentos também de varredura de ambiente, até para a sua própria proteção. Mas, eventualmente, às vezes, recebemos pedidos de Ministros e, então, cedemos a equipe para que vá fazer uma varredura nas suas salas, nos seus



escritórios também. E é um trabalho que compartilhamos bastante com a Polícia Federal. Às vezes, uma área está sobrecarregada, outra vai atender. Temos bons equipamentos, a Polícia Federal também tem bons equipamentos de varredura, e a Presidência da República tem bons equipamentos de varredura também. É uma preocupação nossa essa de proporcionar a segurança dos ambientes de trabalho.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. teria feito uma referência, na fala inicial, a que uma informação que foi dada por um funcionário da TELEMAR nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, de que quando o Presidente Lula esteve no Rio de Janeiro, em 2005 — não 2006; me parece que a informação teria sido 2005 —, teria sido detectado no quarto do Presidente da República uma extensão de linha, *um jump*, que permitiria uma espécie de uma extensão de linha, e que ele teria considerado estranho — porque como é que uma linha do Presidente da República teria uma extensão —, e que isso teria sido comunicado ao GSI, e o GSI teria adotado as providências nesse sentido.

É verídica essa informação que o funcionário da TELEMAR deu a esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É, isso realmente ocorreu, com um detalhe: não era no quarto do Presidente da República. Como eu me referi aqui, o Presidente da República não se hospedou no Hotel Glória nesse período. O Presidente ficava normalmente no Sofitel. A equipe de segurança e de apoio é que ficava no Hotel Glória. Então, foi exatamente num dos aposentos ocupados por essa equipe que apareceu esse *jumping* — *2 jumpings*, em vez de 1, que seria o natural. Mas isso foi verificado e foi considerado que não era uma derivação para escuta.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então não foi... Mas foi detectado nesse período, nesse trabalho, algum tipo de tentativa de interceptação de comunicações telefônicas, de telefone do Presidente, pessoas ligadas à Presidência ou a Ministros de Estado?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Nós tomamos muito cuidado. Normalmente, 2 a 3 dias antes de o Presidente ocupar um determinado aposento aqui, e, às vezes, ou normalmente também e, principalmente, no exterior, essa nossa equipe vai lá, faz a varredura, monta o equipamento telefônico e isola esse



aposento. De modo que... Para que nós tenhamos, vamos dizer, uma certeza bastante grande de que o Presidente não será monitorado. Isso nós fazemos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas foi detectado, nesse período, alguma tentativa?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Como?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi detectado, nesse período... Foi detectado alguma tentativa?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu diria que sim. Sem entrar em detalhes, eu diria que sim, mas foi absolutamente desarmada. Principalmente em viagens ao exterior, o que é absolutamente compreensível. Depende da nossa competência. E os outros fazem o trabalho deles, e nós temos a obrigação de fazer o nosso. Isso é considerado "normal", entre aspas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu vou ficando por aqui.

Quero agradecer ao Ministro a sua colaboração.

Quero dar oportunidade a outros Parlamentares desta Comissão poderem dialogar com o Ministro.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ministro, V.Exa. teve conhecimento, por acaso, de alguma varredura feita no gabinete do Ministro Gushiken por órgão que não foi a ABIN ou a Polícia Federal, à época em que o Ministro Gushiken era Ministro de Estado?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Normalmente, as varreduras no gabinete do Ministro Gushiken eram feitas por essa equipe que faz a varredura de todos os chamados órgãos essenciais da Presidência da República, que é essa diretoria, DITEL, Diretoria de Telecomunicações na Casa Civil. Eles têm, sempre tiveram um bom equipamento. E normalmente, quando qualquer um de nós precisa, ou, periodicamente, acha que é interessante fazer uma varredura, eles vão lá e fazem a varredura. Não sei se por alguma outra razão o Ministro Gushiken teria pedido a outra organização para fazer isso. Normalmente, nós não usamos nem a



Polícia Federal nem a ABIN. Usamos a própria estrutura da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É, nós tivemos informação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito de que a Telemar, a pedido do Ministro Gushiken, realizou uma varredura em seu gabinete, à época em que o mesmo era Ministro.

Uma outra questão que eu acho que é importante: V.Exa. disse que é responsável pela segurança da família do Presidente da República. E, se eu não me engano, um irmão do Presidente da República sofreu uma interceptação. Ela foi legal ou ilegal?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. Na família... quem é considerado família do Presidente da República é o Presidente da República, esposa, filhos, noras e netos. Essa é a chamada família do Presidente e do Vice-Presidente da República. Fora desse círculo, as outras pessoas não são. Irmãos, ascendentes, outros tipos não são considerados como pessoas que devam receber segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. teve informação prévia de que a Agência Brasileira de Inteligência estaria integrando uma força-tarefa na Operação Satiagraha?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor achou estranha essa participação?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. Achei que seria uma participação, quando eu soube, uma participação rotineira, como tem sido feito em várias outras ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor não achou estranha a primeira declaração da Agência Brasileira de Inteligência, de ter dito que ela teria sido informal, e, depois, se constatar que de informal ela passou a ser uma ação formal, com deslocamento de agentes, pagamentos de diárias...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Ali, ali eu já tinha conhecimento de qual teria sido o tipo de colaboração.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Envolveu o deslocamento de agentes da ABIN...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...pagamentos de diárias...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...verba secreta empregada?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Provavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Carlos Willian com a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado, me permite?

Ministro...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu permito, Sr. Relator. Agora eu gostaria que V.Exa. e o Presidente também permitissem a participação do Plenário, porque...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sem dúvida, como temos permitido sempre, Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ... está tudo sendo esgotado e não haveria a possibilidade de quase participação nossa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. permitiu ou não permitiu?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Permiti. Faça o favor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Muito obrigado, Deputado Carlos Willian.

General, o que é que justificaria, do ponto de vista da competência legal da ABIN, a participação numa operação que estava sendo desencadeada para investigar a ação ou não criminosa de um determinado grupo econômico? O que justificaria a ABIN se envolver numa ação dessa natureza?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A justificativa, como sempre, é a necessidade de algum tipo de apoio específico. E eu me arrisco a dizer: não foi só



a ABIN que participou. O Banco Central ajuda, o COAF ajuda, a Receita Federal ajuda, cada um dentro da sua especialidade. Todos esses órgãos, de uma maneira geral, participam das operações. Participam. Não aparecem, evidentemente. A operação é da Polícia Federal. Mas quando são solicitados, esses órgãos participam e mandam os seus técnicos, os seus especialistas para ajudar a equipe da Polícia Federal. A Polícia Federal não é onipotente. Ela não tem toda a gama de especialistas que precisaria ter. Então, por isso mesmo, ela se vale de todos esses outros órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Carlos Willian, para os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Exmo. Ministro da Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Félix, a quem... Eu já tive o privilégio de dialogar com V.Exa. na CPI dos Cartões, CPMI dos Cartões. Inclusive, os jornais anunciam que a Oposição tentará politizar esta Comissão, que de antemão eu digo está muito bem presidida e relatada por ambos os Deputados ao lado de V.Exa — está aí o nosso Presidente Marcelo Itagiba. Até o presente momento, nós conseguimos ir, tecnicamente, ao que prevê o ato de constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Algumas perguntas feitas até aqui ao senhor, inclusive capciosamente, sobre os cartões corporativos, que não são objeto desta CPI e que na outra foram debatidas... E lá foi constatado e comprovado que são sigilosos os gastos da Presidência da República, principalmente os gastos da ABIN e do Ministério de V.Exa.

Mas para algumas perguntas, Ministro, nós não poderíamos ficar sem respostas, e essas perguntas têm que ser patenteadas, porque muita coisa aqui se falou, muita coisa — o senhor explicou o funcionamento do Ministério —, mas nós estamos querendo saber é sobre a escuta clandestina de telefones.

Há 8 meses, eu fui o primeiro Parlamentar a assumir a tribuna da Câmara dos Deputados para dizer ao Presidente Chinaglia que todos nós estávamos grampeados. E continuamos grampeados. Se o senhor vir os telefones... Os meus não, porque eu faça um teste aqui, e eu não estou grampeado pelo telefone, mas os



meus funcionários estão. E eu não consigo saber se eu estou sendo investigado ou se estão me bisbilhotando. E este é o problema que cerca qualquer cidadão brasileiro que faça algum trabalho neste País, um profissional liberal bem-sucedido, um grande empresário, um grande médico: a bisbilhotagem que andam fazendo.

Aí eu pergunto a V.Exa. sobre, especialmente, a ABIN — o senhor pode me responder no final —: a ABIN obtém ou não obtém aparelho de escuta, de espionagem, alguma coisa assim? Por que V.Exa. colocou o cargo à disposição do Presidente da República, conforme dizem os jornais, sendo que V.Exa. sabe que o seu cargo já está à disposição dele? V.Exa. tem cargo em comissão, não haveria essa necessidade.

O Dr. Paulo Lacerda foi afastado com mais 2 auxiliares. Inclusive, um deles tem um cargo de contra-espionagem, ou seja, ir contra os espões. O senhor já disse que a ABIN não fez. Se a ABIN não fez, só pode ser a Polícia Federal. Se foi a Polícia Federal, por que ninguém da Polícia Federal foi afastado? Não tem conhecimento? Não foi discutido? Não foi feito?

Existe uma matéria no jornal, feita pela Fernanda Krakovics, do *Globo*. Ela diz o seguinte — e eu gostaria de saber do senhor, porque pode não ser verdade, ou seja, pode ser algum equívoco —: *O Senador Demostenes Torres afirmou, na reunião realizada nesta segunda-feira no Palácio do Planalto: o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Félix — que é V.Exa. — apresentou uma tese para o vazamento do grampo. Na opinião de Jorge Félix, os responsáveis pelo grampo telefônico seriam o banqueiro Daniel Dantas e o investidor Naji Nahas, com o intuito de desmoralizar as provas obtidas na Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal.*

O Daniel Dantas veio aqui, Ministro, e conseguiu me convencer de que o Governo todo foi contra ele, de que o Governo queria que ele vendesse a Telecom, ou a telecomunicação brasileira que era dele, o que acabou acontecendo. Ele disse que o delegado que o investigou estava em conluio com a ABIN, para poder fazer escutas telefônicas clandestinas sobre ele. Agora, essa nobre jornalista diz que V.Exa. desconfia, ou seja, que V.Exa. acha que foram o Naji Nahas e o Daniel Dantas que divulgaram essa escuta telefônica.



Então vamos lá. V.Exa. é a pessoa que dirige o órgão de inteligência deste País. Se o senhor concordar que realmente isso é verdade, e V.Exa. acha que ele vazou, então quem grampeou? De onde eles obtiveram esse grampo?

Eu, sinceramente, acredito na competência de V.Exa. É uma das maiores reservas morais que este País tem. Conduz com muita habilidade esse cargo tão importante que é a segurança do Presidente da República, Presidente esse que, quando se formou essa crise, teve o pulso de afastar o Presidente da Agência e os seus 2 auxiliares. E acho que vai continuar com o pulso de apurar esses fatos até o fim. É o que espera a Oposição neste Congresso Nacional, é o que esperam Deputados como eu, da base do Governo, e é o que espera a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o General Jorge Félix. Houve alguns questionamentos. Se V.Exa. pudesse responder...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Bom, vamos por partes. Aquisição de aparelhos de escuta por parte da Agência Brasileira de Inteligência. As aquisições da Agência Brasileira de Inteligência estão à disposição, estão à disposição no SIAFI e são todas elas controladas, como eu disse, pelo Tribunal de Contas da União, de modo que não existe essa aquisição de aparelhos de escuta. Existe aquisição de aparelhos, sim, de varredura. Isso existe. Existe porque é uma necessidade e uma obrigação da Agência se proteger. Por que o afastamento? O afastamento, evidentemente, foi uma decisão política. As decisões políticas são tomadas pela área política do Governo. Claro que nós também fazemos parte da área política do Governo — todos os Ministros fazem parte da área política do Governo —, mas essa foi uma decisão do Presidente da República, tomada em função da conjuntura. Não foi uma decisão definitiva, foi um afastamento provisório, até que o inquérito termine. Do ponto de vista humano, é interessante, entre outras coisas, nós termos em mente o seguinte: o Dr. Paulo Lacerda, até recentemente, menos de 1 ano atrás, pouco menos de 1 ano atrás, o Dr. Paulo Lacerda era o Diretor-Geral da Polícia Federal. Então, para evitar um constrangimento para um delegado encarregado de um inquérito estar ali junto com um ex-chefe dele... Uma das razões que levou a esse afastamento certamente foi essa. Estou lhe adiantando porque é uma coisa de evitar constrangimentos, eu diria até constrangimentos



mútuos. De modo que foi uma decisão muito bem-aceita e, politicamente, do meu ponto de vista, uma decisão que observou o princípio da oportunidade e da necessidade de dar uma satisfação. Volto a repetir: o que a jornalista menciona e o que foi mencionado pelo Senador são coisas que o Senador mencionou e a jornalista mencionou. Eu me reservo o direito de, em reuniões consideradas reuniões sigilosas, não tecer nenhum comentário sobre o que aconteceu nessas reuniões.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A pergunta não é sobre a reunião. É verdade ou não é verdade da jornalista?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu não posso julgar o caráter de ninguém. A informação é uma informação que ela obteve de alguém e passou essa informação adiante. Juízo de valor, como eu disse, levantamento de hipóteses do que é que pode ter acontecido claro que nós fizemos e continuaremos a fazer, procurando quem se beneficiaria ou quem seria prejudicado na hipótese A, B, C, D e E. Mas também, como eu disse, no momento em que nós determinamos a instauração de uma sindicância e no momento em que nós pedimos a instauração de um inquérito policial militar, a partir desse momento — e o inquérito foi instaurado hoje... E fizemos ainda uma solicitação ao Procurador-Geral da República que designasse alguém para acompanhar esse inquérito — nós queremos que essa coisa realmente seja esclarecida até o final. De modo que, a partir daí, eu também me sinto impedido de manifestar posições ou levantar hipóteses, para não estar eventualmente condicionando ou colocando alguma coisa que possa de alguma maneira influir na condução dessas 2 peças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Deputado Domingos Dutra, para os seus questionamentos, e depois ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Itagiba, Deputado Relator, Deputado Nelson, General Jorge, eu vou fazer minhas perguntas e vou preferir que o depoente responda uma a uma. E me reinscrevo porque eu tenho certeza de que é possível que os meus 10 minutos sejam insuficientes. Portanto, já peço a minha reinscrição posterior.



Queria dizer também, Sr. Presidente, que eu quero aprender diante da complexidade do tema objeto desta CPI. Eu estou há poucos dias nesta Comissão, após mais de 10 meses de andamento, considero que esse tema é um tema complexo, interessa ao povo brasileiro, envolve as instituições públicas. Portanto, é muito importante que os depoentes sejam, além de verdadeiros, didáticos, para que todos nós possamos ter uma verdadeira compreensão e, ao final, oferecer um produto à sociedade.

Queria dizer, nesse sentido, que a cautela, o cuidado é mais do que necessário diante desse tema. E considero que a decisão do Presidente Lula de afastar o comando da ABIN, em vez de demiti-lo, foi uma decisão cautelosa, responsável diante do tema.

Assim como os Ministros do Supremo já declararam que não julgam baseados no grito, que não julgam baseados no clamor da opinião pública, creio que o Presidente da República também não pode decidir baseado no grito de nenhum Ministro nem de nenhum Parlamentar. Portanto, considero equilibrada a decisão do Presidente Lula. E aqui manifesto a minha solidariedade tanto ao Ministro Presidente do Supremo quanto ao Senador, que tiveram suas conversas grampeadas, e ao Presidente da República, pela decisão sensata e equilibrada.

General, o Dr. Paulo Lacerda eu conheci aqui num depoimento e o considero um servidor público competente, responsável, experiente, provado pelos cargos que assumiu e que está assumindo atualmente.

Ele veio aqui e declarou que a Agência de Inteligência não faz espionagem ilegal, que a Polícia Federal é que faz as escutas baseadas em decisões judiciais.

Eu pergunto ao senhor... Já há inclusive um pedido anunciado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá de reconvocação do Delegado Lacerda, que este Plenário vai aprovar ou não. Eu pergunto ao senhor: ao seu juízo, o Delegado Lacerda faltou com a verdade aqui nesta Comissão? Se o senhor considera que ele falou a verdade, que não há escuta clandestina, que não há autorização da Agência para promover esse tipo de trabalho, se ele falou a verdade, há descontrole, por parte dele, dos seus agentes? Se há descontrole, eu pergunto ao senhor, diante das 3 hipóteses do grampo, envolvendo o Ministro do Supremo e o Senador: entre o próprio Senado, Daniel Dantas, ou agentes da Agência, qual na sua opinião... E já



que o senhor falou ainda há pouco também que não descarta nenhuma hipótese, tendo falado a verdade o Dr. Lacerda, ele tendo o controle dos seus agentes, eu pergunto ao senhor: qual é o grau de certeza de que não há agentes da agência especial de investigação envolvidos nesse grampo?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Bom, a primeira resposta. É evidente que eu não admito que o Dr. Paulo Lacerda tenha faltado com a verdade. Se fosse assim, nós estaríamos aí diante de um conflito que teria que ser resolvido rapidamente. É evidente que, para mim, ele não faltou e não falta com a verdade. É um homem sério, digno, e não existe essa hipótese. Quando se fala em descontrole, nós só podemos falar em descontrole se tivermos a pressuposição de que realmente aconteceu que foi gente da Agência Brasileira de Inteligência que fez isso. Ou, pior ainda, que a Agência, institucionalmente, permitiu ou determinou que isso acontecesse. Nós não aceitamos essa hipótese. Eventualmente, quando eu disse "*eu não descarto nenhuma hipótese*", nós lidamos com seres humanos. Pode ser alguém do corpo de servidores da Agência? Sim, pode ser. Grau de probabilidade: baixo para mim. Para mim, eu considero baixo esse grau de probabilidade. Por quê? Porque nós temos controle. Os chefes têm controle, os chefes conhecem as pessoas. As pessoas que trabalham na Agência Brasileira de Inteligência, a maioria delas está junta há muitos anos. O último concurso que nós fizemos terminou em 2004, início de 2005. Foi o último concurso. O concurso anterior tinha sido ainda na década de 90. De modo que essas pessoas que trabalham na Agência Brasileira de Inteligência elas se conhecem, se conhecem há muito tempo. E o fato de se conhecerem e trabalharem juntas faz com que, numa organização desse tipo, seja mais difícil alguém romper essa relação de confiança que deve existir em quem trabalha com informações sigilosas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Admitindo essa possibilidade, embora baixa, que o senhor refere, de envolvimento de agentes públicos, as atividades da Agência são muito secretas. A serem verdadeiras que as escutas foram feitas por agentes da ABIN, um número bem menor (*falha na gravação*) ao grampo, que significa que pouca gente teve esse privilégio de ter acesso ao grampo feito ao Ministro Gilmar Mendes e ao Senador Demóstenes.



Eu perguntaria ao senhor: na sua opinião, como poderia só a revista *Veja* ter tido acesso a essa informação de um órgão que é secreto, de uma atividade que foi feita talvez por pouca gente? Como a revista teve acesso?

Há disputa política de poder no interior da Agência? Há disputa de poder entre a Agência e a Polícia Federal? Há disputa de poder entre a Agência e o gabinete que V.Exa. comanda? Na sua opinião, há algum objetivo de atingir o Governo, de levar o Governo para essa crise às vésperas das eleições municipais, diante de um governo popular, diante de um Presidente popular, que pode influir muito nas eleições e que, de repente, uma crise dessas, 30 dias antes da eleições, pode afetar o processo?

E pergunto ainda: a fonte da revista *Veja* não poderá ter sido o autor do grampo?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Bom, eu volto a... volto a me repetir: eu não posso partir da pressuposição de que houve esse grampo, principalmente como o senhor colocou — seria um grampo institucional. Nesse caso, estaria... A Agência estaria totalmente contaminada, o que, na nossa visão e daquilo que nós conhecemos e nos relacionamos com as pessoas, é quase que...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu coloco dentro do percentual.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - ... uma improbabilidade. Eu não vou dizer porque não existe... Na natureza não existe o absoluto, nem o zero, nem o 100%.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Porque V.Exa. afirmou que a possibilidade... Na sua opinião, é baixíssima a possibilidade de ser agente público.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dentro dessa possibilidade mesmo pequena de ser é que eu faço essa pergunta: em sendo, por que será? Por que não levaram para a autoridade competente? Tem disputa? É nesse sentido que eu fiz as perguntas a V.Exa.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Essa é uma das perguntas que nós fazemos. Se essa coisa realmente ocorreu, supondo-se que tenha ocorrido, causa estranheza o fato de que essa pessoa que certamente fez isso, movida por alguma indignação, não tenha procurado a Polícia, o Ministério Público, o próprio



GSI ou o seu chefe. Tenha simplesmente procurado um jornalista. Causa estranheza? Causa. É possível? É possível. Claro que é possível. Provável... Probabilidade, para mim, como eu disse: baixa probabilidade. Mas possível? Tudo é possível. Como eu disse, estamos lidando com seres humanos com as mais variadas motivações. A sua pergunta é se existe alguma disputa de poder. Qualquer organização tem as pessoas satisfeitas e tem as pessoas insatisfeitas. Se isso configura uma disputa por poder, eu diria que, no momento, não. Já houve momentos de mais tensão dentro da Agência Brasileira de Inteligência. Como eu disse, nós conseguimos... Recentemente, foi votada nesta Câmara e votada no Senado uma medida provisória que deu, pela primeira vez, um plano de carreira aos servidores da ABIN. Não abrangeu a todos os servidores — uma grande parte deles ficou fora, por dificuldades legais de enquadramento. Tentamos de todas as maneiras beneficiar o maior número possível de pessoas, mas esbarramos na legislação. A Casa Civil e o Ministério do Planejamento são os nossos guardiões da legislação e nos mostraram a impossibilidade de fazer isso. Mas, mesmo não tendo enquadrado todos os servidores no plano de carreira, todos os servidores foram beneficiados. Evidentemente, uns mais, outros menos, mas todos foram beneficiados. De modo que o grau de insatisfação, se existe — normalmente existe, é natural —, eu diria que ele estaria num dos momentos mais baixos dentro da história recente da Agência Brasileira de Inteligência. Relação com a Polícia Federal: eu considero boa a relação com a Polícia Federal. Não vejo disputa de poder, até porque são áreas completamente diferentes. Não há concorrência entre o trabalho da Agência Brasileira de Inteligência e o trabalho da Polícia Federal. Eu diria que há, sim, complementaridade. Nós acompanhamos diversos temas e, quando percebemos que há indícios de alguma atividade criminosa, imediatamente nós passamos para a Polícia Federal, que é a nossa obrigação. De modo que a relação, como todas as relações, tem altos e baixos, mas eu não considero que haja nenhum tipo de crise ou de disputa de influência entre as 2 organizações.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu me reinscrevo, em função do tempo, e agradeço ao Deputado Luiz Couto a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. está reinscrito.



Vou passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, mas antes, só para colocar, complementando aqui a pergunta, não lhe parece que criou, de alguma forma, um desconforto o fato de a Agência Brasileira de Inteligência ter cooperado formalmente com a autoridade policial que fazia uma investigação sem o conhecimento — pelo menos foi isso que foi reportado à época — do Diretor-Geral da Polícia Federal? Não criou um certo desconforto, e tiveram que ser feitas reuniões para tentar aplinar essas questões?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Se houve, eu diria que está superado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, podemos admitir que deve ter havido e que foi superado.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados, o nosso General tem colocado que houve uma escuta. Agora, é preciso nas investigações saber quem fez, como fez, para que fez e quem mandou fazer. São questões que devem ser elucidadas por quem está à frente dos inquéritos.

V.Exa. diz aqui que o importante é que a verdade seja estabelecida e que os culpados sejam punidos.

Nós tivemos aqui no Brasil diversas operações chamadas clandestinas, escândalos e espionagens, e, na maioria das vezes, as pessoas que fizeram isso não foram punidas. É o caso lá em 95, quando houve aquela escuta do SIVAM por órgãos dos Estados Unidos e afastaram o chefe do cerimonial e fizeram contrato; foi em 98, quando houve a escuta do BNDES também, e houve uma espécie de abafamento; foi em 2003, quando o próprio Relator foi... ou seja, houve interceptação telefônica do próprio Relator Nelson Pellegrino lá na Bahia, e aí o Senado não deu oportunidade para que respondesse o Senador à questão ao Conselho de Ética; em 2004, tinha a Operação Chacal, onde também o Sr. Daniel Dantas chega aqui e diz que não tinha nenhuma informação e, ao mesmo tempo, já tinha dado entrada no Supremo pedindo que às informações que ali estivessem não fosse dada publicidade; e agora, ou seja, teve também em 2008... Aqui, em 2008, estive a Dra. Cláudia Fernanda de Oliveira, que disse que os seus telefones foram grampeados quando ela fazia investigação sobre o Instituto Candango da



Solidariedade, aqui no Distrito Federal. Agora vem novamente essa questão do grampo que teria sido feito, segundo *Veja*, que usa a palavra vingança... E parece que há uma situação que *Veja* e o Sr. Daniel Dantas colocam como sendo o delegado Paulo Lacerda como responsável por alguma coisa, porque, segundo Daniel Dantas, o Paulo Lacerda teria sido... um dossiê que teria contra o mesmo, de contas no exterior, o que ele negou aqui, quando aqui esteve.

Eu faria agora para o senhor algumas questões. Primeiro, eu queria saber: as informações que hoje trazem *blogs*, *sites* e tudo o mais, afirmando que o senhor foi mantido como chefe, mas que o senhor se sentia em situação incômoda e que a missão recebida do Presidente Lula para investigar... o senhor consideraria isso uma missão espinhosa e embaraçosa. Quero saber se de fato isso acontece ou não.

O senhor colocou 3 cenários distintos: um seria a encomenda privada; o outro, uma maneira de tumultuar a operação; outra seria uma briga interna. Se isso foi mesmo o que o senhor disse ou alguém colocou aqui... E outra seria que no próprio Senado poderia acontecer.

Eu pergunto: é possível, através do sistema *call center*, gravar todas as conversas travadas através de um telefone? Isso é possível? Ou seja, eu sei que é quando a gente coloca lá a tecla, e eu posso ouvir tudo o que o outro está falando e eu posso colocar um gravador ali e gravar toda a história. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é se, nesse cenário que o V.Sa. coloca, de que alguns informantes da ABIN estão respondendo processo, estão *sub judice*... Se de fato tanto quem já fez uma vez poderá repetir como algumas pessoas que já foram reformadas, que já estão aposentadas, arapongas que estariam... que no tempo das chamadas inteligências que tinham nos órgãos de repressão... E também a Polícia Civil, a Polícia Militar também fazem escuta através dos seus serviços de inteligência. Se não poderiam também essas pessoas... Também uma tese seria uma interceptação através das malas, das maletas, dos malotes e das malinhas que têm aí com tanta facilidade. Se essa tese também não poderia acontecer também nessa escuta.

Uma outra questão que eu teria é se a ABIN mantém algum tipo de acompanhamento ou controle em relação às empresas de segurança ou inteligência montadas por ex-servidores da Agência. E se a ABIN mantém algum



acompanhamento das diversas empresas ligadas à área de segurança espalhadas pelo País. Porque também nós verificamos que há também essa questão de muitas vezes também ter sistema de inteligência para até ganhar concorrência de licitação e tudo o mais. Se fazem isso, é possível também que essas empresas possam ser utilizadas. Se a ABIN também e a Polícia Federal, na investigação... se esse cenário também seria motivo de investigação.

E a outra pergunta é: eu queria saber... o senhor já respondeu ao caso de que alguns estariam respondendo a processo administrativo, estão lá trabalhando, mas não estariam nessa área de investigação. Mas nas horas vagas, nas horas maiores, poderão, e sabem como fazer. Ou seja, há um controle... não há um banco de dados sobre pessoas que serviram às inteligências da Polícia Civil, da Polícia Federal, da Polícia Militar, do sistema de informação, antigo SNI, que poderiam estar... Porque aqui, general, estive na Comissão de Direitos Humanos um araponga chamado Firmino, conhecido por Firmino, que disse: *“Eu continuo ganhando dinheiro fazendo escuta”*. Ou seja, eu continuo pagando os meus estudos e a minha vida fazendo arapongagem. Eu pergunto se é possível que esses arapongas — e existem muitos aí, com as malas e tudo — possam também ser motivo de investigação por parte da Polícia Federal.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Deputado, muito obrigado. Na verdade, respondendo logo à sua primeira pergunta, nós temos aqui... existe um projeto de lei do Governo que trata de regular melhor essa questão das escutas telefônicas, e, certamente, o trabalho desta Comissão aqui — me parece até que a Comissão raciocina como fazer isso a curto prazo — redundará numa legislação que vai tornar essa coisa muito mais controlada e muito mais rígida. O senhor pergunta se me causaria ou me causa algum embaraço a tarefa espinhosa de... Espinhosa é. Embaraço não, porque é atribuição nossa. As atribuições nós temos que cumpri-las. Nós estamos... Evidentemente, a investigação é um encargo da Polícia Federal. O inquérito é um encargo da Polícia Federal, a sindicância é um encargo dos servidores da própria Agência Brasileira de Inteligência, e nós pretendemos acompanhar. Como já lhe disse — já lhes disse —, o próprio Ministério Público, o Procurador-Geral, já designou procuradores para acompanhar esse inquérito, de modo que nós esperamos que possamos... Pedimos até que a Polícia Federal



trabalhasse com o máximo de rapidez, para que possamos ter realmente uma resposta num prazo mais curto possível, para dar uma resposta particularmente à sociedade e, eventualmente, se for o caso, eliminarmos algum tipo de atividade negativa dentro da nossa área. No que diz respeito ao cenário das maletas dessas empresas... Empresas de segurança são controladas pela Polícia Federal. A Polícia Federal tem a atribuição de fazer o controle ou acompanhamento dessas chamadas empresas de segurança. Nós já pensamos até em propor uma legislação que permitisse à Agência Brasileira de Inteligência exercer o mesmo tipo de controle sobre esses chamados detetives particulares, essas empresas que lidam e oferecem esse tipo de trabalho de inteligência, de inteligência pessoal. E, muitas vezes, como eu também já me referi aqui, prometem que têm condições de fazer monitoramento de telefones e certamente fazem. Porque esse equipamento, o equipamento que existe disponível para fazer essas coisas, é muito fácil de ser adquirido aqui, contrabandeado. Atravessamos a fronteira aqui com alguns dos nossos vizinhos, esse equipamento está lá, equipamento de última... da melhor categoria, de primeira linha, e é possível trazer isso. De modo que a legislação... Nós pretendemos que a legislação crie algum tipo de controle e submeta essas pessoas a uma sanção mais rígida, a uma sanção mais dura, mais pesada. Mas certamente não será suficiente para eliminarmos o problema. Nós temos que exercer algum tipo de controle. Por exemplo, nós imaginamos que não possa mais haver pessoa física trabalhando nessa área. A pessoa jurídica, empresa constituída, é muito mais fácil de ser verificada do que a pessoa física. Então, há soluções desse tipo. Simplesmente nós estávamos... Antes de propormos algum tipo de controle — e a ABIN... seria interessante para a ABIN fazer isso —, nós precisamos melhorar a nossa estrutura. E pretendemos com esse concurso agora melhorar a nossa possibilidade de eventualmente fazer alguma proposta desse tipo e trabalhar de modo a exercer algum controle sobre essa atividade que hoje não tem nenhum controle; nenhum. Eu acho que respondi a todas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Daquele... o *call center*, se tem possibilidade de gravar também as informações, e a questão dos arapongas.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Ah, sim, a questão dos arapongas. A questão dos arapongas, banco de dados, a que o senhor se referiu, se



nós temos um banco de dados. Isso, nos dias de hoje, não fazemos. Não fazemos porque significa termos dossiês de pessoas, o que a legislação hoje não permite que seja feito. Isso já foi feito. Era feito. Todas aquelas fichas que nós tínhamos com dossiês de pessoas foram recolhidas ao Arquivo Nacional e, hoje, a Agência Brasileira de Inteligência, legalmente, e por determinação do Gabinete de Segurança Institucional, não faz dossiê de pessoas. Não faz nem vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nem LDB — Levantamento de Dados Biográficos para nomeação em cargos públicos? Não faz o chamado LDB — Levantamento de Dados Biográficos para pessoas que vão ocupar cargos?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Fazemos. Fazemos o levantamento usando apenas os bancos de dados oficiais que existem, os bancos de dados da Justiça Federal, bancos de dados das Justiças Estaduais, esses órgãos de proteção ao consumidor, cartórios, coisas desse tipo; apenas os bancos de dados oficiais. Fazemos e informamos para que haja, ou não, a decisão de nomear. A decisão de nomear cabe a quem nomeia. Nós, quando somos consultados... Existe um mecanismo que é praticamente automático, não passa praticamente pela mão de ninguém, apenas pelas pessoas que fazem o levantamento. Essa coisa é consolidada, esse levantamento é consolidado e remetido à Casa Civil, que encaminha a quem tem a atribuição de nomear. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Pompeo de Matos, para os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, Deputado Marcelo Itagiba e Deputado Nelson Pellegrino, General Jorge Félix, eu vou fazer algumas afirmações, ou, enfim, algumas expressões aqui, e, se o senhor puder anotar, depois o senhor me responde algumas delas.

Primeiro, eu confesso que não ouvi a sua resposta, se é que houve pergunta nesse sentido, sobre a razão de o senhor ter colocado ontem o cargo à disposição do Presidente Lula. Eu quero comentar que o senhor se sentiu traído pela ABIN, enganado pela ABIN, logrado pela ABIN, enfim. Porque se colocou o cargo à disposição é porque algum problema dessa natureza possa ter sido suscitado, e o



senhor não se sentiu confortável na função, até porque o que nós estamos vendo aí é algo realmente inusitado. Então, isso o senhor me responde depois.

Outra questão: eu acho que a partir desse debate, daquilo que a imprensa nacional está divulgando, dos fatos sucedidos, das gravações feitas, a ABIN começa, general, a ser questionada até sobre a sua existência. Começa a ser questionada a razão de ser da ABIN. Porque ela nasceu para exercer uma função de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Pompeo, vou pedir a V.Exa. que preserve as suas perguntas, porque vou suspender por 5 minutos a reunião. Há votação nominal na Casa. Quando retornarmos, a palavra estará com V.Exa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Perfeito. Muito obrigado, Presidente.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos retomar os trabalhos. Peço ao general que tome assento à mesa. O Deputado Pompeu de Mattos estava com a palavra.

Tendo em vista o adiantado da hora, vou deliberar no sentido de que amanhã façamos a oitiva do Dr. Campana, liberando-o hoje da sua presença aqui, tendo em vista que a jornalista da *Folha de S.Paulo* declinou do convite que lhe havia sido para que esclarecesse esta CPI sobre como foi cerceado seu trabalho de jornalista, como ela foi impedida de exercer sua profissão, porque a confidencialidade das suas comunicações foi quebrada. Como a jornalista declinou do convite — era um convite o que lhe havia sido formulado —, amanhã, então, ao invés da jornalista, ouviremos o Dr. Campana, no mesmo horário. Iremos marcar ainda, definir o horário, mas ele já se encontra dispensado a partir de hoje para a vinda amanhã, em horário a ser determinado.

O Deputado Pompeo está com a palavra.

O SR. DEPUTADO POMPEU DE MATTOS - Retomo, General Félix — já lhe fiz o primeiro questionamento —, dizendo que, a partir desse episódio, começa a ser questionada a razão de ser da existência da própria ABIN, na medida em que a ABIN tem uma função de Estado, a ABIN tem uma função de buscar informações



para o Governo e para o Estado brasileiro, e ela está servindo como Polícia Judiciária — serviu como Polícia Judiciária, está provado, e o senhor sabe e concordou, na medida em que ela ajudou a Polícia Federal a investigar um caso judiciário. Ela informalmente investigou, dito aqui, palavras do próprio delegado que pediu aos agentes da ABIN, e não houve — palavras do delegado aqui —, não houve nada, absolutamente nada de formal. Ele não fez um pedido formal para a Polícia Federal, para a Polícia Federal pedir para a ABIN, nem fez ele direto para a ABIN, e disse que os agentes da ABIN o ajudaram porque eram amigos de curso, enfim. Isso foi o que disse aqui o delegado Protógenes. Agora suspeita-se, o que é pior... Isso aqui deixa claro que ela exerceu a função de Polícia Judiciária. Agora suspeita-se de arapongagem. Aí já é muito mais grave.

Bom, na mesma linha, na Operação Satiagraha, os agentes da ABIN estiveram lá. Eu não sei se o senhor pode declinar quem são esses agentes, até porque isso vai vir a público, pois está no processo e me parece que a própria investigação naquela Operação Satiagraha é nula, na medida em que não foi feita pela Polícia Judiciária, mas por polícias de arapongas, porque a ABIN fez o papel de araponga. Ela não fez o papel formal, porque quem determinou a investigação foi o juiz, a pedido da Polícia Federal, para a Polícia Federal investigar. Na medida em que a Polícia Federal investigou com a ABIN, sem a formalização e sem o conhecimento do Poder Judiciário... A ABIN não é Polícia Judiciária. Então, ela exerceu um papel, eu diria, extracurricular, extrafuncional. Então, quem são esses agentes? O senhor pode declinar o nome desses agentes?

Além de se questionar a própria ABIN, e por tudo o que anotei aqui, agora se questiona também a capacidade da ABIN. Veja bem, a ABIN existe, e a razão de ser dela é dar segurança e estabilidade às informações do Presidente da República e do Estado brasileiro. Quando vemos arapongagens em todos os cantos, todo mundo grampeando todo mundo — grampeia-se Ministro, grampeia-se Deputado, Senador, a Casa Civil, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e imagino outros que estejam grampeados —, a ABIN teria o dever de saber disso, porque, se ela é uma agência de informações, ela tinha de saber o que está acontecendo no País, e ela não sabe. Ela é a última a saber. Então, questiona-se, porque esse tipo de grampo atenta contra a soberania do País, contra a segurança nacional, contra os Poderes



Constituídos, e é dever da ABIN dar proteção e informação aos Poderes Constituídos. E ela não deu nada, não informou ninguém. Se a ABIN não fez isso, ela foi a última a saber. Então, ela é incompetente; ela é incompetente.

Por outro lado, se ela foi que grampeou, aí é muito pior, porque cometeu crime. Se ela não grampeou e não sabe quem grampeou, ela é incompetente. Se foi ela que grampeou, ela é criminosa. Então, veja a situação a que nós chegamos. Essa é a leitura que o cidadão comum está fazendo. Ela deveria saber disso. Por que ela tem de saber? Aí vai a pergunta: a ABIN tem contra-informação? Como funciona a contra-informação da ABIN? Porque quem tem informação tem que ter a contra-informação. Como funciona a contra-informação da ABIN?

Eu disse aqui ao Dr. De Sanctis, o juiz, que nós todos estamos grampeados. Inclusive, general, V.Exa. também está grampeado. Todo mundo está grampeado. Quem tem uma função um pouco relevante neste País, grampo nele. No interesse econômico, político, social, no interesse dos mais escusos, dos mais obtusos, todos estão grampeados. O Juiz De Sanctis está grampeado, eu estou grampeado, o Presidente Marcelo Itagiba está grampeado. A gente é que não sabe. E não é um temor exacerbado, é uma realidade. A prova está aí a cada dia; a prova está aí cada dia. Todos nós estamos grampeados — as autoridades, os banqueiros. Estão grampeando os banqueiros! Eu disse aqui e vou repetir: cada um grampeia o outro, no seu interesse. Até os maridos estão grampeando as mulheres, e as mulheres estão grampeando os maridos; e as amantes e os amantes, grampeando os 2. Essa é a realidade.

General, na ditadura, a arma era a tortura. Foi a grande arma, e é a arma das ditaduras no mundo. E o Brasil não é exceção. A arma das ditaduras é a tortura, para obter confissões, enfim — pau-de-arara, todas as questões que nós sabemos. Agora, na democracia, nós estamos vivendo a república da “grampolândia”, nós estamos vivendo na democracia a “grampomania”. Está todo mundo grampeando todo mundo, no interesse da sua conveniência, dos seus propósitos, nos seus interesses.

Por exemplo, o senhor sabe, a ABIN sabe, o senhor tem a informação de quantos aparelhos Guardiões, hoje, existem no Brasil? Há um controle desses aparelhos no Brasil? Há um controle do fabricante? Eu, modestamente, sei quem



fabrica. Há um controle do fabricante, para quem ele vende? Há uma homologação, uma autorização para as pessoas comprarem esse aparelho por parte da ABIN? Há um controle para saber quem tem? Porque esse aparelho grampeia todo mundo, e grampeia do jeito que quer, quando quer, como quer e para o que quiser. Quer dizer, quem é que tem esses aparelhos? A ABIN sabe quantos tem, quantos aparelhos desses foram vendidos, quem tem e onde está esse aparelho e como é que são controlados esses aparelhos chamados Guardiões?

Na questão da varredura, o senhor disse que a ABIN não grampeia, a ABIN faz varredura. Mas quem tem o aparelho para fazer varredura tem o aparelho para grampear. É o questionamento que eu lhe faço. Quem tem o aparelho para fazer a varredura, via de regra, tem a tecnologia para grampear também, até porque, para fazer a varredura, tem que entender do grampo. Para fazer o remédio, tem que conhecer o veneno. Não há como fazer o remédio... Aliás, via de regra, o remédio é feito do veneno. Então, de quem grampeia... do processo do grampo é feita a varredura, não é isso? Então eu gostaria de esclarecimento por parte de V.Exa. Mas é a leitura que eu tenho. A mordida da cobra, general, a gente combate com o próprio veneno do bicho. A mordida da cobra injeta o veneno, e do veneno a gente tira um pouco para o antídoto. A diferença é que... Está uma zoeira aí, Presidente. A diferença é exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Um minutinho. Peço às pessoas que se encontram no plenário que façam o favor de cooperar com a Comissão Parlamentar de Inquérito, no sentido de que, se quiserem conversar, usem o lado de fora do plenário. Se aqui desejam permanecer, por favor, que o façam em silêncio, para que possamos ouvir os questionamentos e as respostas.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Porque, quanto a essa questão da varredura... Eu dizia na concepção talvez um pouco simplória ou simplista que a gente faz o remédio do veneno. Isso é da lógica do mundo. Tanto que tu vais à farmácia comprar remédio, e a farmácia se chama drogaria, porque vende droga, manipulada, controlada. Então, onde vende o aparelho para varrer, fazer a varredura, vende o aparelho para grampear; onde se vende o remédio, tem-se o veneno. Então, eu quero a sua leitura quanto a esse aspecto.



Para encerrar, Sr. Presidente, até porque o nosso tempo é curto, o inquérito da Polícia Federal vai investigar a ABIN. Nós sabemos que tem uma briga homérica entre a Polícia Federal e a ABIN. Entre o mar e o rochedo, quem apanha é o marisco. Entre a ABIN e a Polícia Federal, nós é que ficamos aqui tomando pedradas. A gente não sabe aonde vai dar tudo isso. Se não houver um controle da ABIN pelo Estado brasileiro, nós vamos criar um monstro, nós vamos criar um descontrole. E me parece que essa é a preocupação, porque há leituras que teriam os P2, enfim, os agentes secretos da ABIN, tão secretos que nem a ABIN sabe... E tem alguns agentes tão secretos que nem eles sabem que são agentes secretos, e esses estariam agindo à margem da ABIN. Como é que a ABIN vê esses agentes que foram agentes da ABIN, que deixaram de ser agentes, que se aposentaram, mas que não perderam o cacoete? Não perderam o jeito, não perderam a forma de continuar a arapongagem, agora fora da ABIN, dentro da informalidade e nos interesses...

Eu encerro só dizendo isso, Sr. Presidente. Na verdade, a Nação brasileira... eu vejo aí fora que as pessoas acham bonito, acham engraçado: que bom que estão grampeando! Que bom que estão revelando isso, contando aquilo! As pessoas gostam de saber esses fatos. Mas a verdade é que o grampo é muito grave, porque os negócios dependem do sigilo. Aliás, há um ditado que diz que o segredo é a alma do negócio. Os negócios, as decisões, as tomadas de posições, as coisas importantes da República dependem exatamente do sigilo. E hoje não tem mais sigilo no Brasil, porque tudo está grampeado. E a ABIN é a última a saber.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Muito obrigado. Bom, a primeira pergunta eu... Porque a disposição é uma decisão pessoal minha, que eu não gostaria de expor as razões aqui. E acho que não é o caso. É decisão minha.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, nenhuma. Foro íntimo. No momento eu achei que era importante deixar as pessoas à vontade e fiz essa... Não cabe, acho, nenhum outro comentário, porque é uma decisão pessoal minha. Lamento que o senhor levante esse aspecto de questionar a existência da ABIN. A ABIN é uma organização que tem uma série de atividades que não se limitam à preocupação com grampos telefônicos. A ABIN tem atividades de proteção: proteção



do conhecimento, proteção do conhecimento na área tecnológica, proteção de nossas empresas estratégicas. A ABIN tem atividades em diversas outras áreas que não se limitam apenas a este tema que nós estamos... Este é um dos temas que nós estamos discutindo, que é o tema da segurança da informação. Não é só a ABIN que colabora com a Polícia Federal. Já mencionei isso aqui. A Polícia Federal se vale do apoio de diversos outros órgãos da estrutura de Governo. O Banco Central apóia a Polícia Federal nas suas operações. O COAF apóia a Polícia Federal. A Receita Federal apóia a Polícia Federal. E assim inúmeros órgãos apóiam a Polícia Federal. Não é por isso que nós vamos invalidar o inquérito, porque o COAF foi fazer uma análise de uma operação financeira. Nós não vamos invalidar um inquérito porque a Receita Federal foi dar um apoio à Polícia Federal em alguma coisa que exigia um conhecimento específico que só a Receita tem — analisar algum balanço, ver alguma coisa. Então causa estranheza dizer que, porque a ABIN apoiou, vai invalidar um inquérito. Agora, porque o Banco Central apoiou aí não invalida.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas aí, general, a autoridade pede as informações para o Banco Central, para a Receita Federal. No caso, não pediram para a ABIN.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu já falei: existe um Sistema Brasileiro de Inteligência e existe uma legislação que regula a troca de informações. Nós mostramos aqui, no início da minha apresentação. Por outro lado, também me parece uma contradição: a ABIN apoiar a Polícia Federal a ABIN não pode, porque é investigação; mas, ao mesmo tempo, o senhor questiona por que a Agência Brasileira de Inteligência não acompanha essas pessoas ou não informa essas pessoas que fazem escuta telefônica proibida. Isso é crime! Então a Agência Brasileira de Inteligência, ao mesmo tempo em que ela não deve apoiar a Polícia Federal, porque é uma investigação, deve fazer uma investigação de uma coisa criminosa, que é atribuição da Polícia Federal. Então nisso aí me parece que há uma certa contradição nessas suas afirmações. Me desculpe, mas eu sou obrigado a... O que mais nós temos aqui? Instrumentos legais. O senhor menciona que aqueles agentes que se aposentam eventualmente vão fazer coisas possivelmente ilegais. A lei existe para todos. Não é porque o cidadão é oriundo da ABIN ou faz parte da



Agência Brasileira de Inteligência que a legislação não o protege da mesma forma que protege qualquer outro cidadão. Ele tem direito a sua vida privada, tem direito à individualidade e tem direito a fazer o que quer que ele queira fazer. Isso aí é a lei, que protege qualquer cidadão brasileiro. Ele não é diferente por ter trabalhado na Agência Brasileira de Inteligência e ter tido conhecimento de determinadas coisas que são sigilosas. Seria importante, sim, se nós tivéssemos uma legislação que proporcionasse a essa gente, talvez, uma quarentena. Nós não temos. E se não temos, temos que obedecer à legislação que protege a individualidade de qualquer cidadão brasileiro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Exército acompanha os seus na reserva. A ABIN não tem um acompanhamento desses na reserva?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - O acompanhamento do Exército é um acompanhamento diferente, um acompanhamento institucional, mas no sentido social. Nós não estamos... O Exército não acompanha. Existe uma legislação, sim, que o militar, quando está na reserva, ainda é proibido de fazer declarações de cunho político. Mas existe uma legislação. Nós não temos essa legislação para a ABIN. E nós não fazemos leis. Quem faz leis são os senhores.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Ah, podemos propor, sim. Gostaríamos de ter uma legislação desse tipo. Seria extremamente útil, exatamente para que nós pudéssemos... Agora, eu lhe confesso que será difícil. Nós estamos entrando naquela coisa da individualidade, no direito de o cidadão definir a sua própria vida. É difícil. Não é fácil, não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Araponga é um pejorativo que eu não gosto de usar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou passar a palavra agora...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - ABIN... O senhor falou do Guardiã, quantos Guardiões existem. O Guardiã é um equipamento de gravação. O Guardiã não faz escuta telefônica. Quem faz a escuta telefônica... O telefone a ser, vou usar a expressão "grampeado", ou monitorado, a autorização é levada à



operadora, e a operadora programa no seu computador que cada vez que aquele telefone for chamado, acionado, essa chamada será desviada, também, para um equipamento que pode ser um Guardiã, e o Guardiã, sim, vai fazer a gravação de tudo aquilo que passar. Tem outras facilidades. Tem facilidade de, eventualmente, até fazer comparação, uma série de coisas, outras facilidades técnicas. Mas, na verdade, o Guardiã em si, sozinho, não monitora. Existem equipamentos que monitoram. Sim, existem. Mas o Guardiã, não. O Guardiã é um equipamento para ser usado após o desvio de uma linha telefônica para ele. Normalmente é assim que funciona. Mais alguma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra agora ao Deputado Vanderlei Macris, para os seus questionamentos.

Antes, pergunto ao Ministro se, da experiência que ele tem à frente da Pasta onde hoje ele se encontra Ministro, essas crises relacionadas às interceptações trabalham dentro de um determinado histórico. Se V.Exa. observar o passado, muitas vezes esses fatos se repetem no presente e vão repercutir no futuro. Nós já tivemos — e talvez muitos já tenham se esquecido —, no Governo Fernando Henrique, a interceptação de assessor direto da Presidência da República, realizada por órgão formal da Polícia Federal, por encomenda de um outro membro do Governo Fernando Henrique. Nós tivemos, à época da privatização das teles, interceptações telefônicas feitas em membros do Governo, e até se atribuía a agentes da Agência Brasileira de Inteligência, o que também denotava uma outra ação política entre grupos que se digladiavam pelas privatizações. No atual momento, nós também estamos vendo uma grande discussão sobre a fusão da Oi com a Brasil Telecom, sendo que existe no Governo divisão sobre esse ponto de vista. Uns são a favor, outros são contra. O senhor não acha bastante sintomático, num momento como este, quando se discute uma questão deste vulto, em que existe um embate no seio do Governo por idéias, estar acontecendo situações que, de alguma forma, nos remetem ao passado? O senhor já pensou nisso? Já aventou essa hipótese?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Realmente é uma hipótese que tem de ser considerada. Eventualmente foi considerada. Quando eu me refiro aqui... Toda vez que nós levantamos as hipóteses, nós procuramos ver quem



lucraria ou quem perderia com aquele evento que está acontecendo. Evidentemente, grupos que se batem por uma ou outra posição, esses grupos podem também ser considerados, dentro daquele rol de alternativas que foram mencionadas aí. Como eu disse, nós não descartamos nada. O que nos preocupa — e aí é uma preocupação profissional, uma preocupação funcional — é que a Agência Brasileira de Inteligência, mais uma vez, está sendo acusada de ser a responsável por escutas telefônicas. Isso nos preocupa muito, porque isso compromete a imagem de uma instituição que nós estamos preocupados em fazer com que ela realmente se modernize, se reequipe e seja aquela instituição de que nenhum Estado moderno pode prescindir. De modo que, além desse aspecto que eu diria até um pouco egoísta, porque é funcional, existe o outro aspecto, que é uma invasão de privacidade, intolerável num país como o Brasil. Nós temos a percepção de que essa coisa já está atingindo um nível de muita preocupação. Não fora isso, não estaríamos aqui numa Comissão Parlamentar de Inquérito que está exatamente preocupada em criar instrumentos para combater esse estado de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, em 2 momentos da história do Brasil. Num momento nós tivemos a Polícia Federal fazendo esse tipo de ação indevida ou ilegal, encapsulada sob um aspecto de legalidade, através de uma autorização judicial indevida; no outro, a participação de agentes da ABIN, que hoje se encontram inclusive condenados em primeira instância, se eu não me engano. Então, acho que isso serve, pelo menos, de reflexão para todos nós de que, se não foi particular, isso pode vir tanto de uma organização como de outra organização.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, nobre Srs. Deputados, Sr. General Jorge Félix, primeiro quero agradecer a V.Exa. pela presença e por contribuir com os trabalhos desta CPI.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas, dentro do meu tempo. Mas antes comunico a esta CPI que nós estamos, neste momento, assinando um documento — eu próprio, o Deputado Gustavo Fruet, o Deputado Raul Jungmann — que está sendo endereçado ao Presidente da OAB, que tem uma série de argumentações, baseado na revista *Veja*, além disso, no *Correio Braziliense*, que termina da seguinte



maneira: *Em virtude dos fatos graves divulgados pela mídia, já relatados, e do clima de suspeição dos referidos órgãos de inteligência — no caso, a ABIN —, consideramos vital para a democracia a participação de uma auditoria especializada externa para não só atender ao disposto na resolução do Tribunal Superior Eleitoral, como até para requerer a exclusão da participação de órgãos vinculados ao Poder Executivo no processo eleitoral, se for o caso. A participação da OAB na fiscalização do sistema eletrônico de votação garantirá à sociedade a tranqüilidade para votar e a necessária confiança no resultado das urnas.*

Portanto, submetemos à consideração de V.Exa. este documento, que é longo. Depois eu o entregarei a V.Exa. Ele estará sendo entregue amanhã ao Presidente da OAB pelos Deputados referidos na minha manifestação. E tem razão... A razão é a seguinte... E aí tem uma pergunta que vamos fazer.

Sr. General Félix, no Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, organizado pelo Gabinete de Segurança Institucional, em 2007, o senhor afirmou que — entre aspas — *“a preocupação do Gabinete de Segurança Institucional não é com a espionagem clássica, na época da Guerra Fria, mas com a espionagem tecnológica e industrial”*. Afirmação de V.Exa.

Por outro lado, a ABIN, por meio do CEPESC, que é o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações, dentro dessa perspectiva, desenvolveu um novo módulo de criptografia para as urnas eletrônicas do TSE, como noticiado no *Correio Braziliense* de 31 de agosto de 2008.

Tendo em vista o total descontrole — ou particularmente nesse caso — das ações da ABIN, e como é reconhecido pela revista... e V.Exa., nas entrelinhas, deixa claro que é uma alternativa possível na questão dos grampos telefônicos, esse reconhecido, inclusive, por membros do próprio Governo Federal, como o senhor pode garantir que esse sistema desenvolvido é plenamente seguro? Esse sistema desenvolvido para o Tribunal Superior Eleitoral. Assim como houve a utilização ilegal de escutas por agentes da ABIN, a ser devidamente apurada, com esse — entre aspas — “descontrole” por parte da direção, é possível que esse sistema desenvolvido para a Justiça Eleitoral contenha meios ocultos de manipulação de resultados eleitorais ou mesmo de quebra de caráter do voto secreto? É possível



que a ABIN tenha desenvolvido, nesse caso, uma versão tecnológica do voto de cabresto? Uma versão tecnológica?

Enfim, Sr. General Félix, eu gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso, porque é evidente que, na medida em que há suspeição em relação à escuta telefônica por parte da ABIN, nós começamos a ter preocupação de maneira generalizada.

Ora, com o sistema criado pela Agência, através do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações ao TSE, quem garante — e eu queria saber de V.Exa. algumas informações sobre isso — que não teremos também dificuldades no contracontrole dessas informações dentro do TSE, inclusive permitindo possibilidade de manipulação dos resultados eleitorais?

Essa é a pergunta que eu gostaria de deixar a V.Exa., como a primeira das minhas indagações.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Obrigado. Bom, permita-me discordar de 2 expressões que V.Exa. usou: “total descontrole da ABIN” e “houve escuta”. Então, V.Exa. já está partindo de uma premissa de que não precisaríamos fazer esse inquérito, não precisaríamos fazer nada. A simples menção disso aí por uma revista, com um informante que não se identifica, significa a absoluta aceitação, por parte de V.Exa., daquilo que foi publicado na revista. É complicado aceitar uma pressuposição dessas, porque a coisa, como eu disse, está sob investigação.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Permita-me, General, apenas uma indagação. V.Exa. disse aqui claramente o seguinte: que o funcionário da ABIN deveria procurar o seu chefe, o seu superintendente ou a polícia.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Ou o Ministério Público.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas, infelizmente... Palavras de V.Exa. Mas, infelizmente, ele procurou a revista *Veja*.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Se ele existe.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ah, bom.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Se ele existe. Eu não...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É que V.Exa. não tinha dito nas suas afirmações essa possibilidade, porque...



O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Se é um servidor da ABIN, como eu disse — eu não excluo nenhuma hipótese, nenhuma possibilidade —, se é, teria canais para fazer valer a sua indignação e denunciar esse crime. Curiosamente, como eu disse, se é um servidor da ABIN, não usou nenhum dos canais que estão à disposição dele. Usou uma denúncia. Mas, isso aí, esperamos que o inquerito revele ou que, em algum momento, essa pessoa se apresente e se disponha a fazer essa denúncia, para que nós possamos apurar e, se for o caso, sancionar aqueles que estão trabalhando à margem da lei. Essa é a posição nossa. No que diz respeito à urna eletrônica, o que garante a seriedade do processo e que aquela tecnologia é uma tecnologia confiável são as auditorias encomendadas e realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral. O que a ABIN faz e o que o Centro de Pesquisas para a Segurança das Comunicações faz é apenas colocar a criptografia em um módulo da urna eletrônica. Por acaso, o diretor do CEPESC está aqui. De modo que, se V.Exa. quiser alguma explicação mais técnica, ele tem condições de dar. Está aqui comigo o Dr. Otávio. O que eu posso afirmar é isso. A ABIN participa de uma parte, a parte de transmissão dos dados da urna eletrônica. Essa parte tem um módulo de criptografia, e essa criptografia é desenvolvida por técnicos, por especialistas que trabalham no Centro de Pesquisas para a Segurança das Comunicações, que, por acaso, não são servidores de carreira da ABIN. São servidores da carreira de Ciência e Tecnologia. É uma estrutura de Ciência e Tecnologia colocada dentro da Agência Brasileira de Inteligência para desenvolver produtos, técnicas basicamente voltadas para a segurança das comunicações. De modo que, se V.Exa. quiser, eu posso chamar aqui o... Se for possível isso...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu tenho aí um prazo limitado. Depois, se precisar, eu gostaria de ter contato, até para poder esclarecer um pouco isso.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Pois não. Está ali o Dr. Otávio. O Dr. Otávio está ali. Depois ele vai se dirigir ao senhor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está muito bem.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Em qualquer momento, ele... Se o senhor quiser ir visitar o Centro de Pesquisas, será muito bem-vindo. Se quiser que ele entre em contato com o senhor, também ele fará isso com toda... Tem



condições de dar uma explicação técnica bastante razoável, não apenas sobre aquilo que nós fazemos, mas sobre o funcionamento da urna de uma maneira geral. Eu acho que é importante até que essa coisa... Seria importante que houvesse uma difusão maior para que as pessoas pudessem ter mais confiança no processo eleitoral nosso. Mas ele é muito bem monitorado pelo TSE. São auditorias externas. Além das auditorias do próprio TSE, têm auditorias externas também. É um processo muito sério.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu entendo que deve fazer bem à democracia se mais uma entidade, como a OAB, puder trabalhar conjuntamente nessas auditorias.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É, desde que ela tenha competência técnica, seria interessante também.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Quanto mais pessoas puderem auditar o sistema, maior a confiança que nós podemos ter no sistema.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. General Félix, em 4 de abril de 2006, o senhor esteve no Senado Federal para prestar esclarecimento sobre notícia publicada na imprensa de que o ex-Ministro Antonio Palocci solicitara que agentes da ABIN fossem acionados para investigar a vida do caseiro Francenildo e de outras pessoas que o estivessem auxiliando. Naquela ocasião, o senhor confirmou o pedido do Dr. Palocci e afirmou que os agentes de inteligência investigam questões de interesse do Estado e não do interesse das pessoas. Não lhe acendeu, então, uma luz amarela sobre o entendimento de que alguns integrantes do Governo... sobre o que são os interesses do Estado e quais os limites da ABIN? Segundo: que medidas foram tomadas por V.Exa., desde então, desde a constatação de uma evidente tentativa de manipulação política da ABIN para evitar o uso pessoal dos agentes da Agência? Que condutas preventivas foram implementadas para combater o uso de agentes com objetivos não compatíveis com a missão institucional da ABIN, mas sim a serviço de grupos políticos, de facções partidárias ou de forças empresariais?

Essas são algumas indagações. E, para concluir, tenho aí uma última. Em depoimento a esta CPI, o Sr. Paulo Lacerda afirmou que o Sr. Gilberto Carvalho,



Chefe de Gabinete do Presidente Lula, telefonou para o Secretário Executivo do GSI, General João Roberto de Oliveira, para saber sobre um agente do Governo que, no Rio de Janeiro, no início deste ano, acabou interpelado pela polícia para seguir Humberto Braz, braço direito de Daniel Dantas. O General Oliveira, então, entrou em contato com o Diretor Adjunto da ABIN, sobre Nilton Campana, que informou que o agente fazia acompanhamento de algo estrangeiro em situação irregular. Narrando esses fatos, o Sr. Paulo Lacerda afirmou a esta CPI o seguinte (abre aspas): *“Essa foi a informação dada para Gilberto Carvalho”*. Na verdade, é o que chamamos de história de cobertura. Eu quero frisar, mais uma vez, a minha colocação: essa é o que chamamos de uma história de cobertura. Ou seja, um desvio engendrado em favor da segurança das operações, na afirmação de um determinado fato. Ou seja, mudanças. Com uma dificuldade de se dar informação correta, se cria uma nova versão para poder garantir a segurança.

O senhor afirmou ontem que os grampos telefônicos não foram feitos por ordem da direção da Agência, como instituição. Ainda fica uma dúvida, pelo que disse V.Exa. *“Como instituição, não.”* O senhor afirmou muito claramente. O senhor admite a hipótese de ter sido sem autorização da direção ou da instituição. O senhor reafirma isso perante esta CPI? Ou se trata apenas de uma história de cobertura que a comunidade de inteligência apresenta à população brasileira?

Eu estou fazendo um pouco de... uma certa avaliação e, mais do que isso, uma comparação em relação à manifestação do Dr. Paulo Lacerda, porque ele disse que isso é uma questão que acontece de maneira trivial: você estabelecer uma história de cobertura.

Não se está também, Dr. Félix, criando aí uma história de cobertura para esse processo todo, quando, na verdade, esse processo poderá desembocar efetivamente na ABIN, como instituição que era até então respeitada, e agora participa desse processo duvidoso em relação a isso? Quem controla os agentes da ABIN sobre o que fazem? Como o senhor pode afirmar com certeza que não há envolvimento da diretoria da ABIN, afastada pelo Presidente da República?

Era com isso que eu queria concluir a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou aproveitar até para saber por que as informações... quais são os funcionários da ABIN que foram



afastados. Especificamente, quais foram os funcionários da ABIN, que ocupavam cargos de chefia ou de assessoramento, que foram afastados?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E uma última colocação: quem é o delegado que está conduzindo o inquérito? Até porque, nessa preocupação que nós temos, existe claramente — pelo menos é o que nós vemos — uma dificuldade: 2 grupos dentro da Polícia Federal que, na verdade, estão em contraposição. Se a Polícia Federal está investigando isso, eu acho complicado, porque ela está hoje num processo de crise.

Então, eu entendo que não só a Polícia Federal deva investigar, mas principalmente a Procuradoria-Geral da República, através do Ministério Público Federal. E nós estamos providenciando uma representação para encaminhar ao Ministério Público Federal também.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Bom, voltando ao 4 de abril de 2006, como o senhor mencionou. No dia 4 de abril de 2006, eu estive aqui no Senado Federal. Mas estive aqui para declarar que a conversa que tive com o então Ministro Antonio Palocci não foi uma conversa em que ele tivesse me solicitado apoio da ABIN. Foi isso que eu declarei aqui. E se tivesse solicitado, não seria atendido. Mas não solicitou. Então, é bom deixar bem claro isso aí, porque foi a minha declaração da época. Não tomei providência... tomei providência... As providências que nós tomamos — aquilo que nós fazemos como um instrumento de controle, de acompanhamento — têm vários tipos de atuação. Tem a presença, têm as conversas, tem a área efetiva. Vou dar um exemplo. Ontem mesmo estivemos lá com o Ministro Ayres Britto. Há 2 anos, em 2006, o Ministro Ayres Britto, a meu convite, foi fazer a abertura do ano de trabalho da Agência Brasileira de Inteligência, fazendo uma palestra sobre a ética na atividade de inteligência. Então, são providência desse tipo, entre outras, que nós tomamos, não apenas para ter algum controle sobre o comportamento das pessoas, já que nós trabalhamos na área comportamental, mas também para criar um sentido de instituição, porque é importante que a ABIN seja considerada não como uma organização formal, como existem muitas outras no Governo, mas como uma instituição em que as pessoas que entram na ABIN, particularmente essas que têm entrado por concurso — e vão



entrar agora, temos um concurso para breve —, que essas pessoas criem um compromisso com a instituição. Esses são os mecanismos mais eficientes de controle. Por isso nós temos aí, nas Forças Armadas, esse apego às organizações, essa relação pessoal com as organizações, que não são organizações, são instituições. E este é um dos trabalhos que nós estamos tentando desenvolver na ABIN: criar essa relação pessoal entre o profissional e a instituição. De modo que existem os outros mecanismos de controle a que eu me referi. Os chefes controlam os seus subordinados, mas é fundamentalmente pela formação, no curso de formação e na criação desses valores, que nós vamos ter o mínimo de probabilidades de gente que esteja fora da lei. Esse é, vamos dizer, o grande trabalho que nós temos feito, e pretendemos que seja cada vez mais aprimorado. Gilberto Carvalho. Gilberto Carvalho, me parece que foi uma... O Dr. Gilberto Carvalho foi informado de que havia sido interceptado um veículo que estava seguindo um outro veículo de uma pessoa, me parece, cliente, então, do Dr. Greenhalgh, e que essa pessoa teria se identificada como sendo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Ele, imediatamente, telefonou para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Uma reação absolutamente natural. E o meu número 2 — eu não estava, estava viajando —, o meu número 2, General Oliveira, ligou para a ABIN, e a ABIN passou essa informação para ele. É uma história de cobertura? Sim. É uma história de cobertura. Por quê? Porque a investigação era sigilosa. Então, não havia como dizer: não, ele está numa investigação, ajudando a Polícia Federal... Não seria o caso. Então, daí o uso da chamado história de cobertura. Agora, essa associação, me desculpe, mas ela chega a ser até ofensiva para mim, porque, se nós estivéssemos aqui — o Dr. Paulo Lacerda, eu e os outros que ainda virão aqui —, com uma história de cobertura, significaria que nós teríamos a convicção de que um crime estaria em curso, teria sido realizado dentro da Agência Brasileira de Inteligência, e estaríamos coniventes que esse crime. Seríamos também criminosos. De modo que é difícil aceitar uma colocação dessas, porque isso pressupõe um conhecimento nosso. Então, eu posso lhe afiançar o seguinte: primeiro, tenho confiança no diretor atual? Tenho confiança no diretor atual. Não apenas pelo que ele tem feito, mas principalmente pelo passado do Dr. Paulo Lacerda.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra, agora, ao Deputado Raul Jungmann.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Só para terminar. E tenho a convicção de que, institucionalmente, a ABIN não fez isso. A ABIN não tem feito isso. Desde o início do Governo, uma das grandes preocupações nossas é fazer com que a ABIN aja no estrito cumprimento da lei. Nós nos preocupamos com isso. Nós fiscalizamos. Fiscalizamos o uso do orçamento. Fiscalizamos dentro do possível. Vamos freqüentemente à Agência Brasileira de Inteligência. Conversamos com os chefes. É a maneira que nós temos de exercer controle sobre a instituição. Obrigado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Deputado Raul Jungmann, porque o seu prazo já se esgotou. Se V.Exa. desejar, poderá ser reinscrito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só a questão do delegado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou passar ao Deputado Raul Jungmann. Depois eu peço a V.Exa. que faça uma reinscrição, porque eu já fui bastante condescendente com o prazo de V.Exa., que terminou às 18h33min.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Apenas o nome do delegado. Foi uma pergunta que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu posso fazer essa pergunta por V.Exa.. O nome do delegado que hoje preside essa investigação. O Deputado Vanderlei Macris deseja saber.

E uma questão que, me parece, tem a ver com a pergunta de V.Exa. é a seguinte: o que um agente do Gabinete de Segurança Institucional ou da própria ABIN estaria fazendo, seguindo um outro cidadão brasileiro, quando essa não é a sua atribuição?

Então, me parece — eu pelo menos penso assim — que V.Exa. deve ter sido pego de surpresa, primeiro, de um agente da Agência Brasileira de Inteligência estar



seguindo um cidadão brasileiro. Além de estar seguindo um cidadão brasileiro, trabalhou mal, porque foi plotado pelas forças policiais e acabou sendo detido.

Com a palavra o Deputado Raul Jungmann.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Quer que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Por favor.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Só para... É interessante. Há coisas interessantes nesses episódios. Ele estava, como eu mencionei aqui, num trabalho de levantar a residência e — foi-me passado —, levantar a residência e o local de trabalho desse cidadão. Agora, também parece estranho que alguém que percebe que está sendo seguido, essa pessoa tem no bolso o telefone da Delegacia Anti-Seqüestro. Eu não sei qual de nós aqui anda com o telefone da Delegacia Anti-Seqüestro no bolso, liga para a Delegacia Anti-Seqüestro e imediatamente é atendido. Não tem aquele prazo de 48 horas da pessoa desaparecida. Então, tudo indica que havia também um monitoramento externo dessa nossa pessoa que estava fazendo isso aí. Apenas como... vamos chamar de curiosidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que a mesma rapidez...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Entre as muitas curiosidades...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Como tão fácil foi chegar até o gabinete da Presidência da República para saber por que estava acontecendo isso, não é?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Jungmann com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado, Presidente.

General Félix, seja bem-vindo a esta Casa. Conheço-o desde os tempos em que fui Ministro. Assumi outros postos e tenho no senhor um servidor experiente, competente e compromissado com este País.

A primeira pergunta que faço ao senhor é a seguinte: na reunião da coordenação política, ontem, o Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, informou que dispunha de documentos que lhe foram repassados pela Força Aérea Brasileira, setor de compras, por órgãos, inclusive, ou agências dos Estados Unidos, que



comprovavam a compra, pela ABIN, de aparelhos de escuta. Eu digo isso porque já recebi, evidentemente, essa informação de terceiros. Mas isso foi também comprovado por outras pessoas que estavam presentes a essa reunião de coordenação.

Então, a primeira pergunta que eu faço é a seguinte: o senhor tem, veementemente, discordado e negado que a ABIN teria comprado o acesso, ou faria escuta, ou teria equipamentos. Nós temos agora um contraditório que nos é feito pelo Ministro da Defesa, que diz ter informações e documentos a esse respeito, de que foi adquirido.

Então, nós estamos aqui, General, aparentemente, diante de uma contradição. E aí eu queria ouvir do senhor se senhor sabe dessa informação, se o senhor confirma essa informação do Ministro Nelson Jobim, ou se o senhor nega essa informação. É a primeira pergunta.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu vou responder com um meio termo. O Ministro Jobim, ontem, apresentou esse documento. Na verdade, foi uma aquisição normal, feita por intermédio do Exército; não foi da Força Aérea.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Uma compra conjunta?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Hein?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Compra conjunta: ABIN e Exército. Mas a informação viria da Força Aérea. Desculpe. Por favor. Tudo bem. Não importa. Vamos adiante.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Isso é irrelevante. A aquisição foi de equipamento para varredura. Essa foi a especificação que chegou e que foi passada para a Comissão do Exército Brasileiro em Washington, que foi adquirido assim. Como o Ministro Jobim, ontem, levantou essa hipótese de que poderia ser um equipamento também utilizado, nós, hoje de manhã, encomendamos, pedimos que o Exército nos cedesse técnicos. O Exército nos mandou 3 técnicos, e nós mandamos que esses 3 técnicos levantassem o equipamento que existe na Agência Brasileira de Inteligência, não se contentassem em ler as especificações, fizessem um laudo sobre o funcionamento de todo o equipamento existente na Agência Brasileira de Inteligência. E eu não tenho a resposta, estou aqui. Mas, exatamente para não deixar nenhuma dúvida, nós pedimos que o próprio Exército... O Exército



mandou 2 engenheiros e 1 técnico, e eles devem ter passado o dia... Não sei se vão terminar hoje. E recomendei explicitamente: eu não quero que apenas leiam o manual, eu quero que usem o equipamento, testem o equipamento e verifiquem se o equipamento tem capacidade ou não tem capacidade. De modo que eu não posso lhe dar uma resposta agora, mas essa foi a providência tomada, em função do que o Ministro Jobim, na nossa conversa lá, apresentou. Vamos ver. Eu não posso... Tecnicamente, eu preciso de um laudo. E, se for necessário, faremos outros laudos para definir isso aí.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - *En passant*, antes de partir para a segunda pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Jungsmann, eu não entendi bem nem o questionamento nem a resposta. Quer dizer, V.Exa. coloca que, por informações seguras... Quem comprou esse equipamento ou quem recebeu esse equipamento em doação?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - A informação segura, até onde se possa asseverar, Presidente, é de que foi adquirido no exterior — uma compra conjunta entre Exército e ABIN — equipamento que faria rastreamento, mas também teria a faculdade... E aqui, me permita o General, não se trata de colocar em questionamento a palavra dele. Muito pelo contrário. Longe disso, por favor. O senhor sabe o respeito e a atenção que lhe tenho. Mas essa compra teria motivado a aquisição de equipamentos com essa faculdade. Agora, se ela foi feita conjuntamente ou se não foi, ou como foi, é uma questão a ser, evidentemente, Presidente, esclarecida.

Eu perguntaria, *en passant*, Presidente... Não sei se esclareci a minha parte. Talvez restasse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí fica a questão. Quer dizer...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...se foi uma compra conjunta, como V.Exa. informa...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...por que será o Exército que vai fazer essa fiscalização do material e não o inquérito da Polícia Federal, através do delegado da Polícia Federal, que apura a possível prática de interceptação telefônica? É uma questão que eu não entendi.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - É o que eu considero não só necessário, como também indago ao General se essa perícia, essa preliminar, e mesmo outra, poderia ser colocada à disposição da CPI.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Assim que eu tiver um laudo... Se o laudo... Como eu já mencionei, se o laudo não for conclusivo, chamaremos, então, outros técnicos para que possamos chegar a uma conclusão. Evidentemente... Agora, o que eu afirmo é o seguinte: o equipamento foi comprado como equipamento de varredura. Se ele permite também... ou se ele permite também, mediante a aquisição de outros equipamentos complementares, essa perícia é que vai nos dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas foram equipamentos licitados, General? Ou foram equipamentos comprados com verba secreta? Ou foram doações de outros países?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, equipamentos comprados com verba ostensiva. Simplesmente nós compramos esses equipamentos no exterior. Nós... As Forças Armadas compram, porque eles ficam muito mais baratos do que quando são importados aqui. E às vezes eles nem têm. Nós temos que... Pagamos caríssimo a determinadas empresas. Então, isso é mandado para lá, o dinheiro é externado, é feita uma licitação lá fora, e o equipamento é adquirido e remetido para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu pediria a V.Exa. que encaminhasse, em caráter reservado, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os procedimentos relativos a essa aquisição, para que nós possamos fazer uma análise e uma avaliação.



O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Isso é um convênio que existe entre a Presidência da República e... Parece-me que existe com o Exército e com a Força Aérea também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. poderia encaminhar...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Todas as Forças têm representações no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. poderia encaminhar que material foi adquirido, para o conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado. Prossigo.

Aqui foi feita uma pergunta, General: se o senhor teria feito referência, nas 2 reuniões com os Senadores e com os Ministros, à existência de um aparelho, no Senado, com capacidade de fazer escutas.

Eu vou reformular a pergunta, porque o senhor, como um cavalheiro, nos disse que assuntos republicanos tratados nesse ambiente deveriam permanecer sob sigilo. Eu vou reformular a pergunta. Esqueçamos a reunião... as 2 reuniões. Eu indago ao senhor: o senhor tem conhecimento, tem informação de que o Senado possui aparelhos, ou comprou aparelhos de escuta ou que possibilitem escuta? O senhor tem informação disso?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, não tenho informação. E aí, isto eu posso adiantar: quem se referiu a uma possível existência de grampo no Senado não fui eu, foi um Senador.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado.

Prossigo, indagando o seguinte: o GSI, hoje, está aparelhado para acompanhar e supervisionar a ABIN? Quais são os mecanismos de controle de que hoje dispõe o senhor para acompanhar a atuação da ABIN?

E para não delongar, Presidente, eu vou imediatamente engrenar na pergunta de fundo. O Sr. Paulo Lacerda, quando aqui esteve, nos relatou que o Protógenes tinha amigos na ABIN, que recrutou amigos da ABIN, que os amigos do Dr. Protógenes na ABIN falaram com os chefes da ABIN e que os chefes da ABIN



falaram com o Dr. Paulo Lacerda, que assentiu e autorizou a participação da ABIN na Operação Satiagraha.

Bom, como o senhor sabe, já fui Ministro de Estado e aqui estranhei a cessão parcial ou integral de qualquer servidor de forma continuada sem formalização. Isso me parece ao arrepio das normas e dos bons procedimentos na área administrativa.

Mas a lei que institui a ABIN, no seu art. 10, é muito clara. E me permita fazer a leitura: *“A ABIN somente poderá comunicar-se com os demais órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o conhecimento prévio — destaque: com o conhecimento prévio — da autoridade competente de maior hierarquia do respectivo órgão, ou um seu delegado”*.

Eu tenho aqui o depoimento do Dr. Lacerda e me escuso de lê-lo — mas, se necessário, eu o farei —, onde ele, reiteradamente, diz que não informou a nenhuma autoridade hierarquicamente superior ao Dr. Protógenes na Polícia Federal.

A minha pergunta é: o senhor tinha conhecimento disso? Só um pouquinho, para concluir. Tenha um pouquinho mais de paciência, por favor. Para concluir. O senhor tinha conhecimento disso... de que a Polícia Federal, hierarquicamente, formalmente, desconhecia essa colaboração de alto a baixo?

Segundo: em sendo a ABIN um órgão da Presidência da República e que deve gerar e coletar informações para, como aqui dito, aperfeiçoar a tomada de decisão da Presidência da República, era de interesse da Presidência da República a cooperação de um órgão da Presidência, como a ABIN, na Operação Satiagraha, de forma informal, continuada e sem conhecimento da hierarquia da Polícia Federal?

E concludo: supondo que a ABIN se mobiliza em função dos interesses e do repasse de informações ao Presidente da República, devo concluir que, primeiro, isso era de interesse do Sr. Presidente da República, embora informal, embora sem conhecimento da hierarquia da Polícia Federal; segundo, que se geraram informações que foram repassadas ao senhor. Até porque essa mesma lei especifica que toda e qualquer informação da ABIN para qualquer outro órgão tem que ser liberada e autorizada pelo senhor, na forma da lei que aqui se encontra. Devo entender que as informações compartilhadas e geradas pela ABIN nessa



situação foram repassadas ao senhor, e o senhor as repassou ao Presidente da República. Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com essa pergunta, o Deputado Jungmann encerra a sua participação. Depois deve reinscrever-se, para dar oportunidade aos demais.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Talvez haja necessidade de algum esclarecimento. Mas paramos por aqui.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A lei tem... A lei tem desdobramentos. Ela é regulamentada por um decreto e por aí... Eu, logo no início da...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu tenho todos os decretos aqui, e eles infirmam essa posição, infirmam isso.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Logo no início da apresentação... Logo no início da apresentação, nós mostramos aqui que uma das obrigações do Sistema é intercambiar informações necessárias à produção de conhecimentos relacionados com as atividade de inteligência e contra-inteligência. Nós temos aqui também uma portaria, que é uma decisão do chamado Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência — essa ainda de 2002. E temos uma portaria de 2003 que regula a troca de informações. Regula a troca de informações... Quer passar aí? Uma portaria que regula a troca de informações entre os órgãos integrantes do Sistema. Então, eu já falei no Conselho Consultivo, que diz: *“Os órgãos componentes do SISBIN deverão intercambiar dados e conhecimentos sigilosos ou extensivos necessários à produção de conhecimentos, relacionados com a atividade de inteligência ou com a área de interesse de cada órgão.”*

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas seguindo a lei, não é, General?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Hein?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - A lei se superpõe a portarias, não? Ou instruções normativas?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A lei é genérica.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - A lei é genérica, mas ela diz que tem que informar com clareza a autoridade. Desculpe-me.



O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A ABIN não produz, a ABIN não produz conhecimentos apenas para o Presidente da República. A ABIN protege empresas estratégicas, a ABIN trabalha junto com a EMBRAPA.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A ABIN trabalha... Então...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu resumo: o que o senhor está me dizendo...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Então, se nós formos limitar aquilo ali...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas o senhor acha que...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - ... nós teremos uma Agência de Inteligência que será uma assessoria do Presidente da República.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - General, general, a lei é clara, desculpe-me, a lei é clara: tem que informar a autoridade competente. Ela não foi informada. E portaria alguma, desculpe-me, no meu entendimento, eu posso estar errado, nenhuma portaria pode se sobrepor a isso. E segundo: era de interesse do Presidente da República? E que informação foi levada a ele sobre essa participação?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Olha, é absolutamente impossível que um ser humano, seja quem for, tome conhecimento e acompanhe o trabalho de mil e seiscentas pessoas. Como é possível um ser humano ter tempo físico para acompanhar o trabalho produzido por mil e seiscentas pessoas, a não ser que haja filtros no caminho? Esses filtros e as relações entre as instituições que estão reguladas, estão reguladas pelo Conselho Consultivo do Sistema Brasileira de Inteligência, ele existe e é formalizado pela lei. A lei formaliza...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quer dizer, a lei que este Congresso votou...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, não pode interferir...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - ... é essa que tem que ser observada, é essa que tem que ser observada, porque aqui se forma a vontade popular.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. já se manifestou, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está interferindo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Perdoe, Presidente. Perdoe, Presidente. Eu encerro por aqui. Eu gostaria de ouvir a resposta a respeito de se o Presidente foi informado ou não, apenas isso.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, o Presidente não foi informado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não. E o que fazia a ABIN aí?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A ABIN trabalhava junto com a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Em atividade de polícia? Sem informar o Presidente? Me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Deputado Laerte Bessa para os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Sr. Relator, General Félix, é um prazer tê-lo aqui. Eu queria cumprimentá-lo e até parabenizá-lo por ter suportado essa bateria de perguntas e de questionamentos que, eu ainda reforço ainda mais, em sua maioria improdutivos aqui para a CPI do Grampo. Noventa por cento dos questionamentos não contribuem em nada para o nosso trabalho, infelizmente, infelizmente.

E também muito mais ainda, mesmo porque V.Exa., que eu conheço muito bem, pessoa integrada com a Nação, pessoa idônea, que posso dizer que tudo que V.Exa. disse aqui é verdade. Não estou aqui para fazer defesa do Governo, não, mesmo porque eu não defendo este Governo. Governo que não cumpre compromisso, Governo que não cumpre trato, acordo. Eu não confio em Governo dessa natureza, principalmente acordo feito em plenário, Sr. Ministro, e que o Governo Federal não cumpriu. Isso é terrível. Até bandido cumpre acordo, mas o Governo Federal não está cumprindo os acordos que são feitos em plenário. Mas não tem nada a ver.

Eu queria defender V.Exa. e defender a ABIN, porque eu conheço a ABIN há muitos anos. Eu convivi muitos anos com a ABIN, mesmo porque a minha formação



policial tem muito a ver com a ABIN. Eu passei muitos anos lá dentro e sei como funciona. Sei que é desestruturada, a ABIN é desestruturada. Agora que nós aprovamos uma medida provisória, um projeto para melhorar principalmente a questão salarial, a questão administrativa. E sei muito bem que esse grampo não tem nada a ver com a instituição ABIN. Não tem. Eu tenho a minha formação, pelo conhecimento e a minha experiência, eu sei que a ABIN não tem participação nisso. Pode até ter acontecido um fato isolado, de algum bandido estar travestido de funcionário público. Pode até ter acontecido, mas não acredito nisso também não. Mas pode ter acontecido, como V.Exa. também falou.

Mas eu queria até dizer ao nosso Presidente que concentrássemos a nossa bateria de pergunta para o Campana. Eu acho que nós estamos gastando cartucho à toa com o General. O General tem as suas convicções, ele tem o seu trabalho lá. E é igual ele falou: ele não tem condições de monitorar a ABIN 24 horas, principalmente quando um mau funcionário faz um trabalho porco desse. Eu tenho certeza que não.

Então, eu acho que para melhor responder às nossas perguntas seria o próprio Campana. Nós deveríamos concentrar o direcionamento para o Campana, que eu sei que vai atuar muito bem aqui, porque é uma pessoa idônea também. E tenho certeza também de que não está envolvido nessa escuta. Temos que apurar. E eu tenho certeza de que a Polícia Federal vai chegar ao autor dessa escuta. Eu tenho certeza de que vai chegar, e não vai ser à ABIN, não. Eu tenho certeza.

Então, eu pediria ao nosso Presidente que alertasse aos colegas para cumprirem os compromissos, principalmente de horário de questionamento, porque eu estou cumprindo. Eu vou cumprir o meu prazo certinho. Que cumprissem e que procurassem melhorar os questionamentos para contribuir com a CPI, porque estamos há um tempão aqui... Olha, eu tenho certeza de que o nosso Relator não vai levar nada para casa para acrescentar ao relatório dele. Tenho certeza absoluta, infelizmente. Então, eu queria pedir ao Presidente que conversasse, podia até fazer uma reunião, para que a gente pudesse se concentrar mais no trabalho. Acho que tem muito que investigar ainda, tem muita coisa boa para investigar, e coisas importantes, principalmente com muitos requerimentos que nós aprovamos aqui de pessoas importantes que irão depor aqui, principalmente esses repórteres que



fizeram a matéria da *Veja*. Eu estou pedindo a oitiva deles, porque eles têm que informar. Certo, tem o segredo de justiça que eles têm lá no código deles, mas eu acho que eles têm muito a contribuir conosco aqui.

Isso que eu quero propor e dizer... *(Falha na gravação.)*

Então, Sr. Presidente, era só isso que eu queria dizer. Eu não sei se isso foi alguma intervenção extraterritorial.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Foi lá fora, não é?

Era só isso que eu queria passar para V.Exa.

abro a minha palavra para o próximo inscrito. Acho que fui curto e dentro do prazo regido por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Laerte Bessa, embora cada um tenha o direito de fazer o seu questionamento e dele tirar o melhor proveito.

Passo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)* Não se encontra.

Vou passar a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre General, eu já pedi ao Presidente que aquela informação do General, que ele recebeu da ABIN a respeito dessa Operação Satiagraha fosse enviada à Comissão.

Eu queria rapidamente perguntar ao General — ele leu o início daquele documento — se ele poderia ler novamente aquele documento da relação Satiagraha, que falou que vai enviar para a Comissão.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Na verdade, não é um documento, são algumas anotações...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aquelas anotações, eu queria que o senhor lesse aquelas...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - ... que eu mandei fazer para trazer hoje, porque seria evidentemente um apoio, além do apoio do Dr. Campana, que foi quem coordenou todo esse trabalho junto com a Polícia Federal. Mas, de qualquer forma, eu pedi alguma coisa para antes eu me informar. Então, não tem nada aqui além daquilo que eu falei. O que diz aqui é que o Superintendente do Rio



foi procurado pelo Delegado Protógenes; foi aventada a possibilidade de a ABIN ajudá-lo numa operação que vinha sendo desenvolvida há mais de 4 anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Superintendente do Rio da ABIN?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - No Rio de Janeiro, da ABIN, é. Então, ele informou que estava com dificuldade, que precisava de apoio, de mão-de-obra, que estava com pouca gente. O Superintendente do Rio informou o Coordenador-Geral de Operações de Contra-Inteligência, e esse consultou, consultou o Superintendente do Rio, consultou o homem da Contra-Inteligência da possibilidade ou não de apoio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor pode informar quem é o Superintendente do Rio?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Aqui não tem a data. Segunda quinzena de fevereiro...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. Quem é o Superintendente do Rio?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Do Rio?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Chama-se Gilberto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E ele consultou uma outra pessoa que...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Comunicou ao Departamento de Contra-Inteligência...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem é essa pessoa?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Que é o Paulo Maurício.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Paulo Maurício.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - E esse, então, devido à sensibilidade do assunto, encaminhou a solicitação ao Diretor-Geral Adjunto Campana. A ocasião seria uma boa oportunidade para a integração entre a ABIN e a Polícia Federal, e, caso viesse ocorrer o apoio, deveria ficar restrito à necessidade apresentada pelo Delegado inicialmente, que era...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dessas pessoas que o senhor citou, algum deles é Delegado Federal?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É o próprio Delegado encarregado do inquérito, o Delegado Protógenes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não. Dessas pessoas da ABIN, alguma delas é Delegado de carreira da Polícia Federal, foi Delegado?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, não. Todos são servidores normais da Agência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Superintendente do Rio não é Delegado?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Hein?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Superintendente do Rio não é Delegado?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não. É da área de inteligência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quem informou a ele que estava precisando de gente para trabalhar nessa operação?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Foi o Delegado, o Delegado Protógenes, que pediu apoio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Porque ele não tinha esse apoio da Polícia Federal?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu não vou entrar em considerações, porque não... O porquê, não sei. Pediu apoio; o apoio foi encaminhado até o Diretor-Adjunto; o Diretor-Adjunto ressaltou que, caso viesse a ocorrer o apoio, deveria ficar restrito àquela necessidade, que era apoiar em pesquisas, bancos de dados, pessoas físicas e jurídicas e ações de levantamentos, com a finalidade de confirmar endereços comerciais e residências. Foi essa a autorização...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A pessoa que autorizou foi o Dr. Campana?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - No final, sim.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, o Paulo Lacerda não chegou a tomar conhecimento?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Certamente, o Dr. Paulo Lacerda depois tomou conhecimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Depois?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Sim, depois.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, no primeiro momento, não houve autorização do Paulo Lacerda?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não sei. Esse detalhe eu não tenho dado temporal aqui, às 17h, às 21h. Não tenho isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo, V.Exa...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu apenas pedi um levantamento geral, vamos dizer, da cronologia, mas cronologia no tempo, o que aconteceu primeiro, segundo, terceiro. Foi isso que eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas V.Exa., General, não fez um questionamento, o senhor disse: por que nós estamos apoiando? É por que não houve apoio? O senhor não chegou a fazer esse questionamento nas suas considerações junto ao Dr. Paulo Lacerda, após toda essa questão ter sido trazida à baila, do porquê a ABIN teve que prestar esse apoio, porque faltou apoio da Polícia Federal para fazer a ação?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu não sei o porquê...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor não perguntou?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu só sei o seguinte: que o apoio é uma coisa entre os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, é uma coisa natural. Não é, como eu disse, não é ABIN e Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o senhor chegou a ser comunicado disso?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É ABIN, COAF, Banco Central...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor chegou a ser comunicado disso? Como Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o senhor chegou a ser comunicado?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando o senhor tomou conhecimento disso?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Tomei conhecimento quando a operação veio à tona. Aí foram me esclarecer o porquê daquela chamada história de cobertura: "Aquilo ali foi porque a operação era sigilosa". Existe um conceito na área de inteligência que se chama necessidade de conhecer. Quem tem necessidade de conhecer, conhece; quem não tem, não precisa tomar conhecimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho que o senhor tem necessidade de conhecer.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É. Basicamente, é.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando esse relatório diz "banco de dados", esse banco de dados inclui a escuta de gravações e interceptações telefônicas?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Provavelmente, não. Provavelmente, não. Porque, se incluísse, o Dr. Campana não autorizaria. Ele sabe os limites do trabalho que a ABIN pode realizar. Por isso ele é o Diretor-Adjunto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa decisão era afeta ao Diretor-Adjunto ou ao Diretor-Geral?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Essa é uma decisão, como eu disse ali, já projetei ali no início, essa colaboração se dá desde o nível regional. Isso é possível. As pessoas têm liberdade de tomar decisões. Não são todas as decisões que têm que chegar até... O Governo não funciona assim. As pessoas têm que ter liberdade de ação, se não.... Imaginem se tudo chegasse ao Presidente da República para ele dizer sim ou não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - As pessoas têm liberdade de decisão, como o senhor falou. E o senhor concorda com essas decisões que foram tomadas pelo Campana e pelo Lacerda?



O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Dependendo da maneira como elas chegaram, e parece que chegaram de uma maneira normal, sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quando o senhor tomou conhecimento da matéria da revista *Veja*, como o senhor se sentiu?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Da matéria? Qual delas? A revista *Veja* tem matérias, todas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa última, essa última do grampo do Gilmar Mendes e do Senador.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Claro que eu não fiquei satisfeito. Uma acusação dessas sobre uma instituição que está subordinada a mim, evidentemente que eu não vou ficar satisfeito. Sou humano também, não é?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a providência que o senhor tomou imediatamente?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - As providências foram as que já foram mencionadas aqui. Levei o fato ao conhecimento do Presidente, no próprio dia em que saiu a reportagem. Disse a ele que ia pedir a abertura de um inquérito. Pedi a abertura de um inquérito ao Ministro da Justiça. O inquérito está sendo aberto hoje. Determinei a abertura de uma sindicância interna na ABIN. A abertura foi feita hoje também — segunda-feira, ontem, aliás. E conversei, falei com o Procurador-Geral da República, solicitei que ele designasse alguém para acompanhar o trabalho da Polícia Federal dentro da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor colocou o seu cargo à disposição? O senhor colocou o seu cargo à disposição?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Isso aí é uma coisa de cunho pessoal. Já declarei aqui que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, tem uma questão que eu acho que é importante...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Isso aí é uma questão que diz respeito a uma discussão, a uma decisão pessoal no momento em que nós estávamos discutindo os efeitos políticos disso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pode ser de cunho pessoal, e eu respeito, mas na verdade, no contexto todo, tem um peso. Se o senhor chegou a



colocar o cargo à disposição é porque o senhor ficou insatisfeito com o que estava acontecendo.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu me reservo o direito de não comentar o que ocorreu numa reunião sigilosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo, se V.Exa. me permitir, eu acho que uma coisa que não ficou clara ainda, que o General não respondeu, talvez tenha se esquecido, é: quais foram os nomes dos servidores que foram afastados e que posições eles ocupam na Agência Brasileira de Inteligência?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Os servidores que foram afastados foram o Diretor-Geral, o Diretor-Adjunto e o Chefe da Contra-Inteligência, além do assessor pessoal do Diretor-Geral. Essas 4 pessoas foram afastadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quem é esse assessor especial? Quem é esse assessor especial?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É o assessor especial, é o Dr. Renato Porciúncula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E por quê, vamos dizer, a cadeia estabelecida para o licenciamento ou para o afastamento se deu dessa forma e nessa ordem? Qual foi o critério?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - O critério foi meu, critério pessoal meu. O Presidente determinou que afastasse a direção da ABIN. Então, evidentemente que havia um limite, eu não podia deixar a ABIN totalmente acéfala, porque ela precisa continuar a trabalhar. De modo que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Por que o Dr. Renato?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - ...a opção foi, a opção do Presidente foi a direção. A direção é o número 1 e o número 2. Essa é a direção. O Diretor-Geral e o Diretor-Adjunto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O afastamento é temporário?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Esses são ...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O afastamento é temporário?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - O afastamento é enquanto durar o inquérito.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O inquérito da ABIN ou da Polícia Federal?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Da Polícia Federal. Enquanto durar o inquérito da Polícia Federal, eles estarão afastados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É o número 1 e número 2. Por que foi também o da Contra?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Coloquei um dos diretores, são 4 diretores, coloquei um dos diretores, e coloquei o assessor do Diretor-Geral da ABIN, porque ele era também..... ele pode criar algum tipo de constrangimento, ele era o Diretor da Inteligência da Polícia Federal, de modo que eu achei que era conveniente também tirar, vamos dizer, todas as pessoas que tinham uma ligação mais efetiva, com possível ligação, efetiva ou até afetiva, com o encarregado do inquérito, para não criar nenhum tipo de constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas não tinha o Chefe de Gabinete também, que é oriundo da Polícia Federal? Também foi afastado o Chefe de Gabinete?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Quem? Não, o Chefe de Gabinete é uma função meramente administrativa. Aí não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas é um Delegado da Polícia Federal também, se não me engano.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É. Mas é uma função administrativa. A chefia de gabinete não lida com a atividade-fim da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a assessoria também não, não é? O Dr. Porciúncula também não, não é?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A assessoria, sim. A assessoria... Ele é o assessor especial do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu entendo a sua posição...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - De modo que foram essas as razões da minha proposta de afastamento, de fazer o afastamento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu entendo a sua posição quando o senhor diz que se trata de posição de cunho pessoal, e procura querer se



reservar. Só que eu queria lembrar a V.Exa. que o senhor não está aqui como convidado, está aqui como convocado. Quer dizer, como convocado, V.Exa. é obrigado a responder a todas as perguntas, até porque não existe, pelo que eu saiba, e a Mesa não informou, nenhuma decisão do Supremo Tribunal Federal que impeça a nós outros exigir essa informação do senhor. E eu fiz essa pergunta porque ouvi alguns comentários da sua insatisfação. E, na sua insatisfação, o senhor atribuiria esse grampo a outras condições. Quais seriam essas outras condições?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Eu já me manifestei a respeito. Primeiro, eu gostaria de deixar bem claro que eu, claro, como testemunha, tenho a obrigação de responder, mas não as coisas de foro íntimo. As coisas de foro íntimo são minhas. Essas nenhum tribunal pode fazer com que eu responda. É bom deixar bem claro isso, porque isso aí faz parte da minha individualidade. É um direito meu. No mais, eu já levantei aqui, já falei aqui que, a partir do momento em que foi instaurada uma sindicância e foi instaurado um inquérito policial militar, eu me reservo o direito de não externar opiniões que possam eventualmente influir na posição daquelas pessoas que estão dirigindo. No momento em que esses 2 instrumentos foram acionados, o inquérito policial militar e a sindicância, só nos resta aguardar a solução desses 2 instrumentos. Até aí, eu automaticamente paro de me manifestar e de emitir opiniões a respeito do que possa ter acontecido, porque eu não quero ser acusado de ter influenciado o trabalho nem de um nem de outro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na verdade, o nosso trabalho não tem nada a ver com a apuração que o senhor está fazendo, que é na ABIN e que é na Polícia Federal. Nós temos autonomia no nosso trabalho. Nós não dependemos da decisão da ABIN, da decisão da Polícia Federal, nem da decisão de V.Exa. Nós temos autonomia para decidir aqui. Então, na verdade, nós queremos é ter as opiniões, e V.Exa. está sendo indagado nesse sentido, para poder decidir o que fazer. Então, nós já entendemos que lamentavelmente o que aconteceu foi uma arapongagem. E nós não podemos admitir que isso continue acontecendo.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Gustavo Fruet com a palavra para os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Boa-noite, General Félix — à sua direita. Parabéns pela sua resistência. Entenda as manifestações de respeito, até pelo que o senhor representa para a instituição ABIN, mas principalmente para as Forças Armadas. Toda vez que alguém da sua condição participa de um debate desse tem toda essa história e todo o envolvimento da instituição. Então, entenda a preocupação dos questionamentos por questões conjunturais, mas também por questões estruturais. Por fatos que vêm sendo denunciados já ao longo do tempo.

Da mesma forma, uma observação: é a primeira vez que um Presidente da República afasta um dirigente do Governo para investigação. Se, ao final — e o que de pior pode acontecer para a ABIN — se comprovar que a investigação, essa escuta não ocorreu dentro da ABIN, ocorreu de fora para dentro... Por exemplo: alguém contratou uma investigação, um monitoramento numa operadora, o Dr. Paulo Lacerda está sendo submetido à maior humilhação da sua história. E a ABIN também. Por isso que esses fatos provocaram inclusive a sua vinda aqui hoje, fora da agenda que estava previamente programada. Mas entendemos isso, são relevantes os seus esclarecimentos para consolidar a ABIN ou deixar a ABIN definitivamente no espaço do preconceito que foi destacado pelo Dr. Paulo Lacerda. O fato é: o Presidente da República afastou o Diretor da ABIN. Ou afastou porque tem indício e tem dúvida; ou afastou como um troféu pelas denúncias e pela cobrança firme que foi feita pelo Supremo Tribunal Federal, ou afastou por algo que não vai se comprovar.

Então, nós não queremos só discutir essa gravação, mas as denúncias que estão sendo feitas e algumas questões estruturais. Então, o senhor entenda a linha dos questionamentos.

Eu vou apresentar algumas perguntas, que fiz inclusive ao Dr. Paulo Lacerda. A primeira. Foi divulgada na Operação Satiagraha o diálogo entre o ex-Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e o Chefe de Gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho. Nesse diálogo, Greenhalgh recebe de Carvalho informações acerca das



investigações, como já foi dito aqui, envolvendo um assessor ou um braço direito, ou um amigo, ou um aliado de Daniel Dantas. A conduta de Gilberto Carvalho nesse episódio já está sob investigação no Ministério Público Federal. Se houver uma questão de natureza criminal, tráfico de influência, isso já está lá. Mas, insistindo no que o senhor já respondeu: qual o contato institucional utilizado pelo senhor para elucidar as dúvidas do ex-Deputado Greenhalgh? Quantas vezes o senhor já foi procurado por algum advogado, ou a ABIN, para prestar investigações sobre clientes supostamente investigados pela ABIN? Qual o nível de conhecimento que o Chefe da GSI tem sobre as ações da ABIN? E, nesse caso, também para registrar, como se deu o contato do Chefe de Gabinete do Presidente Lula com o senhor sobre esse assunto de interesse do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh? O senhor já mencionou, mas é para registrar com mais detalhes.

Durante o depoimento a esta Comissão, o Dr. Protógenes Queiroz afirmou que contou com a colaboração dos agentes. O Dr. Paulo reconheceu colaborações freqüentes, que se concretizam com relativa facilidade. Todos esses dados indicam uma atuação coordenada de 2 órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência, cuja coordenação cabe a V.Exa. Inclusive, de acordo com o § 1º do art. 8º do decreto, V.Exa. preside o Sistema Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência, de modo que é a autoridade mais informada, ou deve ser, e autorizada a explicar como se dão essas ações da Polícia Federal e da ABIN, isolada ou conjuntamente.

Então, pergunto: o GSI estimula ou mesmo controla o intercâmbio de agentes, equipamentos, informações entre os diferentes órgãos de inteligência? E, nesse caso específico, com relação às maletas que foram adquiridas durante os Jogos Pan-Americanos, quem ficou de posse dessas maletas?

Ontem, após a crise da confirmação dos grampos, o senhor pediu ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, a abertura de inquérito policial pela Polícia Federal para investigar esses fatos. Qual o motivo desse pedido? Em outros casos, foi adotado o mesmo procedimento? O senhor tem certeza de que a polícia ou o agente da ABIN não está envolvido nesse episódio? Isso não considera ou pode comprometer a investigação e, portanto, o trabalho da ação conjunta?



A questão levantada nos últimos dias, relativa à interceptação do Presidente do Supremo, é sobre a denúncia de que teria um órgão ou algum agente da ABIN realizado. A pergunta é com relação à legislação. Ou melhor, desculpe, General, a legislação estabelece que cabe à ABIN zelar pela segurança das informações do Presidente, mas também dos titulares dos órgãos essenciais à Presidência da República, entre os quais, certamente, os Ministros e o Chefe de Gabinete. O senhor tinha conhecimento das escutas que envolveram o Sr. Gilberto Carvalho, que envolveram ou envolvem a Ministra Dilma Rousseff, ou o Ministro José Múcio, ou as denúncias lá atrás já feitas pelo Presidente do Supremo e que foram feitas escutas ambientais no Supremo Tribunal Federal? Quais as medidas adotadas pela ABIN?

Só mais 2 perguntas, Sr. Presidente. Só vou fazer uma preliminar: perguntei também ao Dr. Paulo Lacerda. Em depoimento à CPI dos Cartões, o senhor afirmou que, “para nós, quanto menor a transparência, maior é o grau de segurança”. O Sr. Otávio Carlos, Diretor do CEPESC, em seu depoimento a esta Comissão, explorou bastante o tema das maletas e outras tecnologias de escuta ambiental utilizadas como contragrampo.

Da mesma forma, o Diretor-Geral da Polícia e o Chefe de Divisão de Doutrina e Inteligência da Polícia confirmaram a facilidade relativa à simplicidade da aquisição e uso de tais maletas e afirmaram que “o equipamento entra no Brasil desse jeito: *notebook*, uma antena, que deve ter o diâmetro de 30 centímetros, e um *software*”. Além disso, os depoimentos apontaram para a semelhança de tecnologia entre as maletas e os operadores de celular, que podem operar como receptores. Em síntese, para montar uma maleta é preciso um *notebook*, um *software*, uma antena e um receptor.

Eu perguntei ao Dr. Paulo Lacerda. Em recente auditoria, o Tribunal de Contas mostrou que 98.75% dos gastos com cartões corporativos por parte da ABIN ocorreram com saques em espécie. E nesse acórdão, às folhas 29 e 20, está lá: “*compra de microcomputadores e receptores, softwares e criptografia, placas-mãe, bloqueadores para telefone celular e outros equipamentos com despesas atestadas pelo Diretor do Departamento de Inteligência*”.

No mesmo acórdão, na página, na folha 58: “*Trata-se de regularidade fiscal dos comprovantes das despesas, indicando a utilização de notas calçadas ou frias*”.



O GSI mantém algum tipo de cadastro ou controle sobre os equipamentos de inteligência adquiridos pela ABIN? É possível fazer inteligência sem equipamento? Essas perguntas eu fiz ao Dr. Paulo. V.Exa. concorda que há similaridade entre a descrição dos componentes das maletas e os equipamentos adquiridos pela ABIN? Portanto, é possível a ABIN montar esses equipamentos de escuta? E, por fim: o INFOSEG, reformulado em 2004, na gestão do Ministro Márcio Thomaz Bastos, foi apresentado como um novo paradigma de investigação para a segurança pública, já que integraria diferentes bancos de dados policiais, da justiça e de outros órgãos da federação.

Eu insisto, porque a ABIN tem que ser referência. Quando se fala em escuta e uso indevido, não se refere só a órgão federal. Há a possibilidade de ocorrência nos órgãos estaduais.

Na última semana, foi noticiada a utilização ilegal de dados do INFOSEG, inclusive com dados do Presidente e do Ministro da Justiça, que foram vendidos em várias capitais. O GSI faz uso do INFOSEG? Alimenta o sistema com algum tipo de informação? É possível haver conexão entre as fraudes do INFOSEG e a utilização de escutas telefônicas clandestinas?

Sempre separando: uma discussão são as escutas ilegais, que são objeto agora de uma discussão sobre o aprimoramento na legislação; outra são as escutas ilegais, que não há lei no mundo que consiga prever o uso indevido da tecnologia. Mas o que é grave neste momento é se alguma dessas escutas foi feita por órgão do Estado.

Nesse caso do Ministro Gilmar Mendes, o tempo vai identificar se foi a ABIN, se foi a operadora, se foi o Daniel Dantas, se foi o Senado, que poderá, inclusive insisto, humilhar para a história o afastamento do Dr. Paulo Lacerda. Mas a referência, faço com relação a outras denúncias e a sistemáticas manifestações do Presidente do Supremo, inclusive sobre a ocorrência de escuta ambiental.

Peço desculpa pela seqüência de perguntas, mas, basicamente, repito as perguntas que fiz ao Dr. Paulo Lacerda.

O SR. MNISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Vamos ver se eu consigo acompanhar. Bom, a primeira foi a respeito da chefia de gabinete. Eu já me referi aqui, vou falar novamente: a informação que o Dr. Gilberto Carvalho — isso aí está



na transcrição da gravação que foi feita — dizia que alguém que havia se identificado como sendo integrante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República tinha sido abordado por policiais e tinha se identificado assim, e o Deputado queria saber se havia alguma investigação em cima daquela pessoa e por quê, não é? E o Dr. Gilberto Carvalho, acho que, de uma maneira absolutamente natural, já que a pessoa havia se identificado como integrante do GSI, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ligou para o GSI, eu não estava, falou com o meu Número 2, o General Oliveira, e o General Oliveira ligou para a ABIN, e a ABIN informou aquela chamada história de cobertura, apenas para não identificar. E essa coisa, quando eu retornei — acho que um dia, ou 2 depois, não me lembro —, trouxeram-me: “Ó, aconteceu isso, isso e isso.” E eu fui à ABIN, perguntei à ABIN de novo. “Era alguma coisa assim.” Bom, e ficou por aí.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas é usual isso? É usual? O senhor recebe com freqüência esse tipo de solicitação?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, não, não, não. Foi uma solicitação, até certo ponto, inusitada. Mas o que causou estranheza foi a pessoa ter se identificado como do Gabinete de Segurança Institucional. Então, nós fomos procurar saber quem era a pessoa. Num primeiro momento, essa pessoa é um oficial da Polícia Militar de São Paulo, que já havia trabalhado na segurança presidencial. Tinha terminado o tempo dela na segurança presidencial, tinha retornado para São Paulo e lá tinha sido solicitada a passagem à disposição da Superintendência de São Paulo, da Agência Brasileira de Inteligência. Ali é que nós identificamos quem era a pessoa. Mas não houve nenhum retorno mais, nenhum questionamento mais. Apenas eu informei ao Dr. Gilberto Carvalho, disse: “Olha, aquela pessoa que se identificou é um servidor da ABIN, que estava, aparentemente, seguindo, disseram lá, um estrangeiro — não vou dizer qual é a nacionalidade aqui, que não interessa —, está seguindo um estrangeiro.” Então, essa foi... A coisa começou e terminou aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - General, só um questionamento. Então, essa pessoa era lotada em São Paulo, estava em missão no Rio de Janeiro.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - No Rio de Janeiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E isso demanda uma ordem de missão escrita, isso demanda um pagamento de diária, isso demanda uma série de questões.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quer dizer, era formal, não é?

O SR. MNISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É um deslocamento normal e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E formal, não é?

O SR. MNISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E formal.

O SR. MNISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É. Essa informalidade nós estamos discutindo aqui desde o início, não é? Existe uma portaria que define as relações entre os órgãos que fazem parte do Sistema Brasileiro de Inteligência. Já me referi também, vou repetir aqui: o que nós pretendemos fazer, numa próxima reunião do Conselho Consultivo do SISBIN, é transformar essa informalidade em algum tipo de formalidade, para que realmente comece a haver um controle maior desse tipo de colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E será que não foi nesse momento, General, que o senhor começou a ter consciência de que havia uma operação da qual o senhor não tinha sido cientificado, que envolvia agentes da Agência Brasileira de Inteligência de um Estado operando em outro, seguindo cidadãos, em tese, brasileiros que estavam sob investigação? Foi nesse momento, então, que V.Exa. tomou conhecimento dessa ação, ou V.Exa. já tinha um conhecimento prévio?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, eu tomei conhecimento da operação quando a operação foi efetivamente desencadeada. E aí eu tomei conhecimento da operação e tomei conhecimento de que aquela história era uma história do Poder Público. Foi nesse momento. Bom, continuemos aqui. Atuação do GSI. Se o GSI estimula o trabalho de cooperação entre as organizações do sistema brasileiro de inteligência. Sim. Não apenas estimula, como isso é uma coisa que vem acontecendo em todo o mundo, particularmente depois do evento do 11 de setembro, e que ficou bem caracterizado que, quando as agências de inteligência



não se falam, a informação deixa de ter aquela característica de oportunidade, de poder ser utilizada em tempo útil. Isso hoje é uma coisa que vem sendo feita em todas as áreas de inteligência de todos os países. Há aproximação entre as agências de inteligência dos vários níveis, até porque os crimes hoje são crimes transnacionais. Quando nós falamos em tráfico de drogas, ele não se limita a um país. Quando nós falamos em contrabando de armas, isso é um crime transnacional — e às vezes estão os 2 associados. Fundamentalmente, a grande importância é aquilo que permeia todos esses crimes transnacionais, que é a lavagem de dinheiro. Então, isso aí exige realmente um trabalho bastante próximo de todas as agências que trabalham na área de inteligência. Essa é uma preocupação nossa. Diria mais: recentemente, fomos convidados por um país da Europa a fazer parte de uma estrutura que congrega informações na área de terrorismo. Já estão com 27 países participando dessa rede, e o Brasil recentemente foi convidado também para dela participar. É a necessidade. Se o crime é transfronteiriço, não respeita, nós também temos que ter esse compartilhamento de informações de uma forma transnacional. Senão, não teremos condição de fazer o combate. De modo que à pergunta se nós estipulamos: sim, estimulamos. Com essa preocupação a que eu me referi. Vamos agora exercitar um pouco mais de controle sobre esse tipo de cooperação informal, que deixará de ser tão informal assim. Maletas. Quem? Não tenho informação. Essas maletas foram adquiridas, e nós não acompanhamos quem possui essas maletas, não fazemos esse tipo de controle. Não é atribuição da Agência Brasileira de Inteligência estar controlando as outras organizações federais. Isso aí cada uma tem que ter o seu nível de responsabilidade. E é preciso que haja um grau de confiança no trabalho de todas essas agências. Se no serviço público nós não tivermos confiança nos agentes do serviço público, fica difícil, um mínimo de confiança, fica difícil nós trabalharmos. Aí, sim, estaríamos talvez num estado desses que se chamam policial: um controlando o outro. É preciso que haja atribuição de responsabilidade e descentralização para que a coisa caminhe. Essa é a essência do que nós chamamos de democracia. Segurança da informação. É atribuição do Gabinete de Segurança Institucional a segurança da informação no Executivo Federal, não da ABIN, do Gabinete de Segurança Institucional. Nós temos uma estrutura que trabalha nisso, o Departamento de Segurança da Informação e



das Comunicações, e fazemos um trabalho fundamentalmente, em primeiro lugar, de conscientização das pessoas. De nada vale termos o melhor dos equipamentos, a melhor criptografia, se o cidadão imprime aquilo ali, levanta e vai tomar um café e deixa em cima da mesa. Então, isso é fundamental. E temos formado muita gente na Administração Pública. Estamos introduzindo a cultura da segurança da informação em todas as escolas do Governo. Temos já um centro de tratamento de incidentes de rede, que procura levantar todas as tentativas de invasão das redes de informática do Governo Federal, do Poder Executivo. Trocamos informações com órgãos do mundo inteiro, dos tipos de invasão, quais são os remédios, quais são as tecnologias que nos permitem superar isso aí, inibir, eventualmente prevenir também, de modo que esse trabalho nós fazemos.

Com relação às chamadas escutas que foram nominalmente ou possivelmente feitas em telefones de alguns membros do Governo, nós fizemos um trabalho junto ao Dr. Gilberto Carvalho, quando surgiu aquela denúncia de que ele teria sido grampeado. Foi feito, mas foi feito principalmente pela estrutura que cuida disso, que é a Diretoria de Telecomunicações da Casa Civil, e nada foi apurado. No mais, nós temos os nossos mecanismos de segurança da informação. A estrutura de telecomunicações da Presidência tem os seus mecanismos de segurança, e nós procuramos nos manter a salvo.

Hoje, existe uma infovia, uma rede fechada que interliga todos os Ministérios da Esplanada e vários outros órgãos, de modo que progressivamente nós estamos procurando aumentar essa segurança. Isso é um desafio no nosso tempo. Há um projeto tentando enfrentar isso, um projeto de lei que está caminhando.

Escuta ambiental no Supremo Tribunal Federal. Não temos como... Não tivemos e não temos nenhum acesso ao trabalho. O Supremo é absolutamente independente. Quando nos pedem apoio, nós fornecemos o apoio. Temos alguns técnicos de qualidade muito boa na área de segurança da informação e, quando um outro Poder nos pede algum tipo de apoio, nós fornecemos esse apoio; mas, quando não pede, não há como nem porque nós estamos nos intrometendo.

Cartões corporativos... Ah, sim, os gastos da ABIN. Os gastos da ABIN são auditados tanto pelo controle interno como pelo Tribunal de Contas da União. A prova é que o Tribunal de Contas da União fez uma série de exigências, uma série



de questionamentos. Esses questionamentos estão sendo, dentro do possível... os erros sancionados. Já houve sanção, inclusive multa para integrantes da ABIN. Foram multados. E aquilo que pode ser resolvido através de mudanças de estrutura ou de procedimentos nós estamos fazendo.

Como eu já mencionei aqui também, há menos de 2 meses, por aí, nós baixamos uma portaria que vai reduzir substancialmente a quantidade de prestações de conta de gastos sigilosos. A nossa idéia é chegar ao ponto em que apenas serão considerados gastos sigilosos aqueles da verba sigilosa. Os outros, nós estamos melhorando os mecanismos e, assim que tudo isso estiver pronto, nós vamos... Eu fiz isso em 2003. Voltarei a fazer novamente. Vou pedir uma audiência ao Presidente do Tribunal de Contas da União, juntar os nossos técnicos — da ABIN e do Tribunal de Contas da União — e procurar chegar à maneira mais objetiva de fazermos uma prestação de contas transparente e que possa ser aceita sem nenhuma restrição. Esse é um dos trabalhos que faz parte da modernização, do aprimoramento da Agência Brasileira de Inteligência.

INFOSEG. Nós participamos, temos acesso ao INFOSEG, mas não introduzimos nenhum tipo de informação. Apenas temos acesso àquilo que está no INFOSEG. Não tem nenhum tipo de informação veiculada, que aparece na INFOSEG, que nós tenhamos a atribuição de colocar ou de fazer modificações. Apenas somos usuários dessa rede. Faltou alguma? Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que já está na hora de nós passarmos a palavra para a Deputada Marina Maggessi, para os seus questionamentos.

Com a palavra a Deputada Marina Maggessi.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro quero agradecer sua presença, agradecer sua postura humilde, essas horas todas aqui. Já chegamos a quase cinco horas — pelo menos eu, o senhor e esses dois sentados aqui. Também quero dizer da sua serenidade, de ter aberto mão da sua assessoria, enfim.

Quero também fazer uma defesa da ABIN, porque é um absurdo se pensar, cogitar em acabar com a ABIN. O primeiro grande erro de Fernando Collor de Mello, na Presidência, foi acabar com o SNI. Informação é poder. Isso é a primeira coisa



que a gente aprende na faculdade de jornalismo. Ninguém pode exercer poder sem informação. Informação é poder, prova disso é que a imprensa hoje representa o grande, vamos dizer, a grande auditoria de todos os Poderes e de todas as ações que se faz. O que não está na imprensa não está no mundo.

Eu queria não só esclarecer alguns pontos aqui — o senhor sabe que eu sempre trabalhei com grampo: o senhor diz, por exemplo, que o Presidente Lula nunca foi grampeado, nem houve tentativa, porque ele estava no Sofitel e a equipe de segurança dele estava no Hotel Glória, certo? (*Pausa.*) E essa equipe... Então, lá no Hotel Glória houve uma tentativa, ou pelo menos tinha ali um *jump*. Isso se chama, no nosso jargão policial, grampo invertido; porque, como o senhor colocou bem, é praticamente impossível grampear diretamente o Presidente, mas é fácil grampear a segurança. Se eu quero escutar o Presidente, eu grampeio a segurança. Eu vou escutar o Presidente pelo menos naquilo que eu quero ouvir, que são seus deslocamentos ou aquilo que entendo que sejam as questões mais... E, nesse caso, isso é um grampo no Presidente, porque ninguém tem interesse em ouvir a segurança, tem interesse em ouvir o que a segurança conversa com o Presidente, certo? Então, isso é o chamado grampo invertido.

Agora, o que aconteceu em relação a esse grampo aí, em relação ao que o senhor está sendo questionado, o que eu acho, tanto na minha experiência como policial, como na minha observação, é que o Dr. Paulo Lacerda tem tantos, vamos dizer, inimigos hoje, que vai ser difícil chegar a uma conclusão dessa... Eu duvido muito que vá se chegar a algum termo, primeiro porque não vejo como se chegar ao autor desse grampo. Senão, vejamos: o autor do grampo é extremamente inteligente, seja quem for — seja o pessoal do Daniel Dantas, sejam as outras facções que tem dentro da Polícia Federal.

O que quero deixar aqui bem claro: não existe uma briga institucional entre Polícia Federal e ABIN. O que existe são vários grupos dentro da Polícia Federal que disputam poder há muitos anos, e se alternam nele. Hoje, inclusive, tem um analista político do *Jornal do Brasil* que enumera todos eles. Quem não viu ainda está em tempo de ver, está lá: quem é o grupo de quem, quem é aliado de quem, quem não é. Então, o que existe é uma briga, vamos dizer assim, uma disputa de poder entre o atual Diretor da Polícia Federal e o Dr. Lacerda, isso já ficou mais do



que óbvio com a Satiagarra. Acontece que, durante a gestão do Dr. Paulo Lacerda à frente da Polícia Federal, as operações tinham sempre os mesmos delegados, aquele grupinho de delegado, às vezes, quase sempre, os mesmos Procuradores e, em várias delas, o mesmo juiz — um juiz de São Paulo que faz uma operação no Rio, que comanda uma outra operação a nível nacional, que bota a Polícia Rodoviária Federal para ouvir grampo. Então, durante essa gestão os maiores desmandos ocorreram.

E eu acho que o senhor fez muito certo em ter afastado o Renato Porciúncula, porque realmente ele era o Chefe da Inteligência, não era um assessor especial, não. Nesse ponto o senhor está coberto de razão. Bom, isso tudo a gente viu aqui passar por esta CPI.

Então, acho o seguinte: o objetivo é claro. Aquelas perguntas que o senhor fez no início — quem foi? por que foi? como foi? —, o objetivo é claro: é derrubar o Lacerda. Derrubar o Dr. Lacerda é o objetivo claro. Quem fez isso colocou o grampo na pessoa certa. O senhor não tenha dúvida de que esse grampo era no Ministro Gilmar, e não no Senador, porque aí não teria o grampo invertido do início, porque ninguém saberia que o Senador ia ligar para o Ministro Gilmar, e o Ministro Gilmar é conhecido pela sua coragem, pela sua... Enfim, sabe-se que, se uma coisa dessa chegasse aos ouvidos dele, o posicionamento dele ia ser duríssimo quanto a isso.

E ainda escolheu o veículo próprio. Aí eu respondo à sua pergunta: por que essa pessoa não procurou o delegado, não procurou...? Porque não ia chegar ao conhecimento público. Então, o objetivo da pessoa foi atingido.

Então, a minha pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Marina, vou pedir só um minutinho a V.Exa., para que aguarde o Plenário fazer silêncio, porque acho que estamos atrapalhando as pessoas que estão conversando, que não estão interessadas em ouvir o depoimento.

Se as pessoas, por favor, pudessem conversar lá fora, em muito auxiliariam o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos aguardá-las acabar de falar, para que a gente possa então continuar com nosso trabalho. *(Pausa.)*

Deputada Marina com a palavra. Obrigado.



A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Obrigada.

Então, quem pode ser o autor? Podem ser os desafetos dele, podem ser as pessoas que realmente foram atingidas por operações dele, pode ser pessoa da própria ABIN, porque os carreiristas da ABIN não estão nada satisfeitos, não, senhor.

Quantos policiais federais tem hoje na ABIN? O senhor sabe responder?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Cinco?

Tem agentes lá, ou só delegados? *(Pausa.)*

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Tem um agente.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Então, outro aspecto disso aí é que, quando o Dr. Protógenes foi procurar a ABIN, ele não foi procurar agente da ABIN, não, ele foi procurar agente da Polícia Federal, os seus colegas da Polícia Federal, da turma do Dr. Paulo Lacerda.

Então, a ABIN hoje está sendo atacada enquanto instituição indevidamente, porque na verdade tudo isso é uma grande Polícia Federal. A ABIN é a Polícia Federal, e os carreiristas lá estão insatisfeitos, a gente escuta isso. Então, tem tanta gente que pode ter feito esse grampo, e que fez de uma forma maravilhosa — maravilhosa para o mal —, porque não só colocou o Ministro Gilmar Mendes no centro, no olho do furacão, como escolheu uma conversa edificante: Senador preocupado com cerceamento da CPI da Pedofilia — o que aconteceu aqui direto nesta CPI, porque vários desses delegados federais vieram aqui com *habeas corpus* para não falar, e não falaram, dessas operações a que estou me referindo —, e a preocupação do Senador em ver isso acontecer.

O que queria dizer é o seguinte: o Presidente Lula, há pouco tempo... Ah, sim, antes faltou uma coisa. Por que acho que essa investigação não vai levar a lugar nenhum? Primeiro porque a revista *Veja*, e qualquer outro órgão de imprensa, tem a



preservação da fonte, não é obrigada a declarar quem falou. E aí o *off* é usado por quem quiser. Quem garante que esse cara é da ABIN? Eu escrevi isso no *site* do meu partido, está lá! Quem garante? Uma carteirinha? Ele mostrou uma carteirinha para o jornalista? Como o senhor mesmo disse — e eu já tinha dito ontem lá no *site* do meu partido — agente da ABIN não tem nome. Eu ainda falei para o jornalista: “*Você não vê filme da CIA?*” Ninguém sabe o nome do cara.

Então, realmente eu não acredito que vá se chegar a um final preciso de quem fez esse grampo, a não ser que ele seja vendido por quem fez com ele, porque isso também pode acontecer, dependendo do... É aquela história do cara que manda matar alguém e depois ele mata o matador, porque aí ele está garantido, não é?

Agora, o Presidente Lula falando que “*não, não precisa ter medo do grampo; só tem que ter medo do grampo quem tem alguma coisa errada.*” Não é verdade, porque o pior do grampo não é ser ouvido, o pior do grampo é a desonra que vem com ele. E muito bem disse o Vice-Presidente da República: “*Eu não tenho medo da morte, tenho medo é da desonra.*” Mas a gente vê o que são as interpretações, as citações de conversas de terceiros, e citações em conversas de terceiros levarem pessoas para a prisão sem elas nem terem falado. Isso tudo foi o que a gente viu durante a gestão do Dr. Paulo Lacerda. Agora...

Bom, o que eu queria dizer era isso, que realmente o que a gente tem que olhar é o que está havendo entre esses grupos da Polícia Federal, que nos procuram, inclusive. Acham que a gente aqui está de um lado ou está de outro. Eu duvido que esteja. Acho que mais assediado do que eu deve ser o próprio Dr. Marcelo Itagiba, que foi Chefe da Inteligência da Polícia Federal e que conhece todos esses grupos.

Muito obrigada pela sua participação.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Marcio Junqueira não se encontra.

Deputado Francisco Rodrigues. (*Pausa.*)

Deputado Manoel Junior. (*Pausa.*)

Deputado Otavio Leite. (*Pausa.*)



Deputado Henrique Fontana. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Manoel Junior com a palavra, para fazer a inquirição.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o General, agradecer a presença de V.Exa. entre nós e questionar. Inclusive algumas perguntas já foram feitas, mas eu gostaria de fazer três questionamentos pontualmente, Sr. Presidente.

Em sua opinião, General, a ABIN direta ou indiretamente participou ou não da ação que resultou no grampo de conversa telefônica do Presidente do STF, Gilmar Mendes: pergunta objetiva, direta, em relação à instituição.

A segunda pergunta, Sr. Presidente: de que forma o Poder Executivo deve fiscalizar os seus órgãos de inteligência? — pergunta a que acho que V.Exa. já deve ter respondido também. Existe algum equipamento capaz de detectar o grampo telefônico com tecnologia antigrampo? E em que estágio está a sindicância interna instalada para apurar o grau de responsabilidade da ABIN no grampo do Presidente do STF?

São os três questionamentos, até porque outros questionamentos que eu tinha já foram respondidos pelo senhor.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Muito obrigado. Na verdade, os três questionamentos são quatro.

Do primeiro, a resposta já dei aqui e reafirmo: é não. Não acredito que a ABIN direta ou indiretamente — ABIN instituição — tenha participado desse fato, que foi a escuta telefônica da conversa do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Fiscalização dos órgãos de inteligência. Existem vários tipos de fiscalização: existe a fiscalização funcional, hierárquica, que é a nossa; existe a fiscalização da parte de orçamento e de finanças, que é feita tanto pelo Tribunal de Contas da União como pelo controle interno da Presidência da República, que são os dois órgãos encarregados de fazer essa fiscalização; e existe a fiscalização da atividade, que deve ser realizada por intermédio da chamada Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, que é uma das Comissões Mistas do Congresso Nacional



e que engloba integrantes do Senado e da Câmara dos Deputados, de modo que esses são os mecanismos de fiscalização institucionais que nós temos.

Dentro da Agência Brasileira de Inteligência existe uma ouvidoria, existe uma corregedoria também, recentemente montada, com objetivo de fazer o papel de correição dos servidores da Agência Brasileira de Inteligência, de modo que esses são os mecanismos institucionais que existem.

Tecnologia antigraupo. A única realmente eficaz é não abrir a boca. Hoje a tecnologia tem recursos que permitem... Temos preocupações. Vou dar exemplo que não é só de grampeamento de telefone. Existem equipamentos hoje que colocam um feixe de *laser* ou de infravermelho até na vidraça das nossas salas de trabalho e, com a vibração da voz, ele capta tudo aquilo que está sendo falado ali. Então, são equipamentos que já não são tão modernos assim, já existem há algum tempo.

Então, hoje, eu diria que é muito difícil a gente ter absoluta certeza de que não está sendo monitorado de alguma forma, de modo que todos nós temos que ter a preocupação com relação a isso, usar o menos possível o meio mais vulnerável, que é a telefonia. Na verdade, o celular é um rádio, é um rádio que transmite até uma estação rádio base, que vai passando para outra. Então, é um sinal que está disponível no ar. Então, um receptor que trabalha naquela frequência, com a capacidade de decodificar aquele sinal não tem problema nenhum em... E isso hoje é adquirido com muita facilidade, é até montado com uma certa facilidade. Infelizmente, a tecnologia tem o seu lado bom, mas também tem esse seu lado ameaçador.

Não sei se respondi a todas. Faltou uma?

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - A questão da sindicância, em que pé está a sindicância.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A sindicância foi instalada ontem, então ainda não tem... não deu tempo. O sindicante deve estar lá elegendo a sua equipe e fazendo um levantamento de quem é que ele vai ouvir, quem é que vai syndicar. É muito cedo ainda, a ordem foi dada ontem, as pessoas foram designadas ontem, de modo que elas ainda estão na fase, até diria, preparatória para começar o trabalho.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao próximo inscrito. O Deputado Otavio Leite não se encontra, o Deputado Henrique Fontana não se encontra, o Deputado Maurício Quintella Lessa não se encontra, o Deputado Luiz Alberto não se encontra.

Deputado Jorginho Maluly com a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Presidente Marcelo Itagiba, nobre Relator, Sras e Srs. Deputados, Sr. Ministro General Jorge Armando Félix, sua diretoria, seus colaboradores, senhoras e senhores, em primeiro lugar, Sr. Ministro, eu queria deixar bem claro que qualquer colocação que a gente vá fazer aqui transcende o lado pessoal, porque até o seu passado... Para se chegar a General das Forças Armadas, não é qualquer um que chega. Dos oficiais que começam, é uma pequena minoria que alcança o almirantado, o generalato, ou o brigadeiro, na Força Aérea. Isso já é, por si, um aval do caráter e da competência pessoal do senhor.

Em segundo lugar, fico até revoltado quando vejo alguns colegas transformarem esse debate numa coisa tão pequena, que é esse negócio de Governo e Oposição. Isso é um absurdo! Essa questão que estamos debatendo aqui, Sr. Ministro, transcende essas questões momentâneas, porque numa democracia — na ditadura não, governo é governo, até que tenha um golpe ou uma revolução —, mas na democracia se tem por regra a alternância de poder. E, para se ter alternância de poder, nós temos que ter regras claras de controle, para que possamos não ter abuso em lugar nenhum. E esse assunto do grampo do Presidente do Supremo não é do Ministro Gilmar Mendes. Ele hoje é o Presidente do Supremo. É um Poder constituído da democracia brasileira que está sendo aviltado, Presidente Marcelo Itagiba!

Da mesma maneira, quando é o Senador Garibaldi, não é o Senador Garibaldi, é o Presidente do Senado e do Congresso Nacional que está sendo violado nos seus direitos. Quando alguém grampeia o gabinete do Presidente da República, é a Presidência da República que está sendo atingida com esse mecanismo ilícito ou ilegal que esteja acontecendo. Então, quero deixar bem claro isso para V.Exa., para que entenda as nossas colocações.



Primeiramente, vou fazer uma série de colocações, umas mais objetivas, outras nem tanto.

V.Exa. comentou aqui que o crime hoje não é mais, ele é trans... O senhor usou um termo técnico. *(Pausa.)* Transnacional! Eu diria que ele é transcontinental; ou até fora até da atmosfera, porque, com os satélites que tem hoje aqui, as pessoas podem monitorar o seu passo até dentro do seu banheiro. O que eu quero dizer para o senhor é o seguinte: como é que o Brasil está hoje em relação ao mundo nesta questão de legislação, equipamentos, mecanismos e controle do grampo? Isso é a primeira coisa.

Segundo, aproveitando o gancho, Presidente, existe um requerimento de minha autoria aprovado aqui e eu gostaria de saber se a visita já foi feita às embaixadas de Israel, dos Estados Unidos e de outros países que tenham um tecnologia muito grande nisso, para a gente poder também nos municiar tecnicamente de como é que está o mundo hoje.

O senhor acabou de dizer uma coisa que eu não sabia: o senhor disse que tem um aparelho de infravermelho que coloca no vidro, e que a vibração da voz pode ser detectada. É claro, General, é claro que, no mundo que nós vivemos hoje, é impossível impedir alguém de fazer grampo, é impossível, mas é claro também que temos que ter, pelo menos dos agentes de Governo, pelo menos dos poderes constituídos, daqueles que têm obrigação de zelar pela lei e pela Constituição, algum mecanismo de controle.

O que nós temos visto aqui, ao longo desta CPI, General, me lembra uma música de um cantor chamado Latino: *“Hoje tem festa no meu apê”*. O grampo virou uma festa no Brasil! Todo mundo acha que pode fazer grampo, todo mundo acha que pode fazer papel de polícia, e não é assim, e não pode ser assim.

Então, nesse sentido, eu queria colocar para o senhor o seguinte: ao longo da sua carreira e do comando que o senhor tem, alguém já foi punido por abuso nesta área de grampo ou de uso de mecanismos tecnológicos no exercício da função de investigação? Essa é uma questão que eu... Não nessa sindicância aberta ontem, mas em outros procedimentos.

Segundo, a Deputada Maggessi fez uma colocação perigosa aqui — e eu quero ouvir a sua posição como Chefe do GSI —, que existe um confronto dentro da



Polícia Federal. Isto é grave, General. Se é verdadeiro, isto é grave. Eu quero saber do senhor, como Chefe do GSI, se isto procede; e se procede, quais as providências que estão sendo tomadas para que isso não continue, porque a Polícia Federal é uma instituição importante e não pode estar sujeita à vontade de um ou dois. Ela tem que cumprir o seu papel institucional.

Também quero lhe perguntar o seguinte: o senhor disse que não há controle de quem ficou com os equipamentos do Pan-Americano. Não foi isto que o senhor me disse, que o senhor não sabe quem ficou com os equipamentos comprados?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O senhor não sabe, não é? O senhor afirmou, disse que o senhor não conhece. Eu queria saber: o senhor conhece, ou a instituição que o senhor representa sabe de todos os equipamentos que a Polícia Federal tem nas suas regionais do Brasil? Ou isso é independente? Porque eu sei que existem equipamentos de grampo em todas as delegacias regionais da Polícia Federal.

Por outro lado também, o banqueiro Daniel Dantas fez uma afirmação que eu considero gravíssima também. O senhor disse que existe uma colaboração comum entre Banco Central, Receita Federal, Polícia Federal, AGU, ABIN, todos esses mecanismos; e ele afirmou aqui que a operação que culminou com tudo aquilo que a gente viu foi porque ele teria dito, ou afirmado, que autoridades da Polícia Federal mantinham contas em dólares no exterior. Se o senhor tem conhecimento disso ou feita alguma investigação para contestar veementemente essa grave acusação do Sr. Daniel Dantas.

O senhor colocou aqui também o seguinte: que, no jargão da polícia, essa história de cobertura, que foi parado um agente da ABIN, foi feita... O senhor não estava no momento, alguém fez uma pesquisa, e foi dito que aquele agente estava numa operação de investigação de determinada pessoa, que, se eu não me engano, é Humberto Braz. Se o senhor, naquele momento ou depois, tomou conhecimento da verdadeira história que estava por trás da história de cobertura, ou apenas aceitou a informação que era uma história de cobertura?

Por outro lado, a ABIN faz campana? Ela faz esse trabalho de seguir, de ficar olhando, observando as pessoas?



Por fim, Presidente...

V.Exa., Sr. Ministro, disse que, após a crise da confirmação dos grampos ilegais em telefonemas do Presidente, o senhor pediu ao Ministro da Justiça, teria pedido ao Ministro Tarso Genro abertura de inquérito pela Polícia Federal para investigar os fatos. Quais os motivos desse pedido? E se o senhor pode afirmar, com toda a certeza, que a Polícia Federal não estaria envolvida nesse episódio.

Por fim, eu queria ouvir do senhor, como Chefe do GSI, como é que o senhor viu o... Entre aspas, vou chamar de “afastamento” do Delegado Protógenes da condução daquela investigação, num momento crucial da investigação, sob suposto pretexto de um curso de aprimoramento.

Eu queria fazer um comentário final, Presidente, sobre a CPI. Lamentavelmente, ao longo dos depoimentos que nós temos acompanhado aqui, ou por sigilo ou por exercício da função ou por qualquer outra razão, infelizmente muitas informações que poderiam concretamente auxiliar a nossa CPI não estão sendo passadas. Que nós estudássemos se já temos algumas respostas daqueles requerimentos que foram feitos, o pedido de informações concretas, para que possamos realmente ter um acesso verdadeiro àquilo que, claro, o general, que é Chefe do GSI, não vai poder falar aqui, para todo mundo ouvir aquilo que é feito em termos de investigação, senão perde o sentido até da função que o senhor exerce; mas algumas informações sigilosas são importantes e a CPI deve ter acesso a elas mesmo mantendo o seu sigilo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Muito obrigado.

A pergunta “se foi alguém punido”: nós temos um caso na Agência Brasileira de Inteligência, de um servidor da Agência Brasileira de Inteligência que está condenado em primeira instância exatamente por ter feito a escuta telefônica ilegal. Mas recorreu e continua trabalhando na Agência Brasileira de Inteligência, mais especificamente na Superintendência do Rio de Janeiro, por força daquilo que a lei determina. Mas ele já foi condenado...

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O cargo de superintendente é um cargo em comissão ou é concurso?



O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, não, é um cargo... é um servidor de carreira. Não tem cargo em comissão e desempenha...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado Jorginho Maluly — General, se me permite —, em algumas instituições, por exemplo, no caso da Polícia Militar lá da Bahia eu já vi isso, o policial que está sofrendo um processo por abuso de autoridade ou alguma coisa nessa natureza, ele... Não se vai impedir que ele... Até decisão irrecurável, até sentença transitada em julgado, ele continua na corporação, mas há uma política da corporação de colocar esse tipo de policial no serviço administrativo, para ele não estar na rua, um policial que tem uma conduta violenta e tal. Então, se se apanha um policial, um agente fazendo uma ação dessa natureza, seria mais do que prudente tirá-lo das operações para que ele não volte a reincidir; se essa é a política da ABIN, também nesse sentido.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Só para eu ter a informação do que o senhor disse, esse oficial, esse policial, esse funcionário, ele foi afastado por prática de escuta ou por outra... E, se foi por escuta, que equipamento ele usou?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, ele foi processado, foi condenado...

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Por escuta?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Por escuta ilegal.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Que equipamento ele usou, o senhor tem conhecimento?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Ah, isso foi no final da década de 90 ainda. Não tenho conhecimento do tipo de equipamento que ele usou. A realidade é que recorremos e, como manda a lei, trabalha evidentemente, como disse o nosso Relator, em uma função administrativa, não tem acesso... Mas trabalha porque assim manda a lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse servidor tem nome, General?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse servidor tem nome que possa ser de conhecimento da CPI?



O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - De cabeça, eu não tenho aqui, não. Daqui a pouco pode ser que eu tenha.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - General, eu quero deixar claro que eu também defendo que todos têm direito de defesa ampla e ao contraditório. Apenas eu queria saber, por uma questão de preservação até da instituição e da pessoa, se esse cargo de comando, acho, não seria o ideal. Essa é a minha colocação, não é no sentido de condená-lo nem de tirar o direito de defesa, até porque eu não conheço o processo.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Bem, legislação e mecanismos de controle. Legislação, nós temos um projeto de lei do Executivo que está aqui na Câmara dos Deputados, mas certamente o trabalho dessa Comissão vai contribuir em muito para que nós tenhamos um resultado positivo na legislação e, inclusive, nos mecanismos de controle. O mínimo que nós podemos imaginar para particularmente — e aí é muito importante — não apenas a existência da sanção, mas aquilo que, na nossa lei que proibiu o uso de drogas nas estradas e a tolerância zero, está funcionando. Por quê? Porque a fiscalização acompanhou a lei. Então, hoje, isso inclusive tem mudado culturalmente as pessoas que bebem socialmente, normalmente, e até aquelas que bebem de uma maneira mais radical, de modo que não vai bastar termos uma boa lei. É preciso que efetivamente aqueles órgãos encarregados de impor a lei se preocupem em fazer com que essa lei realmente tenha resultados.

Polícia Federal. Não me cabe aqui fazer considerações sobre a Polícia Federal, apenas que toda a instituição — e a Polícia Federal é uma instituição das mais importantes que nós temos... É claro que existem ambições, existem interesses, agora classificar como uma verdadeira luta entre grupos não sei... Não sei se seria o caso de... No que diz respeito ao nosso relacionamento com a Polícia Federal, nós temos o maior respeito pela Polícia Federal, mais do que respeito, admiração pelo trabalho que a Polícia Federal vem fazendo ao longo do tempo, de modo que eu considero que é uma instituição que precisa ser respeitada e precisa ser apoiada, porque ela é indispensável para aquilo que nós todos chamamos — e desejamos — de Estado Democrático de Direito. Só com uma polícia forte, eficiente, é que nós podemos preservar esse estado de coisas.



O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Está bem claro que era, então, leviana essa colocação do jornal de que há um racha, vamos dizer assim, dentro da instituição Polícia Federal, é isso? A ambição, eu acho que é natural de todos, mas a instituição continua unida. Na sua opinião, ela continua firme e unida, é isso?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Na minha opinião, a Polícia Federal é uma instituição que está funcionando absolutamente de forma normal.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Em termos de mundo, como é que está o Brasil, comparando...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Ah, sim! Nós acompanhamos o que existe de moderno no mundo. Hoje muita coisa em termos de proteção não precisa ter um equipamento muito sofisticado; é preciso ter, isso sim, *softwares* desenvolvidos e que ajudem a proteção dos equipamentos. Isso nós fazemos no Gabinete de Segurança Institucional, na proteção das redes de governo. Agora, na área de telefonia, a coisa é muito mais complicada, primeiro pela disseminação de equipamento de celulares, que são os mais vulneráveis ao grampo, como nós chamamos, ou à interceptação hoje.

Mas nós acompanhamos o que existe no mundo, particularmente no que diz respeito à segurança do Presidente da República. Nós procuramos manter no estado da arte aqueles equipamentos que fazem a preparação dos ambientes onde o Presidente irá estar. Fazemos, então, todas as varreduras, monitoramento, e procuramos dar ao Presidente também, como equipamentos de comunicações para ele usar, equipamentos seguros, de modo que, então, acompanhamos bastante bem o que existe de mais moderno no mundo. Essas coisas evoluem com uma rapidez impressionante, mas faz parte da nossa preocupação proporcionar ao Presidente da República a melhor qualidade que nós podemos proporcionar de proteção.

Mais alguma?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Como Chefe do GSI, se tem algum fundamento essa afirmação do Daniel Dantas de que eventualmente alguém da Polícia Federal teria contas no exterior ou alguma coisa assim.

E, para concluir, para não tomar mais tempo, eu queria só dizer ao senhor o meu respeito pela sua instituição e pela pessoa de V.Exa., e que estamos aqui no



intuito de colaborar para que o Brasil continue um país cada vez mais justo, mais democrático, para quem quer que esteja no Governo, seja lá ou de cá. Nós temos que ter é um país grande. Esse negócio de ficar Governo e Oposição, isso é muito pequenininho para o tamanho do problema que nós estamos enfrentando.

Obrigado pelo senhor estar aqui até essa hora. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Passo a palavra, na lista de reinscrição... Vou perguntar primeiro ao Relator se tem algum questionamento a fazer.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Passo, então, a palavra ao Deputado Domingos Dutra, para a sua reinquirição.

São 3 inscritos, não vou aceitar mais inscrições. Em seguida farei a passagem ao Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, obrigado. Vou ser bem objetivo, vou fazer as perguntas em blocos, mudando a sistemática da primeira intervenção minha.

O General Jorge já afirmou aqui várias vezes, pelo que eu entendi, que não há nenhum agente envolvido com escuta clandestina, a não ser um do Governo passado. Mas o jornal *O Globo*, na coluna "Panorama Político", diz hoje, com o título chamado "Grampolândia", o seguinte: "*Na reunião do Palácio do Planalto, o general Jorge Félix (Gabinete de Segurança Institucional) informou que há dez processos internos contra servidores da Abin que foram pegos fazendo escutas telefônicas sem autorização judicial*". Eu queria que o senhor informasse se isso é verdade, porque é importante, porque saiu numa matéria em jornal de circulação nacional e numa coluna que é bastante lida.

Eu perguntaria para o senhor se o afastamento do comando da ABIN é apenas processual, para dar transparência ao processo investigatório, ou esse afastamento é em virtude de algum indício de envolvimento de algum servidor da ABIN nas escutas.

Eu queria perguntar para o senhor qual o período do inquérito policial, se é 30 dias, se é menos.



Eu queria também perguntar para o senhor se o Supremo Tribunal Federal solicitou à ABIN ou à Polícia Federal varredura nos seus gabinetes, em função das denúncias de grampo. Se o senhor sabe se o Supremo Tribunal Federal tem equipamento suficiente e tem servidores qualificados para fazer esse tipo de trabalho.

Eu perguntaria também para o senhor: diante de todos esses fatos que atingem a Polícia Federal, que atingem a ABIN, eu pergunto se isso prejudica — e, se isso prejudica, em que medida — o Serviço de Inteligência; e, se prejudica, se isso facilita o trabalho do crime organizado.

Eu queria, por último, Sr. Presidente, queria perguntar para o General o seguinte: depois que o Sr. Daniel Dantas foi preso, parece que o céu desabou, o mundo desabou no Brasil. Primeiro, iniciou-se uma crise no Judiciário. Vários juízes se movimentaram, em função das liminares concedidas pelo Presidente do Supremo para libertação do Sr. Daniel Dantas. Tanto o Poder Executivo como o Judiciário também — e o Legislativo — foram envolvidos no processo. O Supremo disciplinou e limitou o uso de algemas a partir daquele fato. Houve um pedido de *impeachment* de entidades da sociedade civil contra o Ministro do Supremo. Cogita-se criar uma Vara Especial só para apurar abusos praticados por autoridade. Cogita-se atualizar a lei de abuso de autoridade. O Sr. Daniel Dantas, quando foi preso em São Paulo, ele se recusou a falar diante do Delegado em São Paulo, se recusou a falar diante do Juiz de São Paulo. Antes de vir à CPI, ele foi ao Supremo e conseguiu uma ordem para ficar calado aqui na CPI. Aqui na CPI ele falou pelos cotovelos: acusou o Governo, espalhou dúvidas sobre todas as autoridades, sobre propina que teria recebido da TELECOM Itália, acusou o Delegado Protógenes, acusou o Juiz, acusou o Dr. Lacerda, mentiu bastante, se declarou um anjo, vítima de todos. Ao sair daqui, ele conseguiu no Supremo que informações nos processos judiciais não viessem para a CPI, sobre escutas ilegais promovidas por ele. E, após ele ser livre, ele se transformou em vítima. E eu considero que nesses episódios ele é o grande vencedor: afastou o Delegado Protógenes — ou o Delegado foi afastado —, o Dr. Lacerda sai, evitou que a CPI tivesse acesso a informações. Portanto, ele é hoje... inverteu-se o processo, deslocou o foco do Sr. Daniel Dantas.



Da mesma forma, considero que a revista *Veja* é a vencedora, porque aqui o Dr. Lacerda desafiou a *Veja* a provar o envolvimento de agentes da ABIN em escuta no Supremo. E agora, no final de semana, além de a revista ter provado isso, ou ter pelo menos colocado a dúvida, ainda avança para outras autoridades.

Eu pergunto para o senhor: o senhor não acha estranho, primeiro, se a ABIN é composta de pessoas experientes, como se explica o primarismo de agentes da ABIN grampear justamente uma autoridade da estatura do Presidente do Supremo?

Três: o senhor não acha que seria pura coincidência o envolvimento, mesmo que indireto, do Ministro Tarso Genro — porque a Polícia Federal está sob a autoridade do Ministro —, justamente no momento em que o Ministro Tarso Genro é o Ministro que mais defende a punição de supostos agentes envolvidos com tortura no regime militar?

O senhor considera pura coincidência ser justamente a Revista *Veja*, que sempre é a porta-voz de posições conservadoras, ser hoje a porta-voz de supostos grampos contra autoridades?

Eu perguntaria para o senhor também se não é estranha a atração do Senador Demostenes por grampos, porque, no ano passado, ele também teria sido envolvido, sendo grampeado, quando houve o processo envolvendo o Senador Renan Calheiros.

E eu perguntaria, por último, se o inquérito aberto, se ele é amplo, capaz de chegar a todos aqueles que têm envolvimento com o grampo ocorrido, ou se ele se destina unicamente para investigar possível participação de agentes da ABIN nos grampos ao Ministro do Supremo Tribunal Federal?

Seriam essas as perguntas.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Muito obrigado.

A primeira foi a respeito das 10. Eu me referi aqui que achava que, ao longo desse período, teria havido umas 10 sindicâncias a respeito de vazamento de informações da ABIN, não de escuta telefônica. Em nenhum momento eu falei escuta telefônica. Vazamento de informações, para nós, é uma coisa que compromete profundamente uma estrutura preocupada com inteligência.

Afastamento do delegado: uma decisão política, fundamentalmente uma decisão política. Os senhores aqui sabem muito melhor do que eu que os



juízos e as soluções políticas, às vezes, não revelam muita relação com a lógica normal das pessoas. Um afastamento político, por tempo determinado. E possivelmente — eu diria, mais provavelmente — vai se provar que essas pessoas devem voltar a desempenhar os seus cargos.

Se foi solicitada à ABIN alguma coisa em termo de varredura no Supremo Tribunal Federal? Não. Se o Supremo tem equipamento e pessoas aptas? Não posso responder. Não acompanhamos e não faz parte das nossas... Se prejudica o serviço de inteligência ou a Polícia Federal esse tipo de...? Claro que sim. Claro que prejudica, atrapalha. Em determinadas circunstâncias, até coloca as pessoas numa posição defensiva, o que é absolutamente complicado para uma agência que precisa ter uma ação pró-ativa. Isso vale para a Agência Brasileira de Inteligência ou qualquer outra instituição. Quando se colocam os servidores na defensiva, evidentemente essa instituição vai perder em eficiência e eficácia, não tem dúvida. Se é bom para o crime organizado? É claro que é.

Eu não gostaria de expressar nenhum juízo de valor a respeito da figura que o senhor mencionou, o Daniel Dantas. Não me cabe. Ele está sendo investigado em alguns casos, está sendo processo em outros casos, de modo que esse é um tema que cabe à Polícia e à Justiça. Não me cabe aqui fazer nenhum juízo de valor.

Se causa estranheza algumas coisas? Sim, causa-me estranheza como Ministro e como cidadão também.

Também não pretendo fazer nenhum juízo de valor sobre as reportagens ou sobre as posições da revista *Veja*. Isso é uma coisa absolutamente natural. As pessoas têm lado, as revistas podem ter lado também, os jornalistas podem ter lado, os Ministros podem ter lado, os Deputados podem ter lado. Todos nós temos o direito de ter posições definidas numa ou outra direção. Então, não me cabe também fazer nenhum juízo de valor; apenas tentar fazer com que aquilo que foi afirmado pela revista seja verificado da maneira mais profunda possível e que seja estabelecida, então, a verdade dos fatos. Isto que é importante: qual é a verdade dos fatos. Como eu disse, não descarto nenhuma possibilidade, mas atribuímos probabilidades a cada uma, atribuímos valores a cada uma das probabilidades que existem. Mas não cabe essa discussão aqui.



No que diz respeito ao inquérito que está sendo iniciado hoje, eu não li a portaria que designou o delegado para o inquérito. Essa portaria já contém uma indicação da tarefa que caberá ao delegado. A partir daí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - General, o delegado, o senhor sabe quem é?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Não guardei o nome. Um delegado que me parece que tem 5 anos já de delegado, mas não tive oportunidade ainda. Vim cedo para cá. De modo que, a partir daí, o delegado vai ter toda a independência para desenvolver o seu trabalho. E esperamos que seja bem-sucedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sr. Relator.

General, quando nós tivemos aqui uma CPI, foi dito que para cada empresa de segurança legal há 3 clandestinas. A Polícia Federal diz que controla aquelas que são legais. E as clandestinas, como é que elas ficam? Inclusive elas não podem usar armas, mas usam, colocando em outros ambientes; depois, pegam. Fornecem armas também para grupos de extermínio e ações criminosas. Esse levantamento das chamadas empresas clandestinas — que na sua maioria têm a propriedade de ex-policiais, de agentes penitenciários e de ex-policiais civis —, se a ABIN tem no serviço de... Porque elas são perigosas! Enquanto a legal tem o controle de armas, o controle inclusive das pessoas que trabalham, essas outras não têm controle nenhum. Nós podemos ter um exército clandestino, ilegal, que pode fazer ações clandestinas de qualquer tipo, então eu perguntaria sobre essa questão das empresas clandestinas ou irregulares.

Há outra: tem alguns *blogs* que falam de uma possível conspiração golpista Dantas/*Veja*, e que o objetivo seria derrubar o Dr. Paulo Lacerda, que tem, segundo... teria problemas de um lado e de outro com a *Veja* e com o Daniel Dantas. Se essa situação de uma possível conspiração estaria também dentro do espectro dessas investigações.

O jornalista Fernando Barros da Silva, em sua coluna de segunda-feira, na *Folha de S.Paulo*, afirma o seguinte: “*Há coisas nebulosas e muitos interesses em*



jogo a serem esclarecidos” e alerta que não se pode permitir que, em defesa da boa causa contra a ilegalidade da polícia, seja invocada “*uma hipotética ameaça institucional* — porque foi isso que mais... é uma crise institucional, fala isso aqui — *para preservar privilégios e perpetuar a impunidade (...)*”. E o senhor sabe que a impunidade é a mãe de toda criminalidade. Se as pessoas não são punidas, se elas agirem de uma forma e continuam na impunidade, mesmo recorrendo, poderão também em outro momento realizar isso aqui. Essa situação de coisas nebulosas e de interesses em jogo é que o jornalista Fernando Barros da Silva, na *Folha de S.Paulo* de segunda-feira, coloca.

Uma outra coisa que eu gostaria, a revista... Eu também não vou exigir que o senhor faça juízo de valor, porque também nas CPIs não vale a opinião, ou seja, o convocado não está obrigado a dar opinião. Ele tem que falar sobre fatos, sobre fatos de que ele tem conhecimento. Não posso exigir dele uma opinião, porque já é um juízo de valor. Concordo com V.Exa. sobre isso aqui, mas eu queria... A capa da revista *Veja* é emblemática: “*Vingança*”. Aí eu faço as minhas leituras: vingança de *Veja* contra a ABIN? É vingança de Daniel Dantas contra a ABIN e PF? Vingança de *Veja* contra aquelas denúncias de que o Presidente Lula teria recebido na campanha dólares de Cuba? De que o PT teria recebido dinheiro das FARC? De que autoridades brasileiras tinham contas em paraísos fiscais? Vingança de Daniel Dantas contra Protógenes? Vingança da PF e setores da PF contra o STF, porque o Ministro Gilmar uma vez chamou — usou uns termos não muito próprios para uma autoridade — de arapongas que estariam insatisfeitos porque perderam alguns privilégios? Contra membros da inteligência da ABIN, para tentar desqualificar? Ou mesmo a vingança porque o sistema de inteligência brasileiro, como também da Polícia Federal, tem desbaratado, a Polícia Federal, diversas quadrilhas que estavam atuando no nosso País. Essas coisas de perpetuação de privilégios e da impunidade podem ser um elemento importante para o trabalho de inteligência e o trabalho de investigação.

Para concluir, eu... O senhor falou o seguinte: a Polícia Federal, ela controla os guardiões, os sombras. As maletas são... Hein?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - (*Intervenção fora do microfone.*) Os dela.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Os dela. Mas, por exemplo, o da Polícia Civil, que tem Secretaria de Segurança Pública, que tem guardiões, que tem sombras e nebulosas; a PM, que também tem em alguns lugares... Porque é muito fácil, quer dizer, se não há um controle de quem cumpra da empresa, é claro que a empresa vai vender o máximo que puder, para ganhar dinheiro. Se há esse controle também nas vendas das empresas que produzem, se isso é comunicado para as autoridades de inteligência brasileira, se há esse controle para saber de quem comprou. Isso é uma coisa.

A Polícia Rodoviária Federal, aqui na CPI, estava fazendo grampo, e não é Polícia Judiciária! A Polícia Rodoviária Federal, um setor da Polícia Rodoviária! Enfim, há uma gama de setores que estão aí. Como V.Exa. disse, há uma facilidade muito grande de se conseguir. Até ex-agentes que serviram e que já não estão mais interessados poderão estar vendendo também aparelhos de escuta ou de interceptação. Aqui na sua fala foi dito que uma pessoa com essa maleta, a 500 metros do local onde ocorre, poderá interceptar informações e poderá repassar isso aqui. Uma pessoa num sistema *call center* poderá também interceptar informações.

Aí a pergunta que me coloca é se o Senado tem — e acho que a investigação deve responder a essa questão — sistema de gravação, porque, se tiver, aí é o fim, é o fim.

Era isso que eu gostaria, e parabenizá-lo pela atuação junto ao Ministério. E também dizer que é importante investigar e apurar. E, se tiver algum membro da ABIN envolvido nessa questão, tem que ser afastado e exemplarmente punido, exemplarmente, para que não venha a enlamear a atividade própria da agência brasileira de informação e do sistema de informação, que é importante para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Muito obrigado.

Eu gostaria de fazer 2 considerações. A primeira é que realmente nós... Ontem foi um dia que poderíamos classificar...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, só um outro aqui, pela experiência. É que o senhor falou que precisaria mudar a legislação. Eu pergunto se a ABIN já apresentou para o Governo para analisar essas informações, para que nós



possamos modificar a legislação com relação àquilo que pode ocorrer, e que deve ter muito mais controle sobre essa questão da inteligência e das operações.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Nós não apresentamos ainda nenhuma proposta. Nós estamos mais preocupados no momento em fazer a reestruturação da Agência. Ela já foi... o decreto já foi publicado, e agora é o trabalho. Nós temos um concurso daqui a pouco. E nós temos a limitação de pessoal, que às vezes nos impede de acompanhar alguns dos temas que deveríamos acompanhar. Acreditamos que após esse concurso e mais um nós estaremos naquele ponto que nós consideramos ideal.

Eu disse que ontem realmente nós sentíamos como se fosse uma crise entre os Poderes. O Presidente da República recebeu lá o Presidente do Supremo, recebeu o Presidente do Senado Federal, acompanhado de outros Ministros e Senadores. É muito ruim para a atividade policial e para a atividade de inteligência, porque, como eu disse, coloca os servidores numa defensiva. E, quando a gente perde a iniciativa no combate aos ilícitos, aos crimes, nós estamos mal. Então é preciso que essas coisas sejam resolvidas muito rapidamente, para que os nossos servidores não se vejam tolhidos, constrangidos ou pressionados de alguma forma, e possam realmente, todos eles — e aí eu falo da ABIN, da Polícia Federal, de todas as instituições e organizações do Governo —, possam realmente desempenhar os seus papéis da maneira mais eficaz possível.

Eu queria deixar aqui, mesmo antes de nós encerrarmos os trabalhos, que a ABIN está aberta. A ABIN é uma ilustre desconhecida. Gostaríamos de receber os Parlamentares na Agência Brasileira de Inteligência, para que eles tenham uma noção de como é que se forma o homem de inteligência. Nós temos uma boa escola. De que maneira o homem é formado? Quais são os valores que são transmitidos a esses servidores? Quais são os equipamentos que nós temos? Não tem nada de sigiloso lá. Nós podemos mostrar quase tudo o que tem na ABIN. Como é a nossa estrutura? De modo que ficaria muito mais fácil, quando se falasse em Agência Brasileira de Inteligência, se os Deputados e Senadores tivessem uma idéia mental do que é a Agência Brasileira de Inteligência. Então isso eu diria até que é muito mais do que um convite, é até um apelo, para que conheçam a atividade. É uma atividade extremamente importante para qualquer Estado moderno.



É um dos grandes instrumentos para defesa do Estado, das instituições, das empresas estratégicas, da tecnologia. De modo que eu acho que seria bastante importante que, como resultado desta minha vinda aqui e da vinda do Dr. Paulo Lacerda, que tivessem o interesse. A qualquer momento temos condições de recebê-los. E prometo que serão bem tratados lá. Não ficarão 8 horas lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. eu acho que está sendo bem tratado, a despeito de estar aqui por 6 ou 8 horas, até porque nós somos muitos Deputados e todos têm o direito e o dever de participar. Acho que V.Exa. se sente muito confortável em prestar os esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito porque, ao que parece, nós temos o mesmo objetivo. Nós estamos aqui para apurar interceptações e grampos ilegais, e acho que V.Exa. também hoje tem esta missão, haja vista que lhe foi atribuída pelo Presidente da República a responsabilidade de pelo menos apurar, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência, se houve ou se não houve. Então, como nós todos estamos aqui na busca da mesma verdade, eu acho que na verdade todos nós estamos aqui exercitando o nosso trabalho. Na verdade, nós não estamos aqui nos cansando, porque quando o dever nos chama não há cansaço e nós superamos todas as dificuldades.

Vou passar a palavra para o Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMA - Obrigado, Presidente. A primeira coisa que eu queria fazer, General, Presidente, Relator e demais companheiros aqui, é uma reflexão, e uma reflexão com muita autenticidade, com muita franqueza, com muita lealdade e sem nenhum vezo oposicionista.

Me dei conta, a partir do seu competente, sério e como sempre compromissado depoimento, de que nós — e aí o nós é extensivo e abrangente para o lado de lá e para o lado de cá — não nos damos conta ou não nos demos conta de que a ABIN não tem uma supervisão ou um controle adequado. E isso nada tem a ver, do meu ponto de vista, com o seu desempenho, com a sua atuação, com a sua preocupação, tantas vezes, reiteradas vezes colocada no sentido republicano. Então, por favor, eliminemos qualquer personalismo nesta intervenção.

Mas o meu sentimento é que o GSI se volta prioritariamente, ou tem uma grande absorção de energia e de trabalho, para a Presidência da República, para a



segurança do Presidente, para a segurança dos seus familiares, do Vice-Presidente, do seu transporte, do suporte etc. Me louvo inclusive numa fala do senhor quando eu estava lhe inquirindo, quando disse: “*Olha, Deputado, são 1.600,*” — me parece que vão entrar mais 2 mil — “*e tem que haver filtros etc.*” Me parece que o GSI hoje é frágil. Como de certa forma, legatário que é, é hereditário do Gabinete Militar, que tinha a função sobretudo de dar suporte à Presidência, como também o GSI, eu aqui faço uma reflexão. Não vai aqui qualquer acusação, mas me dou conta de que talvez seja urgente repensar, Presidente Itagiba, institucionalmente, a localização e os mecanismos de controle e de supervisão sobre esse órgão que é tão importante.

Faço questão de dizer que defendo a continuidade da ABIN. Não existe Governo democrático no mundo que possa prescindir de um órgão de inteligência, de informação e de contra-informação. Então não há qualquer vezo... Muitíssimo pelo contrário. Quero o aperfeiçoamento, a melhoria, e que ele possa melhor servir à nossa democracia, à Presidência e a todos nós. Então que fique bem claro isso.

Mas era essa a reflexão que eu aqui fazia, e, pedindo ao senhor um pouco mais da sua paciência, e aos demais, encerro rapidamente, com 4 ou 5 questões.

A primeira delas é a seguinte. Eu fui até o TCU procurar informações, para poder bem participar desta audiência, e lá fiquei sabendo de algo que eu não sei se o senhor sabia: que a ABIN exige que os servidores do TCU, para que possam tomar conta do TCU, sejam investigados e tenham o currículo e a biografia investigados pela ABIN. Eu queria saber se isso é fato, se isso acontece, porque isso me parece que — pelo menos o Ministro que me falou — gera um certo constrangimento, como uma certa seletividade, e se há necessidade disso.

A segunda das questões é que é atribuído ao senhor — e aí o senhor me permita, eu não sei dizer da veracidade ou não, se é matéria jornalística — que o senhor diria, ou teria dito num determinado momento, que nomes de jornalistas vários vão aparecer ao longo dessa questão envolvendo Daniel Dantas e a Satiagraha. Isso é fato? Vamos ter ou não? Eu pergunto porque toda generalização, General, é complicada. Se é que é fato isso, seria muito interessante, para que não se lançasse uma suspeita sobre um conjunto muito amplo de profissionais que são inerentes à própria democracia e ao nosso trabalho parlamentar.



A terceira das questões é a seguinte. O senhor obteve conhecimento de que o assessor de imprensa do então Diretor-Geral da Polícia Federal Paulo Lacerda, François Revel, divulgou amplamente junto à imprensa a participação, que depois se revelou uma homonímia, do Ministro Gilmar Mendes com um outro que teria recebido mimos da Gautama etc., etc., etc.? Isso foi de conhecimento público, e só 1 ano depois a Polícia Federal está abrindo um inquérito. E os depoimentos estão confirmando que, de fato, o assessor de imprensa do então delegado, perdão, Diretor-Geral da Polícia Federal publicamente colocou isso, que tinha o nome do Gilmar, que era Vice-Presidente na época... Se isso chegou a seu conhecimento, se o senhor tomou alguma providência, se o Presidente da República foi informado desse comportamento do assessor de imprensa do então Diretor-Geral Paulo Lacerda: François Revel.

A minha última pergunta é uma questão que eu quero lhe pedir uma ajuda. De fato, General, quando eu perguntei o que faz a ABIN aí nessa Operação Satiagraha, é porque eu não consigo compreender. Se ela não tem poder de Polícia, se ela deve agir no estrito interesse da Presidência da República, se o Dr. Lacerda negou o interesse do Presidente — o senhor também negou... O Dr. Lacerda disse que nenhuma informação da Satiagraha chegou ao conhecimento do Presidente da República. Acredito também que o senhor reiterou isso. Então aqui eu pediria ajuda, realmente, de fato, ajuda, auxílio ao senhor, para entender o que faz aí a ABIN. Não é órgão policial, está aí de uma maneira informal, continuada com um ex-Diretor-Geral da Polícia Federal. Não é de interesse, não é de conhecimento do Presidente da República. Poderia me esclarecer o que faz aí a ABIN e qual a razão de estar envolvida nisso, que gerou...? E aqui uma conexão. Muitas vezes a gente termina desviando o foco do Daniel Dantas porque a gente se preocupa com coisas que a gente tem dificuldade de entender. Concordo que nós deveríamos estar muito mais preocupados com aqueles que supostamente são criminosos e bandidos e que têm que pagar pelos seus erros. Agora, quando a gente olha o conjunto da obra, fica essa perplexidade. Não era interesse, não passou informação, era informal, não se avisou à hierarquia da Polícia Federal. O que fazia, General, a ABIN aí?

Muito obrigado.



O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Vamos começar pelo final, para o princípio.

A ABIN, eu já mencionei aqui o tipo de trabalho que a ABIN realizou junto com a Polícia Federal, um trabalho de levantamento de endereços, de levantamento de locais de trabalho, de avaliação de bancos de dados que eu não posso mencionar aqui — não tenho conhecimento para mencionar que tipo de banco de dados eles manusearam. Basicamente, ficou nisso. Acompanhamento de pessoas... É um trabalho normal. É um apoio normal. A nossa preocupação — e já me referi também a isso aqui 2 vezes — em relação à perplexidade que causou não apenas ao senhor mas a muitas pessoas — *“Mas a ABIN deve fazer isso? A ABIN precisa fazer isso? A ABIN tem que fazer isso?”* — é refinar os mecanismos dessa colaboração. E isso nós vamos fazer, eu já lhe disse. Brevemente estaremos discutindo, discutindo com a Polícia Federal, discutindo...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Perdoe-me a impertinência. É só um ponto, garanto não abusar, mas nem do Presidente, que tem sido sempre conosco muito generoso. Mas me explique. Eu entendi tudo claramente, agora, se não informa ao Presidente, se não é interesse do Presidente, por quê, se esse é um órgão da Presidência da República? É isso que eu busco entender.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Mas não é o interesse do Presidente da República, é o interesse do Sistema Brasileiro de Inteligência. Nós temos que trabalhar apoiando uns aos outros. Em qualquer...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O decreto do Presidente, o decreto do Presidente é claro, a lei é clara: é de interesse ou para informação do Presidente. Porque, se nós admitirmos que o decreto não vale, o que é uma coisa complicada, ou a lei, aí é onde a gente resvala naquela situação: não temos controle, vamos justificar *ex postis*. Mas, legalmente, há um transbordamento. É só isso. Me perdoe.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A ABIN desenvolve uma série de atividades, e o Presidente não precisa, necessariamente, autorizar cada uma delas. Nem teria tempo para isso. Nós fazemos a proteção de empresas estratégicas para o Governo. Fazemos um trabalho. Temos um Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento. Isso não precisa chegar aos ouvidos do Presidente, nem precisa de autorização do Presidente. Nós trabalhamos junto com a EMBRAPA,



protegendo a EMBRAPA, protegendo aquelas tecnologias desenvolvidas pela EMBRAPA, e com outras instituições brasileiras. Faz parte do nosso trabalho. Nós monitoramos, quando vai haver um lançamento de foguete em Barreira do Inferno, nós monitoramos as pessoas, particularmente os estrangeiros, que sistematicamente vão àquela região para observar e, eventualmente, para fazer contatos com pessoas que trabalham ali dentro. E nós não podemos colocar a Polícia Federal nisso. Por quê? Porque não há indício de atividade criminosa. Isso é um trabalho de inteligência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas ação criminosa.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Todas essas...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor ainda há pouco disse que, quando havia atividade criminosa, passava para a Polícia Federal.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Exato?

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E eu percebo, tanto no caso da EMBRAPA quanto no dos foguetes, interesse presidencial. Reconheço.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - É claro que há interesse. Se não houvesse interesse...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas, no caso de uma operação que é criminosa...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Nós temos como... Eu projetei aqui como primeira... A primeira determinação da Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para o Sistema Brasileiro de Inteligência diz respeito a crime organizado: que todas as instituições que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência devem colaborar na apuração das atividades criminosas. Está ali. Então, significa que é um trabalho de colaboração. Se alguém pede e o outro pode ajudar, tem interesse em ajudar e quer ajudar, deve ajudar. Também pode dizer "não". Como eu disse, não há hierarquia no sistema. O pedido pode receber 2 respostas: "sim" ou "não".



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Com uma diferença, que a Polícia Federal está submetida ao Ministério Público, ao controle externo, aos limites da lei, ao inquérito, que está aqui...

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A ABIN está submetida ao controle da...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não. Porque quer ou não quer, pode ou não pode, vai ou não vai, informa ou não informa. O senhor ainda há pouco dizia que, por exemplo, não é preciso formalizar, porque tem que ser secreto. A Polícia Federal não pode fazer isso, mas o senhor, perdão, a ABIN pode. Então fica um terreno obscuro, que se presta a esse tipo de interpretação, entendeu? Então aí os limites têm que ser muito claros e delimitados. A autoridade policial está submetida a um controle externo no Ministério Público e ela trabalha com aquele que regula o processo, que é o juiz. Mas os senhores não. Os senhores, não.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Nós não estamos porque o Congresso não quer fazer. Nós temos uma Comissão de Controle das Atividades de Inteligência...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - De acordo. Temos um papel. Mas a verdade é que sobram, entendeu, ambigüidades.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - A cada ano, a cada ano, quando se renova essa Comissão, eu pessoalmente convido cada um dos integrantes da Comissão. A primeira coisa que nós fazemos, todo ano, é um café da manhã, para que não prejudique os trabalhos daqui, para que vão lá, conheçam o trabalho da inteligência e nos ajudem, pela fiscalização e pelo controle, a tornar a atividade mais transparente. Isso é um pedido que nós fazemos cada vez que mudam os integrantes da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência. Temos feito isso ao longo desses 5 anos, infelizmente nem sempre com bons resultados. Mas fazemos isso.

Não tenho como afirmar quem estaria ou não estaria na folha de pagamento ou se existe essa folha de pagamento. Eu não tenho como afirmar isso. Não faço nenhuma afirmação. Assim como não faço juízo de valor, não faço nenhuma afirmação de nenhum grupo social ou profissional. Não faço. Estou aqui publicamente.



A outra, eu lhe diria que, quanto àquela exigência, eu não sei, não sei. E sei, sim, porque está mais próximo de mim, que é o controle interno que trabalha na Presidência da República. Do controle interno isso não é exigido. Se é exigido do pessoal do Tribunal de Contas da União, vou verificar. Acho também estranho, porque para nós basta apenas o compromisso do sigilo, que é uma coisa inerente a qualquer servidor público: se toma conhecimento de um documento sigiloso, ele passa a ser responsável pela manutenção do sigilo desse documento. Vou verificar e, se for o caso, é um procedimento que certamente será mudado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Por último, enfim, o caso do Presidente Gilmar Mendes, aquele caso. Chegou ao seu conhecimento o vazamento da assessoria de imprensa, à Presidência da República e tudo? É só isso.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Ah sim, sim.

Não faz parte de nenhuma das estruturas do Gabinete de Segurança Institucional. Se ele trabalhava na época na Polícia Federal, então é um problema da Polícia Federal. Não nos cabe interferir numa outra organização, e não fazemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Pompeo está com a palavra.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, desculpe a insistência, mas eu acho que era preciso esclarecer algumas coisas, e o Deputado Jungmann tocou naquilo que eu havia falado e cuja resposta acredito que não convenceu o Deputado Jungmann nem a mim, e não convenceu a Casa, muito menos o Brasil, que está acompanhando.

Mas eu quero dizer, General, primeiro, que, absolutamente, o questionamento... em absoluto o questionamento que nós estamos fazendo... Não é nada pessoal contra V.Exa., que tem uma ficha de serviços prestados à Nação brasileira elogiável, razão de ser do posto em que está. Ocupa esse posto não é por generosidade, é por mérito, é por determinação e por capacitação.

Segundo, a ABIN, na minha concepção, ela é extremamente relevante para o País. Eu estou dizendo, disse e repito, que ela começa a ser questionada. Mas ser questionada não quer dizer que é para findá-la. Se o ente está doente, não se mata para curá-lo, se dá o remédio, para sará-lo. Então, se corrigem os defeitos.



Eu tenho respeito pela ABIN e vou lhe dar prova desse respeito. Há poucos dias, tinha um projeto de lei, aliás, uma medida provisória reestruturando a ABIN que tramitou nesta Casa. Eu fui para a tribuna e posso franquear a V.Exa. o discurso que fiz em defesa da necessidade da aprovação do projeto. Porque nós podemos contestar a ABIN num ou noutro ato, mas na estrutura, na sua essência, na sua natureza ela é imprescindível. Quero deixar isso muito claro. E fiz o discurso há 1 mês, mês e pouco atrás. E, aliás, o projeto foi aprovado e reestrutura a ABIN, e V.Sa. sabe muito bem disso. Então deixo bem claro que é o meu posicionamento pessoal. E não acredito que um país no mundo possa conviver se o Estado não tiver informação daquilo que acontece no seu ínterim, no seu entorno. O Estado tem que ter informação, tem que ter a contra-informação, e o dirigente, o governante, tem que saber. Ele não pode ser um desinformado, o último a saber.

Agora, tem algumas coisas que não estão batendo, que não estão batendo. Por exemplo, 2 contradições: uma que o senhor disse que eu tive e uma que eu digo que o senhor tem. Por exemplo, a contradição que o senhor disse que eu tive quando afirmei que estão grampeando todo mundo no País e a ABIN não sabe. E a ABIN é que mais trata de grampo, que mais entende de grampo, até porque a ABIN é que faz as varreduras contra os grampos, e para fazer varredura de grampo tem que entender de grampo. Então a ABIN tinha que saber o que está acontecendo no Brasil em termos de grampo. Qualquer cidadão, por mais humilde que seja, sabe. Se fizerem uma pesquisa no Brasil, vão ver o que dá a pesquisa. E vão perguntar para a ABIN o que a ABIN sabe. A ABIN sabe muito pouco, ou quase nada.

E aí eu disse que a ABIN, por exemplo... O senhor disse que não é papel da ABIN investigar. Não. Não é papel... É papel da ABIN se informar. Vamos separar o que é “se informar” e “investigar”. Eu me informo de um crime, eu noticio o crime para a Polícia Federal, ela investiga. A ABIN tem que ter a informação, e a Polícia Federal a investigação. E essa é a separação que não está tendo. Num determinado momento, a ABIN tem a informação, e fica para ela, não manda investigar; e noutro a Polícia Federal está investigando e a ABIN entra junto — no caso da Satiagraha, esse.

E eu quero deixar bem claro que eu fui um dos que reuniu na CPI dos Correios os elementos e os dados para encaminhar à Polícia Federal e ao Ministério



Público na questão do Daniel Dantas. Não tenho nada a ver com ele. Aliás, muito pelo contrário. Muito pelo contrário. Então eu estou aqui discutindo a forma, o jeito, o método. Se ali foi desse jeito, qual não será do outro? Porque o próprio delegado, Dr. Protógenes, disse aqui nesta CPI que ele convidou os agentes da ABIN porque eram seus amigos pessoais. Até os jornais publicaram no Brasil... Acho que *A Folha de S. Paulo* disse, palavras minhas, que era uma ação entre amigos a investigação. E foi. A ABIN não podia, não pode, não deve, não é o seu mister, não é o seu propósito esse. Não é o seu propósito. Ela tem que buscar informações para o Estado brasileiro, até eventualmente para o Governo brasileiro, mas nunca ela investigar. Houve um crime? Noticia-se o fato, a Polícia Federal abre inquérito, e investiga-se, na forma republicana, da lei, com a participação do delegado, a estrutura da Polícia, do Ministério Público, do juiz, do advogado, enfim, dos investigadores.

Então, essa é a questão que eu estou colocando, e que me parece é uma contradição. A ABIN, por exemplo, a PETROBRAS... Acho que a ABIN tem que estar lá, perto da PETROBRAS, acompanhando os negócios da PETROBRAS, para ver quem é manipulado. Daqui a pouco... A PETROBRAS é do interesse nacional. Lá, o foguete, onde solta o foguete, a questão do pré-sal... Então, esses fatos a ABIN tem que estar acompanhando.

Ficou sabendo de um crime ali dentro? Polícia Federal. A ABIN larga de mão. Então, é uma central de inteligência, não é central de investigação. É central de inteligência, de conhecimento, de acompanhamento, de compreensão daquilo que está acontecendo. Bom. Aí, nesse contexto, eu acho que é o que a ABIN tem que fazer, mas não ir lá se juntar com a Polícia Federal para fazer investigação, num processo judicial. Esse é papel da Polícia Federal, não é papel da ABIN, não está na lei. Se não está na lei, não pode ser feito. A lei é que vale. Esse não é o papel da ABIN. Essa é a questão que estamos colocando aqui de forma muito clara e, pelo menos da minha parte, muito objetiva.

Para concluir, alguns questionamentos. Por exemplo, a questão do R2. Ora, se o agente da ABIN se especializa nessa área de prospecção de conhecimento, de informação, ele fica astuto, ele desenvolve um *feeling*, uma capacidade, uma sensibilidade muito grande. Esse é, vamos dizer assim, o valor que ele incrementa



na vida. Ele se aposenta, e via de regra tem um tempo de vida útil, o que é que ele vai fazer na vida? Fazer o que sabe, fazer o que sabe, e é justo que faça. O que é preciso é que a ABIN... Não que ela vai impedir que ele faça o que sabe, mas que fique sabendo o que ele está fazendo, até porque faz parte da ação da ABIN estar acompanhando essas questões. Se alguém tem que ser acompanhado, é exatamente esse especialista. Aliás, isso está explicitado em filmes. Agentes do FBI, agentes da CIA, agentes da KGB, agentes que nem sei mais de onde, depois de serem agentes, são recrutados exatamente pelo conjunto de informações e as habilidades técnicas, pelo *feeling* que eles têm. A ABIN tem que acompanhar. Se não tem uma lei, não tem uma regra, a ABIN tem que fazer essa regra, tem que nos sugerir essa regra, que nós vamos apresentar, se o Governo não apresentar.

Por exemplo, o Sr. Daniel Dantas contratou a Kroll, aquela, para... Diz ele que para monitorar, fazer as varreduras. Na verdade, eu acho que ele contratou para grampear, e a Kroll diz que só faz varredura. Eu entendo que quem faz varredura sabe grampear, até porque, para fazer varredura, não tem como não saber grampear. Ainda compreendendo, para mim, na minha concepção, depois do que o senhor disse aqui, que basta um *laser* no vidro. Varredura não adianta mais; basta um *laser* no vidro.

Então, eu quero encerrar dizendo que, na minha concepção, a *Veja* está colocando a notícia dos grampos a conta-gotas. Ela tem o histórico todo dos grampos e está colocando a conta-gotas: hoje é de um, amanhã é de outro, amanhã é de outro, se bem conheço essa questão toda.

A pergunta... São duas perguntas finais: se a ABIN chegou a ser chamada para fazer varredura no gabinete do Presidente da República, ou no gabinete do assessor do Presidente, do chefe de Gabinete do Presidente, da Ministra Dilma, que são os gabinetes grampeados, inclusive, um grampeado, vamos dizer assim, formalmente, a mando do juiz, por via de consequência, de forma derivada, de forma um pouco obscura, de forma um pouco obtusa. Se foi feita uma varredura para constatar isso.

Afinal, eu quero pedir, Presidente, que V.Exa., e se for o caso eu formalizo um documento, que esta CPI possa votar e formalizar um pedido ao Presidente da Câmara porque, na verdade, nós estamos aqui cobrando da ABIN, e acho que



temos que cobrar da ABIN até porque os fatos aí suscitam isso. Mas nós não estamos fazendo o dever de casa. Então, casa de ferreiro, espeto de pau. Nós estamos cobrando o que os outros têm que fazer, mas não estamos fazendo o que temos que fazer. Faça o que eu digo, não faça o que eu faço. Nós temos a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, que faz 3 anos e pouco, quase 4 anos, que não se reúne. Não tem razão de ser. Mas a informação é que seria abril de 2005.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Abril de 2005?

O SR. MINSITRO JORGE ARMANDO FÉLIX - No ano passado mesmo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É.

Então, que essa Comissão funcione, porque ela passou a ser de extrema relevância e de extrema importância para esta Casa, e acho que é uma... Inclusive depois da obra do eminente Relator, acho que tem que constar isso: ou esta Comissão tem e funciona ou não tem razão de existir, porque senão ficamos aqui pagando mico, e acho que nós não podemos pagar esse mico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Pompeu.

General, com a palavra. Após, o Relator, para suas considerações finais.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Muito obrigado. Eu acho que concordamos conceitualmente. O senhor está absolutamente certo. É exatamente aquilo. Apenas eu vou reiterar que o sistema de inteligência pressupõe o apoio de um órgão ou outro, sempre que solicitado e sempre que o órgão se dispuser a fazer esse apoio. Para o caso, foi o que aconteceu. Na realidade, esse acompanhamento do servidor é uma preocupação nossa, até porque a história mostra que seria importante nós termos isso. Nós vamos preparar realmente um projeto de lei e encaminhar... Acho que seria importante nós termos essa capacidade. Mas, como eu disse, é algo que nos preocupa muito, porque não deixa de ser uma invasão da privacidade das pessoas, até que ponto isso será aceito. E, no mais, sua preocupação é a nossa. Gostaríamos muito que essa nossa Comissão de Controle das Atividades de Inteligência nos fiscalizasse mais, nos acompanhasse, pudesse acompanhar. Agora, nós entendemos também. É uma comissão que tem talvez as



peças mais ocupadas do Congresso. São os 2 Líderes, da Maioria e da Minoria, e os 2 Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Então, são dos Parlamentares mais ocupados. Já apresentamos algumas sugestões quando discutimos já com a Comissão, no seu Regimento Interno, e a nossa sugestão é que esta Comissão tenha suplentes, tenha outras pessoas que não tenham esse mesmo nível de engajamento dos Líderes da Maioria, Minoria e Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para que possa ter um grupo que permanentemente acompanhe aquilo que nós estamos fazendo na atividade de inteligência. Foi a nossa sugestão e gostaríamos mesmo que o senhor nos ajudasse a esse respeito.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - General, eu só quero dar uma sugestão ao senhor, que também não adianta essa Comissão ir à ABIN para tomar café da manhã ou tomar cafezinho. Tem que ir lá para se inteirar e aprofundar as questões e fazer essa interlocução necessária, para até daí sair projeto de lei e aperfeiçoar o funcionamento da ABIN. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - O café da manhã é o pretexto; é café da manhã de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Relator para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Ministro, General Félix, primeiro eu quero agradecer a V.Exa. as contribuições importantes que foram dadas a esta Comissão. Quero me associar aos que me antecederam em elogiar V.Exa., seu compromisso com o serviço público, com a Nação.

Quero reiterar o que tenho dito em muitos depoimentos. Acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito é uma das mais importantes que o Congresso Nacional já instituiu. Ela veio, ao longo dos últimos 7 meses, silenciosamente, fazendo um trabalho até com pouca repercussão na mídia, mas nós tínhamos a clareza, e o Deputado Marcelo Itagiba foi visionário quando propôs a Comissão, da relevância que ela teria no País e principalmente da importância do tema que tratamos aqui.

Nós estamos tratando de um direito fundamental: o direito ao resguardo do sigilo das comunicações telefônicas, e outro direito fundamental, que é o direito à



intimidade. Isso mexe com muita coisa: mexe com a forma como as interceptações são feitas no nosso País; como elas são executadas; como, criminosamente, elas ocorrem, e há um elemento que considero fundamental, porque os trabalhos desta Comissão têm feito com que alguns órgãos públicos tenham até modificado suas rotinas. Ao final do nosso relatório, nós vamos apresentar algumas recomendações.

Para mim vai ficando claro a partir dos debates algumas questões. A primeira: o Dr. Lacerda, por quem tenho respeito muito grande, já trabalhei com ele na CPI do Narcotráfico e em outras atividades, defendeu nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que a ABIN devia poder fazer interceptação de comunicação telefônica. É um posicionamento doutrinário dele. Eu respeito. Mas para mim está muito claro que esse poder não deve ser dado à ABIN. Acho que a ABIN não deve ter esse poder.

Como também, eu estava até dialogando com o Deputado Marcelo Itagiba, que acho, Ministro, e aí quero já fazer uma sugestão para análise de V.Exa., que é preciso regulamentar a participação da ABIN em determinadas operações.

Eu, por exemplo, considero que a ABIN não deveria participar, por exemplo, mesmo em caráter de cooperação, mesmo fazendo parte do SISBIN, de uma investigação tipo Operação Satiagraha, e vou dizer o porquê. A ABIN só deveria participar, mesmo em caráter de cooperação, de atividade que dissesse respeito à defesa do Estado ou à segurança nacional. Se, eventualmente, se diz que a ABIN participou da Operação Satiagraha porque tinha pessoal especializado e a Polícia Federal não tinha, paciência. O Estado tem que prover a Polícia Federal de pessoal para isso.

O compartilhamento de informações tem que ser para dar mais eficiência ao aparelho estatal. Isso é o que eu acho fundamental. Eu sou um defensor ferrenho da integração das polícias, e acho que o Sistema Brasileiro de Inteligência, como qualquer sistema de inteligência, tem que ser integrado, porque um policial federal numa ação pode detectar uma operação terrorista, como também, eventualmente, um agente da ABIN pode até detectar uma operação criminosa. Esse compartilhamento de informações é fundamental para a eficiência.

Sou defensor da ABIN, acho que é uma estupidez defender que tenha que acabar a ABIN. Na minha opinião, é uma incompreensão do papel que tem a informação, como disse a Deputada Marina Maggessi. Mas eu acho que é preciso



fazer uma regulamentação, porque uma coisa é o compartilhamento de informações, absolutamente necessário para a eficiência de qualquer que seja a atividade; outra coisa é deslocar agente da ABIN para participar de uma investigação policial que não tem nenhuma repercussão do ponto de vista dos interesses do Estado brasileiro, da segurança pública, da segurança do Estado, da segurança nacional.

Sinceramente, Ministro, considero que essa é uma matéria que nós vamos ter que enfrentar aqui no Congresso Nacional. Isso será objeto de comentários no meu relatório. Digo isso porque, ao longo dos trabalhos da Comissão, as autoridades, a Polícia Federal tem estabelecido procedimentos a partir de sugestões nossas; não está esperando o relatório; no Gabinete de Segurança Institucional, principalmente depois dessa discussão que foi gerada a partir da participação do seu Diretor afastado, Dr. Lacerda, em relação a essa informalidade nas requisições, já vejo que há uma preocupação de estabelecer normas, rotinas. Porque normas e rotinas são fundamentais até para haver monitoramento, e não só monitoramento mas também para haver a própria possibilidade de uma auditoria, essa é uma questão fundamental, sem ferir as questões sigilosas de segurança nacional.

Mas eu, sinceramente, quero deixar este posicionamento, de público, a V.Exa.: acho que é um desserviço para a ABIN seus agentes estarem participando de ações que são policiais, na órbita de uma investigação criminal. Acho que a Polícia Federal tem que dispor de pessoal para isso. O Estado brasileiro tem que dotar a Polícia Federal de pessoal para isso. Se precisa compartilhar alguma informação, sou profundamente favorável ao compartilhamento de informação, quando é fundamental. Mas agentes da ABIN procurarem endereços... Não acho que seja esse o papel da Agência Brasileira de Inteligência. Penso que essa é uma questão que nós devermos enfrentar.

Como considero da maior gravidade, Ministro, e tenho certeza de que V.Exa. também, porque já vi declarações de V.Exa. sobre o fato de o Presidente da Suprema Corte brasileira e o Senador da República terem sido objeto de uma escuta ilegal e clandestina. É da maior gravidade isso. Espero, sinceramente, que esse fato, seja qual tenha sido a origem desse tipo de investigação ilegal, se eventualmente alguém do grupo do Sr. Daniel Dantas ou, isoladamente, algum agente da ABIN, ou alguém do Supremo que possa ter gravado e vazado, seja qual for a origem, a



gravidade é extrema. É preciso que haja uma resposta ao País disso. O País requer, exige uma resposta em relação a isso.

V.Exa. foi muito claro no seu depoimento quando afirmou, categoricamente, que esse tipo de interceptação não partiu do Gabinete de Segurança Institucional, não partiu da Direção da ABIN. Portanto, se essa é a questão, é preciso que haja uma satisfação ao País. O País exige que esse fato seja apurado e que os responsáveis sejam responsabilizados. Não é só porque... No caso de qualquer cidadão já justificaria uma coisa como essa, uma violência como essa. Mas não sou favorável a fazer distinções, todos somos iguais perante a lei, esta é a nossa Constituição, mas a Presidência da Suprema Corte é uma instituição, é uma instituição que tem que ser... Como a Presidência da República é uma instituição, como a Presidência do Senado Federal é uma instituição, como a Presidência da Câmara é uma instituição.

Nós estamos aprimorando a nossa democracia e, no aprimorar da nossa democracia, o trabalho louvável que V.Exa. empreende à frente do Gabinete de Segurança Institucional, no sentido de reestruturar a ABIN, de tornar a ABIN uma instituição cada vez mais profissionalizada na formatação da informação necessária na defesa do Estado brasileiro, da segurança nacional, da segurança institucional da Presidência da República e de seus órgãos ligados e todas as atribuições que V.Exa. aqui já elencou, que eu não vou aqui repetir. Mas quero só deixar este registro, Ministro, que considero este fato de extrema gravidade, e espero, sinceramente, que, o mais rápido possível, tenhamos uma posição ao País de em que circunstância esse grampo aconteceu e quem foram os responsáveis por ele.

Queria agradecer aqui pela presença a V.Exa., prestativo, debateu, respondeu todas as questões que lhe foram formuladas, e queria deixar esse elemento para reflexão de V.Exa., como Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, sobre a participação da Agência Brasileira de Inteligência em episódios como esse da Operação Satiagraha.

O SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX - Apenas como palavras finais, eu espero ter contribuído. Procurei ser o mais objetivo, o mais franco possível, dentro daquilo que o cargo e determinadas coisas de que participo me permitem. Realmente, levamos aqui não uma, mas algumas reflexões. É extremamente



importante nós sabermos de que maneira nós somos vistos, particularmente de que maneira nós somos vistos pelos senhores, que representam aqui uma parcela ponderável da população brasileira, de modo que é muito importante essa visão que têm de nós. Certamente, muitas das coisas que anotamos aqui serão objeto de reflexão e, certamente, de correção de rumo nas nossas atividades. No mais, eu queria agradecer a todos a gentileza, as perguntas, a possibilidade de discutirmos um pouco, debatermos aqui e esperar que, com certeza, o resultado dos trabalhos desta Comissão se reflitam na nossa legislação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom, antes de encerrar, eu gostaria de fazer algumas considerações, como sempre faço ao final dos trabalhos, Sr. Ministro.

Reconhecemos a importância da presença de V.Exa. nesta Comissão. Não preciso ressaltar a importância do trabalho que os Deputados desta Comissão vêm fazendo em mapear a questão da interceptação telefônica no País; e de colocar que não apenas V.Exa., mas como alguns dos antecessores que ocuparam o cargo que hoje V.Exa. ocupa, muitas vezes em uma situação muito difícil, porque, na verdade, V.Exas. são às vezes o cavalo, às vezes o bispo, às vezes a torre, às vezes a própria rainha de proteção ao rei. Muitas vezes, não por vontade própria, mas por impulso de outros, que estão subordinados à sua linha de comando, se vêm chamados e envolvidos para discutir determinadas questões que, se talvez tivessem sido consultados com antecedência, talvez não tivessem acontecido.

Tenho certeza de que, por mais que V.Exa. tenha se esforçado em dizer que essa cooperação é uma cooperação formal, uma cooperação natural, uma cooperação que existe, eu, que sou oriundo do Departamento de Polícia Federal e sei em que circunstâncias essas cooperações normalmente se dão, posso lhe dizer que esta me pareceu por demais estranha. Estranha, em primeiro lugar, pela dita informalidade quando ela, na verdade, não foi informal. Todos nós sabemos que ela foi formal porque não há deslocamento de servidor e não há ação de servidor de seguir determinados alvos que não seja dentro de um planejamento operacional, senão essa não é a ABIN que eu conheço.

Então eu acho que muitas das coisas que foram feitas, independente de quem tenha sido alvo ou a razão pela qual isso foi feito, criaram sérias e graves



dificuldades para o Governo, porque, mais uma vez, o Governo é chamado à responsabilidade para resolver problemas que estão sendo criados no seio do próprio Governo, e todos nós sabemos que houve uma total incompatibilidade entre as ações praticadas pela investigação da Polícia Federal, pelas ações da ABIN em socorro a essa operação e do desgosto que isso criou e um certo abalo institucional entre a Polícia Federal e a direção da ABIN.

Acho que todos esses episódios nos servem de lição para o aprimoramento no futuro, para que erros e enganos como esses não voltem a acontecer, porque, quando se coloca as questões pessoais acima das questões institucionais, o que nós temos são as paixões, e as paixões não são boas conselheiras do trabalho profissional que deve ser executado.

Quando V.Exa. afastou uma determinada linha de comando, o fez com base e um critério, e esse critério V.Exa. deve saber bem por que o adotou; deve sabê-lo, inclusive, melhor até do que aqueles que hoje pretenderam lhe inquirir e extrair talvez essa verdade. Mas o que ficou claro, o que ficou patente, é que houve um desmando, houve uma ação oficial não necessária que deveria ter sido feita pelos escalões competentes, o que hoje causa graves prejuízos ao Governo, que tem que ter aqui o seu Ministro da Segurança Institucional numa Comissão Parlamentar de Inquérito para trazer alguns esclarecimentos, tentar defender uma posição de governo, e, muitas vezes, o Governo até concorda com as posições adotadas na Comissão Parlamentar de Inquérito mas, por questões outras, muitas vezes não pode declinar ou abrir de todo essa situação em função da investigação que ora se encontra sob a verificação da Polícia Federal e da própria ABIN.

Portanto, daqui acho que nós tiramos uma lição de que cada um de acordo com o seu dever, cada um de acordo com a sua atribuição, ou seja, cada macaco no seu galho. Quando a gente coloca macaco no galho errado, pode quebrar o galho, porque ele pode ser mais pesado do que aquele galho no qual ele se segurou.

Acho que o que ficou claro, pelo menos para mim, que houve uma sucessão de fatos não desejados, de fatos não necessários, que, em função de um desígnio pessoal de uma determinada estrutura, se contrapôs ou se antepôs a uma outra estrutura criando problemas para o Governo.



Mas eu quero agradecer aqui pela presença a V.Exa., os esclarecimentos que trouxe. Fica nas entrelinhas a minha compreensão do processo que, obviamente, será refletida no relatório que será elaborado pelo Sr. Relator e votado conseqüentemente pelos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. V.Exa. tem uma missão espinhosa, que é trazer todos esses fatos à verdade sem aqui colocar a hombridade e a dignidade de quem quer seja a qualquer prova, mas as paixões, como eu já disse, não são boas conselheiras em um processo de investigação e num processo de ação de Estado.

Quando aos grampos, eu penso que eles precisam ser esclarecidos. Eu disse e reitero: se a Agência Brasileira de Inteligência e o Departamento de Polícia Federal, com o nível de profissionais que possuem, não forem capazes de esclarecer esse grave crime cometido contra o Estado de Direito, é melhor que nós fechemos as portas e deixemos as coisas acontecerem. Mas eu tenho a certeza de que a Agência Brasileira de Inteligência e o Departamento de Polícia Federal, dessa vez, trabalhando de forma integrada e com o mesmo objetivo, trarão à luz aquilo que toda a população deseja saber para que não ocorram mais violações dos poderes constituídos, seja ele no Congresso, seja ele no Supremo Tribunal Federal, seja ele no Executivo. Afinal de contas, somos harmônicos e independentes, mas todos com o mesmo objetivo: a construção de um Brasil cada vez melhor.

Muito obrigado pela presença.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se amanhã, dia 03 de setembro, às 14h30min, no Plenário 2 do Anexo II, para tomada de depoimento do Sr. José Milton Campana, Diretor-Adjunto da Agência Brasileira de Investigações — ABIN, e para deliberação de requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.